

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

JOANA DAS NEVES CALADO

**O CARÁTER DO PATRIARCADO NA ORDEM SOCIAL DO  
CAPITAL:**

Um estudo sobre a relação entre exploração e dominação  
da mulher trabalhadora na contemporaneidade.

FLORIANÓPOLIS  
2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

JOANA DAS NEVES CALADO

**O CARÁTER DO PATRIARCADO NA ORDEM SOCIAL DO  
CAPITAL:**

Um estudo sobre a relação entre exploração e dominação  
da mulher trabalhadora na contemporaneidade.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social, do Centro Sócio Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito final para a obtenção do grau de mestre em Serviço Social. Linha de pesquisa: questão social, trabalho e emancipação humana.

Profa. Dra Ana Maria Baima Cartaxo  
– Orientadora

FLORIANÓPOLIS  
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Calado, Joana

O Caráter do patriarcado na ordem social do capital :  
Um estudo sobre a relação entre exploração e dominação da  
mulher trabalhadora na contemporaneidade. / Joana Calado ;  
orientadora, Ana Maria Baima Cartaxo - Florianópolis, SC,  
2016.

259 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em  
Serviço Social.

Inclui referências

1. Serviço Social. 2. Exploração e Dominação. 3. Capital e  
Patriarcado. 4. Reestruturação Produtiva. I. Cartaxo, Ana  
Maria Baima. II. Universidade Federal de Santa Catarina.  
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. III. Título.

JOANA DAS NEVES CALADO

**O CARÁTER DO PATRIARCADO NA ORDEM SOCIAL DO  
CAPITAL:**

**Um estudo sobre a relação entre exploração e dominação  
da mulher trabalhadora na contemporaneidade.**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de “Mestra em Serviço Social” e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 01 de Março de 2016.

---

Professora Doutora Vania Maria Manfroi  
Coordenadora do Curso

**Banca Examinadora:**

---

Prof<sup>ª</sup> Dra. Ana Maria Baima Cartaxo – Orientadora  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

---

Prof<sup>ª</sup> Dra. Mariléia Maria da Silva – Examinadora  
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

---

Prof<sup>ª</sup> Dra. Maria Regina de Avila Moreira – Examinadora  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

---

Prof<sup>ª</sup> Dra. Soraya Franzoni Conde – Examinadora  
Universidade Federal De Santa Catarina (UFSC)

---

Prof<sup>ª</sup> Dra. Vania Maria Manfroi – Suplente  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)



## AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é expressão de um percurso de vida recheada de incríveis companhias. Sem o companheirismo de muitos e muitas não teria sido possível chegar até aqui. Companheiros e companheiras de luta, de sorrisos, viagens, pessoas que não deixam que o canto por um mundo sem desigualdades vire cinzas. Estou ternamente agradecida a todos. Nesse percurso gostaria de destacar alguns nomes deixando injustamente de citar muitos outros.

Aos companheiros de turma do mestrado, a Nála, Samuel, Jennifer, Ellen e Mariana. A todos vocês obrigada pelos debates proporcionados e por todo o carinho que tornou esta experiência muito mais interessante.

Agradeço ao Ricardo (Ricki) e a Alessandra, por serem dessas pessoas incríveis com as quais a vida nos surpreende.

Agradeço ao Arnaldo, sem dúvida tornou minha vida muito mais colorida.

A Ciça, Michelli e Jackeline, por partilharem momentos de suas vidas para alimentarem o imprescindível caminho na luta pela emancipação das mulheres trabalhadoras. Agradeço a vossa amizade e compromisso militante.

Claro, a Gina. Minha camarada de longas jornadas. Cuja vida dedicada a tornar o futuro um lugar fabuloso a tornou dessas pessoas imprescindíveis a quem Brechet dedicou seus poemas.

Agradeço aos colegas do núcleo de pesquisa-NEPTQSAL, pelos debates e conhecimentos partilhados.

Agradeço a minha orientadora, Ana Maria Baima Cartaxo, pelo importante apoio, pelas fortuitas conversas mantendo sempre a preocupação em me dar a autonomia necessária.

Agradeço às professoras, Dra. Vania Maria Manfrói, Dra. Soraya Conde, Dra. Maria Regina de Avila Moreira e Dra. Mariléia Maria da Silva, pelas observações, sugestões e contribuições durante o processo de qualificação, e ao professor Paulo Tumolo pelas importantíssimas provocações sobre os vários temas discutidos. Agradeço ao Dalton, meu companheiro, que pacientemente me ajudou a desenhar este trabalho e, ainda por todo seu apoio nas crises mais difíceis. Sem você teria sido muito mais difícil.

Agradeço aos meus pais (Matilde e José) e minhas irmãs (Rebeca e Mariana) por sempre me apoiarem e sem os quais não teria sido possível manter os sonhos mais ousados.

Agradeço às companheiras do Cine Amarildo, Gabriela, Ingrid, Susie e Ciça e às amigas que vieram com o mestrado, como a Cleuzi – com vocês cresci muito. E, ainda ao Ricardo Velho e a Paula por todo o apoio.

Agradeço à CAPES por possibilitar a dedicação exclusiva.

A todas/os vocês um muito obrigada!



## A EXCEÇÃO E A REGRA

Nós pedimos com insistência  
Nunca digam: “isso é natural”  
Diante dos acontecimentos de cada dia  
Numa época em que reina a confusão  
Em que corre sangue  
Em que se ordena a desordem  
Em que o arbitrário tem força de lei  
Em que a humanidade se desumaniza  
Nunca digam: “isso é natural”.  
Estranhem o que não for estranho  
Tomem por inexplicável o habitual  
Sintam-se perplexos ante o cotidiano  
Tratem de achar um remédio  
Para o abuso  
Mas não se esqueça  
De que o abuso é sempre regra  
Desconfie do mais trivial, da aparência  
singela.  
Imagine o que parece habitual  
Suplicamos expressamente:  
Não aceite o que é de hábito  
como coisa natural,  
pois em tempo de desordem sangrenta,  
de confusão organizada, de arbitrariedade consciente,  
de humanidade desumanizada,  
nada deve parecer natural  
nada deve parecer impossível de mudar

(Bertold Brecht)



## RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo realizar uma análise sobre o papel do patriarcado sincronizado ao capitalismo contemporâneo, pós anos 70, em particular no Brasil. Em linhas gerais, buscamos desvelar se o capital precisa de forma estrutural do patriarcado para sua sobrevivência ou, se por outro lado, apenas faz uso deste fenômeno em momentos conjunturais. A escolha por esse período histórico deveu-se à forma como as transformações na produção material se impuseram a toda a estrutura econômica-política-social. Principalmente no que se refere às metamorfoses na forma de trabalho concreto, em razão da inserção crescente da força de trabalho feminina. Procuramos, portanto, apreender e desvelar as imbricadas articulações entre a universalidade do fenômeno – o capital e a particularidade da questão aqui tratada – o patriarcado. O tema escolhido para a pesquisa foi analisado ao longo de quatro seções. Iniciamos a dissertação com uma análise sobre historicidade do fenômeno do patriarcado, a partir do amplo campo do feminismo marxista que, agregado ao método do materialismo histórico, deu concretude à investigação contida nesta dissertação. Na segunda seção, fizemos um mergulho no campo categorial legado por Marx sobre a análise da relação capital-trabalho, seção em que nos propusemos desvelar alguns dos fundamentos que estão na base da acumulação privada, sua relação com as crises cíclicas e seus impactos na esfera de produção a partir dos 70. Na terceira seção fazemos um levantamento das análises sobre a inserção da força de trabalho feminina pós anos 70. Damos principal destaque aos estudos legados pelo campo do feminismo marxista. A última seção resultou de uma análise crítica

da leitura que feminismo marxista realiza sobre o patriarcado no capitalismo contemporâneo.

Palavras Chave: Capital, Exploração, Patriarcado, Dominação, Divisão sexual do trabalho, Reestruturação produtiva.

## ABSTRACT

This research aims to perform an analysis on the role of patriarchy synchronized to contemporary capitalism, after 70 years, particularly in Brazil. Generally speaking, we seek, unveiling the capital needs structural patriarchy way for their survival or, if on the other hand, only makes use of this phenomenon in conjunctural moments. The choice for this historical period was due to how changes in materials production is imposed on all economic-political-social structure. Especially with regard to transformations in the form of concrete work, due to the increasing participation of the female labor force. We seek, therefore, seize and reveal the overlapping joints between the phenomenon of universality - the capital and the peculiarity of the matter here treated - patriarchy. The theme chosen for the survey was analyzed over three sections. We started the dissertation with an analysis of patriarchy historicity of the phenomenon from the broad field of Marxist feminism that added to the historical materialism method gave concreteness to the research contained in this dissertation. In the second section, we took a dip in the categorical field bequeathed by Marx's analysis of capital-labor relation section in which we set out to unveil some of the fundamentals that underlie the private accumulation, its relation to the cyclical crises and their impact on the ball production from 70. In the third section we did a survey of the analyzes on the inclusion of post-year female labor force 70. We highlight the main legacy analysis by the Marxist feminism field. The last section resulted from a critical reading analysis Marxist feminism's about patriarchy in contemporary capitalism.

Keywords: Capital, Exploration, Patriarchate, Domination, Sexual  
Division of Labor, Productive Restructuring.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CCQ – Círculo de Controle de qualidade

CQT - Controle de Qualidade Total

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

FCC - Fundação Carlos Chagas

FIBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

FMI – Fundo Monetário Internacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PIB – Produto Interno Bruto

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PT – Partido dos Trabalhadores

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas





## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>19</b>
<b>1. DAS FORMASÇÕES PATRIARCAIS TRADICIONAIS AO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO.....</b>	<b>37</b>
1.1 O Surgimento do Capital e a Organização Política da Mulher Proletária.....	53
1.2 O Surgimento do Feminismo Socialista.....	79
1.3 O Feminismo no Brasil e a Crítica ao Feminismo “Pós” .....	88
<b>2. OS FUNDAMENTOS DO CAPITAL-TRABALHO E O CONTEXTO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA.....</b>	<b>111</b>
2.1 As Interconexões entre a Crise do Capital e a Reestruturação Produtiva.....	131
<b>3. O REFLEXO DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA.....</b>	<b>161</b>
3.1 Formalidade/Informalidade.....	182
3.1.1 Salário/Jornada De Trabalho.....	187
<b>4. PROBLEMATIZAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO FEMINISMO MATERIALISTA NA RELAÇÃO CAPITAL-PATRIARADO.....</b>	<b>191</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>223</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>241</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>257</b>



## INTRODUÇÃO

*Não quero que me acusem de mulher tradicional  
mas podem me acusar  
tantas como quantas vezes queiram  
de mulher.*

(Gioconda Belli<sup>1</sup>)

Propomos perquirir, ao longo da dissertação sobre a discussão inserida no amplo campo do feminismo marxista<sup>2</sup>, em torno da questão da exploração e dominação que recai sobre a mulher trabalhadora, de forma a compreender se se tratam de fenômenos que estabelecem uma relação simbiótica, isto é, estrutural ao capital ou se, pelo contrário, o patriarcado, diferentemente dos fenômenos universais e estruturais do capital, terá sofrido inibições ao longo das transformações capitalistas,

---

<sup>1</sup> BELLI, G. *Mulher Habitada*, Editora Record, Rio de Janeiro, 2000.

<sup>2</sup> Nesse sentido, vale ressaltar o papel contra-hegemônico dos movimentos de caráter classista que de alguma forma protagonizam propostas de transição, além das reformas possíveis, cujos movimentos que demonstraram maior sucesso em avançar nas reivindicações dos movimentos feministas têm sido principalmente, os que se propõem a concatenar suas linhas de ação calçadas na compreensão do movimento contraditório do capital, que se enraízam no método dialético materialista. São grupos feministas que pertencem ao campo comumente designado de “feminismo marxista”, “feminismo de esquerda” ou “feminismo socialista”. A luta anticapitalista e antipatriarcal são reivindicadas por esses movimentos feministas como eixo condutor da luta das mulheres por sua emancipação, efetuando uma articulação entre capitalismo-patriarcalismo e seus interlúdios, tais como: a divisão sexual do trabalho, os impactos subjetivos e objetivos na organização da classe trabalhadora e a emancipação da mulher trabalhadora.

passando a assumir características de um fenômeno conjuntural do qual o capital lança mão em alguns momentos específicos. Partindo da ideia de que o capitalismo necessita revolucionar-se constantemente como forma de garantir sua hegemonia, procuramos entender de que forma o Patriarcado é utilizado pelo capital no seu movimento de expansão permanente, com destaque para o que ocorre no âmbito da divisão sexual do trabalho. Nesses termos, procuramos, ao longo do trabalho, abordar as imbricadas articulações entre a exploração e dominação da mulher na divisão sexual do trabalho e, de que forma, os contornos de inserção de mulheres e homens no mundo de trabalho plasmam as representações culturais sobre o *ser mulher* e o *ser homem* construídos historicamente.

Nesse espírito, resgatamos as análises que têm por foco o estudo crítico sobre o patriarcado encontrado na produção teórica das autoras do campo feminista marxista. Tendo este amplo campo como ponto de partida, analisamos posteriormente até que ponto a compulsão para a maximização do lucro lança mão das representações culturais de sexo e se estas representações atuam de forma estrutural na base da divisão do trabalho, “estabelecendo os lugares a que estão destinados homens e mulheres desde a inserção no mercado de trabalho, as estratégias de qualificação e os postos de trabalho a serem ocupados”. (NEVES, 2001, p.107).

No sentido apontado, este trabalho se desdobra a partir dos seguintes questionamentos: Tem a classe dominante a necessidade vital de manter a estrutura patriarcal? É o capitalismo estruturalmente antagônico à supressão de fatores de dominação baseados em pressupostos culturais? Até que ponto os elementos teóricos elaborados

por Marx na obra *O'Capital* são insuficientes para explicar a dominação de que são alvo as mulheres, ou será, pelo contrário as explicações que colocam a centralidade na dominação é que são insuficientes para explicar a obscuridade da relação entre capital e trabalho que estão na base das dominações específicas?

Dessa forma, buscamos apontar as principais tendências da inserção da força de trabalho feminina à luz do momento contemporâneo de reestruturação do capital e sua acumulação (HARVEY, 1999). Com o início da assim chamada reestruturação produtiva verificam-se consequentes transformações nos processos de trabalho provenientes do novo padrão de acumulação capitalista, cuja pedra de toque central é a intensificação da exploração da força de trabalho em geral. A escolha pelo período histórico definido como sendo de reestruturação produtiva no Brasil, mais especificamente pós-anos 90, justifica-se pela forma como as determinações de reprodução material se impuseram a toda à estrutura de produção. Destacamos as metamorfoses nos processos de trabalho que ficaram conhecidas como pertencentes ao momento de reestruturação produtiva que serviram como mecanismo propulsor da feminização do mercado de trabalho, quer seja, das transformações na forma de trabalho concreto, isto é, dos processos de trabalho ou nas pulverizações das formas tradicionais de luta historicamente construídas pela classe trabalhadora.

Por objetivo, queremos analisar as contribuições legadas pelo feminismo marxista com relação à dominação/exploração, capital/patriarcado, desvelando seus possíveis limites na desmistificação da exploração da força de trabalho feminina e sua articulação com a luta revolucionária.

É necessário ressaltar, e de acordo com nossa compreensão, que não existe uma pesquisa neutra. Nesse sentido, adotamos por foco a perspectiva classista, mais especificamente a análise sobre a condição das mulheres da classe trabalhadora. Assim, embora na lógica de conformação e internalização ideológica, todas as mulheres possam sofrer algum tipo de violência, interessa-nos, principalmente, compreender a situação não de qualquer mulher, mas da mulher trabalhadora. De acordo com Toledo (2001),

[...] infelizmente [...] a verdade é que as mulheres estão irremediavelmente divididas dentro do sistema capitalista. Não porque queiramos, mas porque vivemos vidas diferentes. A mulher burguesa não tem nada a ver com a mulher operária [...] ela não é explorada. Pelo contrário. Explora outras mulheres e homens. (2001, p.9-10).

Nesses termos, as mulheres que compõem as classes proprietárias defendem aprioristicamente os interesses da manutenção da ordem vigente, por isso “sempre permanecerão defensoras fanáticas da exploração e da servidão do povo trabalhador, das quais recebem, em segunda mão, os meios para sua existência socialmente útil” (LUXEMBURGO, 2011, p.447). Portanto, reafirma-se que a questão é centralmente de classe e as reivindicações políticas têm que, necessariamente, estar “profundamente enraizadas no abismo social que separa a classe dos explorados da classe dos exploradores; não na oposição entre o homem e a mulher, mas na oposição entre capital e o trabalho” (LUXEMBURGO, 2011, p.495).

Assim sendo, compreendemos que a referência a real situação das mulheres trabalhadoras exige uma análise da lógica de funcionamento do modo de produção da sociedade do capital. Por isso, a crítica incidiu no ponto nevrálgico do capital, a propriedade privada dos meios de produção e seus desdobramentos. Nesses termos, apresentamos como forma de dar respaldo teórico ao nosso trabalho, a apreensão do conhecimento capaz de captar de maneira mais aproximada a forma como a realidade se compõe.

Concordamos com Sartre quando afirma que:

Com frequência, tenho observado o seguinte: um argumento “antimarxista” não passa do rejuvenescimento aparente de uma ideia pré-marxista. Uma pretensa “superação” do marxismo limitar-se-á, na pior das hipóteses, a um retorno ao pré-marxismo e, na melhor, à redescoberta de um pensamento já contido na filosofia que se quer superar. (1963, p.18).

Sobre esse terreno, adotamos como ponto de partida a descrição de modo de produção apresentada por Marx em sua obra *O Capital*. A partir dessa obra adquirimos importantíssimos instrumentos para entender os fenômenos das relações que atravessam a sociedade de classes. A obra mencionada não se limita a apontar os fundamentos econômicos da economia vigente, antes, expressa uma totalidade contraditória da sociabilidade hodierna.

Trata-se, portanto, de um texto da teoria da história, através do qual se desenha o caminho que leva à compreensão desse ser totalmente histórico que é o ser social. Marx faz, com todo vigor, um retrato das condições reais das manifestações dos fenômenos internos e externos da sociedade. Foi capaz de enxergar relações humanas por trás das relações

entre as coisas, revelando a forma de ser da consciência humana que se origina da economia mercantil e atribui às coisas características que têm sua origem nas relações sociais entre as pessoas no processo de produção. Na obra *O Capital*, mais do que remeter para o capital como sendo uma relação de exploração dos operários pelos capitalistas, Marx vai além, ao sentido de um aprofundamento meticoloso de todo o conjunto do metabolismo social que compõe um mundo marcado pelas contradições impostas por essa lógica de se produzir e reproduzir a vida. O autor faz emergir a materialidade concreta dos seres sociais concretos de uma época determinada – o tempo histórico do capitalismo.

Assim, de acordo com o referencial teórico adotado, isto é, o materialismo histórico, as lutas contra as dominações específicas não atuam de forma independente da engrenagem que é o Capital e suas contradições de classes, antes, o pressuposto permanente é a realidade concreta, isto porque ela é “a síntese de múltiplas determinações”, a “unidade do diverso”, que é específico de toda a totalidade (MARX, 1987, p.67). Na configuração da dialética, são as contradições da vida material que permitem compreender a formação do ser social que se origina destas relações sociais. Logo, a apreensão desse método só é possível pela compreensão das leis que regem o movimento contraditório do capital, “já que o capital é contradição em processo e, por isso, é necessário captar o *movimento do movimento em movimento*”. Tais movimentos que se configuram têm no cotidiano um importante ponto de partida, mas que se expressam em suas aparências de forma desagregada, pois não possibilitam a apreensão da lógica do capital em sua completude. O pressuposto do qual partimos para definição da realidade tem por premissa a seguinte afirmação de Marx:



O concreto é o concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro método, a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas, no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento (MARX, 1977, p.221) <sup>3</sup>.

Nesse sentido, a investigação precisa apoderar-se da matéria, em seus pormenores, analisar suas diferentes formas de

---

<sup>3</sup> No prefácio *Contribuição à Crítica da Economia Política* Marx ilustra o método materialismo histórico da seguinte forma, “Ao estudarmos um determinado país do ponto de vista da sua economia política, começamos por analisar a sua população, a divisão desta em classes, a cidade, o campo, o mar, os diferentes ramos da produção, a exportação e a importação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias, etc. Parece correto começar pelo real e o concreto, pelo que se supõe efetivo; por exemplo, na economia, partir da população, que constitui a base e o sujeito do ato social da produção no seu conjunto. Contudo, a um exame mais atento, tal revela-se falso. A população é uma abstração quando, por exemplo, deixamos de lado as classes de que se compõe. Por sua vez, estas classes serão uma palavra oca se ignorarmos os elementos em que se baseiam, por exemplo, o trabalho assalariado, o capital, etc. Estes últimos supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços, etc. O capital, por exemplo, não é nada sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem os preços, etc. Por conseguinte, se começássemos simplesmente pela população, teríamos uma visão caótica do conjunto. Por uma análise cada vez mais precisa chegaríamos a representações cada vez mais simples; do concreto inicialmente representado passaríamos a abstrações progressivamente mais sutis até alcançarmos as determinações mais simples. Aqui chegados, teríamos que empreender a viagem de regresso até encontrarmos de novo a população - desta vez não teríamos uma idéia caótica de todo, mas uma rica totalidade com múltiplas determinações e relações” (1977, p.218).

desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho, é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, será possível almejar a superação da pseudoconcreticidade como o “mundo dos fenômenos externos, que se desenvolvem à superfície dos processos realmente essenciais [...] isto é da práxis fetichizada dos homens” (KOSIK, 2002, p.15). Objetivamos, portanto, a superação do mundo do aparente, do momento em que se olha a realidade já com elementos parciais sobre a essência que estão na base de suas manifestações, mas que, ao mesmo tempo, obnubilam essa essência. Então, ainda que a essência se expresse nos fenômenos específicos, neste caso o trabalho explorado, se manifesta em sua aparência, ou seja, pelas suas características úteis que definem o trabalho concreto.

Aqui, as características úteis compõem uma parte da expressão do fenômeno, mas carecem de capacidade explicativa do universo que as determina - o trabalho produtivo de valor. Neste ponto, a totalidade da forma capital cuja base se assenta na exploração das forças de trabalho, coloca-se independentemente do sexo. Dentro dessa perspectiva, consideramos que o fenômeno do patriarcado está inserido numa questão mais ampla que é a classe social, sendo esta última o fio condutor que serviu de marco orientador de nossa jornada. Concordamos com Kosik, quando afirma que a totalidade, “Significa, antes, a realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido”. (KOSIK, 1969, p.35). Por tudo isso, consideramos imprescindível o recurso à contribuição teórica que buscou clarificar as leis que regem “o movimento contraditório do

capital” (MARX, 1980, p.22) como forma de apreensão do todo e suas particularidades, do capitalismo e relações a ele subjacentes.

Partimos, portanto, da concepção de totalidade como categoria heurística fundamental que tem na mediação e contradição suas bases centrais.

Vale ressaltar que o grande mérito da contribuição para o debate feminista assegurado pelo materialismo histórico reside, principalmente, no fato deste viés teórico que, ao ter ousado decifrar esta esfinge que continua nos devorando, delineou a estratégia de luta emancipadora da mulher que tem, necessariamente de passar pela: a abolição da propriedade privada e o fim da sociedade de classes. Demonstrou a insustentabilidade das anteriores justificativas biologistas que vinham justificando a marginalização das mulheres das esferas centrais de decisão e do espaço público. Através do marxismo, passou-se a ter bases materiais para pensar a responsabilidade das determinações e contradições que se gestam no bojo da sociedade das mercadorias que conformam um ser social, “que consiste em enquadrar seus subordinados neste esquema de pensar/sentir/agir.” (SAFFIOTI, 2009, p.7) que, em sua unidade orgânica, conformam o ser humano, que no nosso caso é um socius de ser social formado do advento da sociedade capitalista em que o “[...] homem não é uma essência abstrata agachada fora do mundo; o homem é o homem do mundo [...]”. (MARX, 2010, p.15).

Em outras palavras, parece-nos que não é possível compreender a situação da mulher na sociedade de classes se não mergulharmos no conhecimento científico dessa perspectiva revolucionária acumulada ao longo da história da luta de classes. De

acordo com o sentido metodológico aqui descrito, as dominações sobre as quais nos vamos debruçar são resultados da forma de produção capitalista que, por sua vez, reverberam num social metabolismo específico. A partir desse inventário, procuramos compreender até que ponto a formação social capitalista é determinante na produção de determinadas dominações e na formulação das contradições que em si encerra.

Nesses termos, os procedimentos metodológicos foram os seguintes:

- Fizemos um levantamento bibliográfico de dissertações, teses, livros, artigos, jornais e revistas. Em relação a esse material demos principal destaque aos que assentam suas análises a partir dos anos 70 e, em particular os que se debruçaram sobre a divisão sexual durante o processo de reestruturação produtiva;

- Como motor de busca das bibliografias apontadas procuramos tanto na biblioteca digital de artigos, teses e dissertações, quanto nos acervos das bibliotecas das Universidades Federais, principalmente das Universidades que dispõem de um acervo mais específico sobre o tema delineado, quer seja sobre patriarcado, quer seja sobre a reestruturação produtiva ou ainda em relação à discussão capital-trabalho. Destacamos os trabalhos produzidos pelas seguintes universidades: Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Estadual de Campinas e Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em relação aos jornais reunimos um conjunto de periódicos vinculados aos sindicatos, principalmente ao da Intersindical dos últimos 10 anos. Nas revistas utilizamos, sobretudo, Carta Capital, Caros Amigos, Le Monde Diplomatique, Crítica Semanal de Economia (revista eletrônica) e a

Revista da Semana, publicada nos inícios do Séc. XX. A importância conferida a esta última deve-se ao fato de ser a primeira revista feminista publicada no Brasil que traz o germe do pensamento feminista materialista, o acesso a ela é feito via biblioteca digital;

- Realizamos um levantamento de dados sobre o trabalho feminino a partir do período de reestruturação com principal destaque para os anos 90 até ao período recente no Brasil. Esses dados foram recolhidos, sobretudo através da base de dados eletrônicos: Organização Internacional do Trabalho (OIT), Ministério do Trabalho e Renda, Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Fundação Carlos Chagas (FCC). A partir dos mesmos, traçamos tendências sobre os impactos das transformações no mundo do trabalho com relação às condições da mulher trabalhadora do setor produtivo, mais especificamente da mulher trabalhadora no Brasil;

- Destacamos também a participação no grupo de pesquisa Núcleo de Estudos e Pesquisas: Trabalho e Questão Social na América Latina (NEPTQSAL-UFSC). A partir deste espaço de estudo, debate e pesquisa passamos a ter acesso ao conteúdo que contribuiu para dar saltos no sentido de questionar alguns temas que tínhamos como pressupostos verdadeiros.

Sublinhamos, ainda, que a escolha pelo estudo nesse tema surgiu, principalmente, pela trajetória de militância no campo do feminismo marxista e, também, pela curiosidade em mergulhar nesse conhecimento teórico. Assim como, contribuir para o estudo e luta dos movimentos que constroem suas organizações no sentido da superação histórica da sociedade capitalista em sua forma desenvolvida, no alcance

da emancipação humana cujo objetivo terá de ser uma sociedade sem propriedade privada, sem exploração ou dominação. Por tudo isso, ser parte do “complexo dos complexos” (LESSA, 2012), significa existir em contínua reprodução no processo de formação do ser social. Pensamos que a partir daqui estão lançadas as pistas que permitem articular o objeto do projeto com a possibilidade de aprofundar os elementos teóricos, analisar e problematizar a forma como se dá a relação entre capitalismo e capitalismo em momento de capitalismo avançado.

Nos limites desta dissertação circunscrevemos como objetivos específicos:

- Identificar as tendências que o capitalismo aponta na forma de exploração da força de trabalho feminina;

- Entender as características culturais tradicionais no atual momento de reestruturação produtiva na constituição dos seres sociais;

- Identificar a dominação patriarcal no conjunto das relações capitalistas na contemporaneidade;

- Apontar os elementos de configuração do trabalho à luz das modificações nos processos de trabalho.

Iniciamos a dissertação na seção I, tendo por ponto de partida questões mais gerais referentes ao tema escolhido. Ou mais especificamente, perquirimos sobre a historicidade que está na base da manutenção do patriarcado, em suas interconexões com o desenvolvimento capitalista. Para isso, fizemos um resgate do percurso traçado pelos movimentos feministas. Ainda que este percurso não seja nosso objeto, consideramos que a análise desse solo histórico faz-se importante na medida em que possibilita demonstrar não só a efetivação

e ampliação do que se consolidou como movimentos feministas, mas principalmente, permite lançar luz sobre as contradições que lastream e alimentaram essas lutas na história do feminismo e, em particular, nas origens do feminismo marxista, cuja base teórica será nosso alicerce ao longo da dissertação.

Entretanto, a partir desse direcionamento histórico, justificamos o porquê de nossa opção tanto pela categoria patriarcado em detrimento da categoria gênero como campo categorial de análise das dominações que recaem sobre as mulheres, como pelo embasamento teórico no campo feminista marxista, dando especial ênfase para a dinâmica da luta de classes. Salientar o papel das dominações que recaem sobre as mulheres trabalhadoras não significa esquecer a base de produção material referente à dominação, apenas constatamos que o fenômeno da produção atravessa de maneira subjacente toda a trajetória delineada. É preciso detectar a “presença das diferenças-semelhanças” (SAFFIOTI, 1992, p.192) da dominação patriarcal no espaço da exploração da força de trabalho, acentuando a interconexão das contradições entre as formas produtivas e todo o sociometabolismo do capital.

Na seção II, tomamos por bússola as categorias de totalidade, mediação e contradição do modo de produção capitalista, apresentamos os fundamentos que estão na base da sociabilidade que age na lógica do capital, para, posteriormente, vincularmos essa análise à singularidade do patriarcado. Buscamos fazer uma pesquisa que se aproxime, no contexto das relações sociais mais amplas, as múltiplas determinações e expressões da sociabilidade do capital para a emancipação feminina. Optamos pela análise de tais fundamentos de apreensão do capital na

lógica de seu processo de valorização, por se entender que são categorias de análise da realidade, centrais para apreensão das contradições que permeiam o fenômeno da dominação que incide sobre as mulheres trabalhadoras. Ao mencionarmos a particularidade da dominação das mulheres é preciso não esquecer a produção material da vida social que “remete à totalidade da vida social, ou ao modo de existência” (FONTES, 2010, p.41).

De acordo com esta concepção, se mirarmos o fenômeno do patriarcalismo separado, por exemplo, da esfera do trabalho incorremos no risco de obscurecer a maneira pela qual se concretizam as relações capitalistas em sua totalidade, acabando por assumir as particularidades com um potencial explicativo que na realidade não têm. Na trilha desenhada, verificamos uma relação indissociável entre as várias esferas que compõem o social metabolismo do capital, cujo mecanismo de produção particular emergem. Em suma, o conflito existente “entre as forças produtivas sociais e as relações de produção” expressam-se nas relações de alienação que têm na propriedade privada dos meios de produção um de seus princípios originais.

Na esteira do descrito, nosso esforço em resgatar as categorias analíticas embutidas na análise do sistema capitalista, fez-se no sentido de: a) apontar o caráter do trabalho que subsume a sociedade capitalista; b) a importância outorgada à análise do caráter trabalho se justifica tanto pelo fato de ser uma das categorias que tem a função de fio condutor nesse trabalho, quanto em razão da necessidade de compreendermos de que forma se expressa em um ser social historicamente determinado pelo modo de produção vigente, dando principal destaque para o fenômeno do patriarcado que subjaz à forma capitalista de produção; c)



trata-se, portanto, de nunca subordinar a essência dos fenômenos a suas aparências, o que exige entender a forma trabalho em sua subsunção real; d) a relação entre o desenvolvimento das forças produtivas e as manifestações sociais daí decorrentes.

Esses elementos que agregados ao estudo da seção I nos deram instrumentos importantes para a apuração das cores que pintam a inserção da força de trabalho feminina no advento da acumulação flexível<sup>4</sup>.

Na seção III, debruçamo-nos sobre a situação de desigualdade em relação à inserção da força de trabalho feminina, que prevalece pela mediação do patriarcado. Consideramos de suma importância entender de que forma o fator patriarcado descrito na seção I se plasma não só em relação à desigualdade salarial, mas também com relação à própria permanência da divisão sexual das tarefas “que não apenas diferencia trabalho feminino do masculino, mas gera desigualdades entre homens e mulheres pertencentes a uma mesma classe” (CISNE, 2014, p.25). Nesse espírito, sentimos a necessidade de ir buscar explicações ao arcabouço teórico que se debruça sobre a instituição do patriarcado para entender até que ponto o patriarcalismo é utilizado a favor da expansão da acumulação pela intensificação sobre a força de trabalho feminina. No escopo de avançarmos na análise proposta para a dissertação, buscamos nas autoras do designado campo feminista marxista a compreensão sobre as características que o capitalismo assume nesse período de reestruturação, na sua relação capital-trabalho-patriarcado-divisão sexual do trabalho. Qual a relação entre a configuração do novo

---

<sup>4</sup> Conceito formulado por David Harvey em seu livro *A condição pós-moderna* (1993) para explicar o novo padrão de acumulação flexível.

padrão de acumulação de capital com suas decorrentes metamorfoses no mundo do trabalho e a introdução massificada de força de trabalho feminino concomitante a esse processo de transformação, foi uma questão que se nos colocou ao longo desta dissertação. Neste sentido, resgatamos alguns dados, que demonstram como tem evoluído tanto a relação salarial entre homens e mulheres, quanto dados referentes à relação emprego/desemprego entre ambos os sexos no mesmo período. A busca por esses dados fez-se necessária, na medida em que serviu de base para delinear algumas hipóteses com relação ao papel social que exercem as dominações dentro da estrutura social-econômica vigente.

Por fim, na última seção, procuramos demonstrar as imbricadas articulações entre divisão sexual do trabalho e exploração da força de trabalho no intuito de compreender quais as tendências apontadas pelo momento de acumulação flexível do capital quando da escolha de força de trabalho a ser explorada. A partir das múltiplas contribuições do campo feminista marxista sobre o tema reestruturação produtiva e exploração das mulheres na lógica apontada por Saffioti de coexistência entre dominação-exploração, patriarcado-classe, procuramos, de forma preliminar, levantar alguns questionamentos e problematizar os pressupostos explicativos que vem acompanhando as análises sobre a singularidade-particularidade-universalidade no terreno das determinações que compõem os fenômenos que emergem da propriedade privada dos meios de produção em relação à exploração da força de trabalho feminina. Para nós, o importante é apreender e desvelar como o capitalismo se utiliza dos mecanismos de dominação em sua organização sociometabólica. Portanto, caber-nos-á criar

condições para se debruçar sobre as questões orientadoras deste trabalho.

Iniciamos assim este trabalho sem qualquer pretensão de esgotar o tema, mas apenas apontar algumas possibilidades analíticas que possam vir a acender mais debates que, de alguma forma, venham a contribuir para jogar luz na captura da atualização crítica sobre a relação capital-trabalho e seus desdobramentos.



## 1. DAS FORMAÇÕES PATRIARCAIS TRADICIONAIS AO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Em seu livro *Feminismo: O ponto de vista marxista*, Alambert desenha uma trajetória que perpassa o desenrolar histórico da formação do patriarcado desde a antiguidade até aos dias atuais. A partir desse solo histórico, a autora demonstrou como a catástrofe que significou o patriarcado para as mulheres se enraíza em períodos longínquos, mais ou menos acerca de seis milênios. Fenômeno que, aliás, ganhou fôlego pela mediação dos homens das filosofias e ciências, aqueles que, na antiguidade se dedicaram a sustentar o insustentável, ou seja, elaboraram várias teorias sobre a suposta natureza feminina e masculina que, de acordo com suas descrições filosóficas, seriam naturezas antagônicas e intrinsecamente imutáveis. Uma vez que às próprias mulheres estava impossibilitado o acesso ao conhecimento produzido socialmente, acabavam por serem excluídas de qualquer espaço intelectual era-lhes, por isso, vedada a possibilidade de denunciar as condições a que estavam sujeitas. Filósofos esforçavam-se para explicar, com base em fatores biológicos, que as mulheres seriam seres naturalmente inferiores<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup>O que não significa a inexistência de focos de resistência por parte das mulheres, tais como: SAFO “poetisa grega nascida de Lesbos, no ano 125 a.c, criou o centro para a formação intelectual da mulher.” (ALAMBERT, 1986, p.5). Posteriormente, na idade média, aquela que, de acordo com Alambert poderia ser considerada a precursora do feminismo: CHRISTINE DE PISAN (séc. XIV e XV), que terá sido a primeira mulher escritora a viver de sua produção. Dedicou sua obra à luta pela igualdade entre homens e mulheres, contrapondo-se aos que calcavam suas análises na existência de um abismo natural entre homens e mulheres. Defendeu, ainda, o direito ao acesso igual à

Já na antiga Grécia, Platão e Aristóteles afirmavam que a mulher seria “fêmea em virtude de certa falta de qualidades” que se “decide com mais dificuldade” que “é mais chegada à lamúria” (ARISTÓTELES *apud* ALAMBERT, 1986, p.2). Posteriormente, na idade média, outros representantes da ideologia dominante, na ânsia de manterem as configurações tradicionais, ganharam voz pela mão de Santo Tomás de Aquino, para o qual a mulher “é um ser acidental e falho” que “Sobre si mesma ela não tem autoridade alguma” e “Por natureza a mulher é inferior ao homem em força e dignidade, e por natureza lhe está sujeita, pois no homem o que domina, pela sua própria natureza, é a facilidade de discernir, inteligência” (*apud* ALAMBERT, 1986, p.).

Vale enfatizar duas situações em curso: de um lado, impedia-se às mulheres o acesso aos espaços públicos, central como espaço de acesso ao conhecimento elaborado e acumulado pela humanidade e de outro, acusavam-nas de serem intelectualmente incapazes e desinteressantes, ao mesmo tempo em que se faziam arder nas fogueiras da inquisição as que ousassem questionar os limites aos quais estavam subjugadas.

---

educação (ALAMBERT, 1986). Posteriormente, MARTIN LE FRANC (séc. XV), rebateu os que acreditavam na inferioridade natural das mulheres, afirmou que a resposta não estava na natureza, mas sim na parca educação a que meninas e mulheres tinham acesso. No séc. XVII pela figura de MARIE DE GOURNAY, “filha adotiva de Montaigne, [...] se engajou na luta feminista com seu *Tratado de igualdade dos homens e mulheres*” (ALAMBERT, 1986, p.7), reanimou a ideia de que a insuficiência intelectual feminina era consequência da fraca educação. Muitas outras mulheres se dedicaram a esta questão, algumas não têm seus nomes registrados na história, já que por muitos séculos ser-se mulher e intelectual era algo perigoso.

Nessa trajetória, e embora as mulheres tenham exercido um papel fundamental para colocar um ponto final na sociedade feudal, não encontraram na história da revolução burguesa uma página dourada, principalmente para as mulheres da classe trabalhadora<sup>6</sup>. Assim, nos primeiros anos do capitalismo, os intelectuais da burguesia, contaminados pelo patriarcado forjado de formas de organização social anteriores, contribuíram de maneira reacionária para dar continuidade a muitos dos pressupostos preconceituosos elaborados em relação à mulher. Homens que prezaram pela manutenção dos fundamentos biológicos e de ordem naturalista valeram-se dessas análises no intuito de perpetuarem a suposta relação natural entre o ser mulher e o materno.

Como não vamos fazer uma exegese histórica sobre o conceito de patriarcado, propomos partir da elaboração sobre esta categoria de análise realizada pelo campo do feminismo materialista, dando principal destaque para Heleieth Saffioti<sup>7</sup>, a autora refere-se ao

---

<sup>6</sup> Algumas que ganharam destaque foram perseguidas e guilhotinadas, como foi o caso de Olympe de Gouges que respondeu a *Declaração dos Direitos do Homem*, com a necessária *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*. Rapidamente os limites da revolução burguesa se apresentaram e se iniciou uma franca perseguição contra os clubes femininos e em 1793 “O governos fechou os clubes independentes de mulheres [...] em seguida baniu a admissão de mulheres às assembleias populares” (GOLDMAN, 2014, p.41). Foram necessárias algumas décadas para que as mulheres voltassem a ser protagonistas de importantes movimentos de revolta.

<sup>7</sup> Destacamos também, que a produção teórica de Saffioti foi responsável por uma retomada do campo marxista na discussão feminista que pós os anos 30 tinha sido confinado ao esquecimento. A intelectual feminista deixou um lastro que exerceu forte influência na edificação do feminismo marxista. Sua produção, mais especificamente, o legado da obra *A Mulher na Sociedade de*

viés marxista como aquele que teve o grande mérito na contribuição para o debate feminista e, por conseguinte na definição do fenômeno patriarcado.

Assim, Saffioti, por intermédio de alguns autores marxistas, como Engels e o próprio Marx, entende patriarcado como conjunto de mecanismos tradicionais de dominação e exploração de mulheres e homens, mas que cria pressões hierárquicas em favor do sexo masculino que vai estar na base do que se definiu pós anos 70, por divisão sexual do trabalho. Neste âmbito, o materialismo histórico explica as causas que estão na origem da situação da subalternidade das mulheres, causas que não se encontram em fatores naturais, nem em diferenças tácitas entre mulheres e homens, mas que são consequência do cruzamento de fenômenos que se plasmam em formas sociais-culturais-econômicas determinadas e, por sua vez se enraízam em formas específicas de se produzir e reproduzir a vida. Saffioti busca, portanto, analisar o patriarcado de forma extensa que não se restrinja à questão cultural ou à explicação simplificada de dominação de um sexo sobre o outro, antes

---

*Classes* (1969) foi além dos muros nacionais e chegou a ter impacto internacional sendo traduzida para o Inglês e Francês. Por decorrência, influenciou o construto teórico das militantes feministas marxistas de grande destaque na luta pela emancipação das mulheres, e na formulação teórica base de organizações feministas de configuração materialista. Após os anos 70, Saffioti se dedica a entender o processo de flexibilização do capital em relação com o patriarcado, destacam-se neste período as seguintes obras: *Do artesanal ao industrial: a exploração da mulher* (1975) e *A mulher sob o modo de produção capitalista* (1976). Posteriormente, vai se dedicar a estudar mais especificamente, as relações de poder que atravessam as classes sociais desse período, pós anos 90, que resultam nas seguintes obras: *Gênero, Patriarcado e violência* (2004), *Ontogênese e Filogênese do Gênero* (2000) e *O Poder do Macho* (1994).



se trata, de acordo com a autora, de um sistema mais complexo que incide sobre ambos os sexos conformando as formas de *ser homem* e de *ser mulher*. (SAFFIOTI, 2013).

Assim,

[...] o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico (SAFFIOTI, 1990, p.50).

Na órbita do assinalado, da qual partem as feministas materialistas, demonstra-se a impossibilidade de justificar a dominação e a concomitante “mística feminina” por fatores sexuais ou “naturais”. Por enquanto, admitamos que ele, o patriarcado perpassa toda a sociabilidade e, de acordo com Saffioti,

[...] é imprescindível reforço permanente da dimensão histórica da dominação masculina para que se compreenda e se dimensione adequadamente o patriarcado. Considera-se muito simplista a alegação de a-historicidade deste conceito. Primeiro porque este *constructu mental pode*, sim, apreender a historicidade do patriarcado como um fenômeno social que é, além do fato de o conceito ser heurístico. Segundo, porque na base do julgamento do conceito como a-histórico reside a negação da historicidade do fato social. Isto equivale a afirmar que por trás desta crítica esconde-se a presunção de que todas as sociedades do passado remoto, do passado próximo e do momento atual comportaram/comportam a subordinação das mulheres aos homens. (2004, p.104).

Nessa lógica de desnaturalização da realidade social, a historicidade precisa ser resgatada no sentido de desmistificar a falsa ideia de imutabilidade dos fatos, pois, tanto a propriedade privada como a concomitante forma familiar que corresponde à origem do patriarcado, não fazem parte da essência da humanidade, antes surgiram de formas históricas específicas imbricadas umbilicalmente, a também formas de produção específicas. Na relação umbilical entre propriedade privada e patriarcado, estava em curso uma redefinição naquilo que viria a ser o papel da mulher na sociedade de classes. A forma desigual de acesso à propriedade por parte de mulheres e homens tinha no patriarcado sua principal justificativa. Pois, o controle sobre a produção e reprodução, delegada pelo acesso exclusivo à propriedade permitiu-lhes ascender o que “revela como direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. A liberdade civil não é universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal” (PATEMAN, 1993, p.170).

Em sociedades pré - propriedade privada, como as de comunismo primitivo, por exemplo, as mulheres tinham papéis muito diferentes. De acordo com Engels em relação a este período pré-propriedade:

Uma das ideias mais absurdas que nos transmitiu a filosofia do séc. XVIII é a de que na origem da sociedade a mulher foi escrava do homem. Entre todos os selvagens e em todas as tribos que se encontram nas fases inferior, média e até (em parte) superior da barbárie, a mulher não é só livre como, também, muito considerada. (1982, p.51).<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup>Ainda hoje alguns grupos Indígenas que mantêm distância em relação ao contato externo, lograram manter estruturas de relacionamentos muito distintas

Observamos, portanto, que a origem da família monogâmica, que por sua vez expressa uma das facetas da apropriação privada dos meios de produção, esteve na gênese da dominação das mulheres. Foi dessa nova escala de propriedade dos meios de produção necessários para a sobrevivência, que Engels partiu para a elaboração da obra *A origem da Família da Propriedade Privada e do Estado* – o autor situa o nascimento da monogamia no momento do movimento que vai da sociedade primitiva para a sociedade de classes. A partir dessa reflexão, conclui que a impulsão à acumulação que acompanha a propriedade privada traz em seu bojo o nascimento da família monogâmica e, por sua vez, encontra-se no momento do movimento que vai da sociedade primitiva para a sociedade de classes em que a “[...] divisão do trabalho não era primitivamente senão a divisão do trabalho no ato sexual” (MARX e ENGELS, 1980, p.37).

A história da família monogâmica, não foi, portanto, um fenômeno do acaso, mas sim filha de um contexto cuja origem tem por engrenagem a sociedade de classes como “expressão da propriedade privada nas relações familiares” (LESSA, 2012, p.42). Essa forma familiar exerceu, portanto, um importante papel tanto no desenvolvimento da sociedade capitalista quanto no desenvolvimento das forças produtivas. Assim como, na “configuração das individualidades ao contribuir decisivamente para que nos tornássemos

---

das expressões nascidas da propriedade privada dos meios de produção, na tribo da Amazônia *Zoé*, por exemplo, são polígamos. Tanto homens como mulheres podem ter mais de um parceiro. É bastante comum as mulheres terem vários parceiros homens para partilhar as diversas tarefas cotidianas, entre eles não vigora, também, qualquer hierarquia.

as pessoas masculinas e femininas que hoje somos”. (LESSA, 2012, p. 43). Atentos a essa questão, Marx e Engels, na *Ideologia Alemã*, compreenderam que “A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, quanto da alheia, na procriação, aparece desde já como uma relação dupla – de um lado, como relação natural, de outro, como relação social” (MARX e ENGELS, 2007, p.34). De acordo com os autores, “[...] a propriedade, cuja primeira forma, o seu germe, reside na família” extirpou da mulher os poderes de decisão. Assim, a base da conformação do patriarcado tem seus pilares centrais em duas questões principais: O homem passou a ser proprietário dos instrumentos de trabalho e em consequência ganhou poder de propriedade sobre a mulher fora e dentro do espaço doméstico, em decorrência disso a herança, outrora matrilinear, passou a ser direito de escolha patrilinear,

Esse direito [matrilinear] teria que ser abolido, e o foi. [...] Tal revolução – uma das mais profundas que a humanidade já conheceu- não teve necessidade de tocar em nenhum dos membros vivos da gens, mas os descendentes de um membro masculino permaneceriam na gens puderam continuar sendo o que até então haviam sido. Bastou decidir simplesmente que, de futuro, os descendentes de um membro masculino permaneceriam na gens, mas os descendentes de um membro feminino saíam dela, passando à gens de seu pai. Assim, foram abolidos a filiação feminina e o direito hereditário materno [...], isso remonta aos tempos pré-históricos. (ENGELS, 1982, p.59-60).

Na página seguinte, o mesmo autor elucida que,

O desmoronamento do direito materno, a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo. O homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução. Essa baixa condição da mulher, manifestada sobretudo entre os gregos dos tempos heróicos e, ainda mais, entre os dos tempos clássicos, tem sido gradualmente retocada, dissimulada e, em certos lugares, até revestida de formas de maior suavidade, mas de maneira alguma suprimida. (1982, p.61).

Assim, as formações de grupos designados por família, têm seus contornos determinados pela feição que a produção e reprodução material assumem em determinado momento histórico.

Num primeiro momento, ainda antes do advento do capitalismo, o surgimento da propriedade privada foi acompanhado pelo poder do pater, do homem na família. Cujas origens etimológicas são *famulus*<sup>9</sup>. Segundo Engels (1982) significa “escravo doméstico”, “pertencentes ao mesmo homem” (1982, p.61). Ou seja, a família, no sentido aqui descrito, é o núcleo de organização de um conjunto de indivíduos que obedecem aos mandos do chefe (de família), isto é “o conjunto de escravos pertencentes a um mesmo homem” (1982, p. 61)

A cisão entre a propriedade e a vida impôs aos seres sociais a transformação das formas de organizações sociais tradicionais. Nesse

---

<sup>9</sup>Denominação- *famulus*-, fora utilizada pela primeira vez pelos romanos para definir a nova forma de organização social da qual faziam parte: a mulher, os filhos e os escravos. Todos se submetiam ao mando do homem que detinha o poder de vida e morte sobre todos os membros do organismo social que lhe correspondia.

movimento de segregação podemos resumir a tessitura da família monogâmica, de acordo com Engels, da seguinte forma:

a) O fim da predominância da atividade coletiva que passa a ser substituída, por um núcleo familiar específico e concomitante raiz da dominação do homem sobre a mulher;

b) A descoberta sobre a participação dos homens na reprodução dos filhos deitou por terra a crença de que era um privilégio divino das mulheres.

O controle sobre as mulheres que daí adveio foi sustentado com o intuito de cumprir os seguintes objetivos: (ENGELS, 1982).

a) Garantir, através da monogamia, exclusivamente feminina, o controle sobre a descendência, mantendo a herança dentro do clã familiar. Aplica-se pela primeira vez na história da humanidade uma dupla moral para homens e para mulheres. Deu-se o primeiro passo na captura da sexualidade feminina. As mulheres confinadas ao espaço do lar limitavam seu círculo de relações sociais ao espaço familiar cujo papel precípua passou a centrar-se no de serem boas esposas e mães dedicadas, enquanto os homens como provedores mantinham uma vida muito mais estimulante fora do círculo doméstico e aos quais são permitidas relações extraconjugais. Por exemplo, o código de Napoleão (1804) que garantia a infidelidade exclusivamente masculina, uma vez que a feminina era punida com pena de morte;

b) Aumentar a prole com o objetivo de integrar mais forças de trabalho para uma maior produção de riqueza e com isso aumentar o excedente;

c) Criar novas reprodutoras, o que segundo Saffioti significou a conformação de um sistema que surgia ao mesmo tempo em que

colocava as mulheres na condição de “objetos de satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e novas reprodutoras.” (2004, p.58).

Observamos, portanto, que os imperativos da família monogâmica, intermediada pela divisão sexual do trabalho, funcionaram como uma âncora de sustentação do patriarcado e, ao qual se consubstanciaram as transformações substantivas nas relações de trabalho que tiveram como pressuposto axial a necessidade de garantir a hereditariedade da propriedade privada dos meios de produção. Constatamos, assim, que a família fora “[...] uma importante chave para o entendimento histórico da exploração e da opressão sobre as mulheres” (CISNE, 2014, p.81). Resumindo, esse processo histórico de formação da família monogâmica sinalizou “a gênese de uma nova relação social, de um novo complexo social – que é fundado pela passagem do trabalho de coleta ao trabalho alienado (explorado). Em todos os casos sem exceção” (LESSA, 2012, p.28).

Como desfecho histórico, às mulheres foi-lhes tolhido o direito de participação na formulação das leis e regras, foram expulsas das decisões referentes à *Res pública*. Obedecendo a essa lógica, o patriarcado tratou-se resolutamente de um contrato entre os homens, que de acordo com Saffioti pode ser compreendido como sendo “relações hierarquizadas entre seres socialmente desiguais” (2004, p.119), o patriarcado contou com “a primazia masculina. É, por conseguinte, um conceito de ordem política” (SAFFIOTI, 2004, p.139).

Essa captura da subjetividade das mulheres por parte dos homens permite compreender a imposição histórica da monogamia, como aquela que “surge sob a forma de escravidão de um sexo pelo outro, como

proclamação de um conflito entre sexos, ignorado, até então, na pré-história”. (ENGELS, 1982, p.68). Portanto, “o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino”. (ENGELS, 1982, p.68). Assim, o contrato pelo casamento que corresponde à família monogâmica é “o meio pelo qual os homens transformam seu direito natural sobre as mulheres na segurança do direito patriarcal civil” (PATEMAN, 1993, p.21).

Nesse âmbito, parece-nos que não é exagerado afirmar que, durante décadas, o patriarcado tem contribuído abertamente para capturar tanto a existência material quanto subjetiva das mulheres o que teceu de forma acutilante à formação do caráter dos sujeitos.

Em sua obra *O segundo sexo*, Beauvoir<sup>10</sup> faz um extenso estudo histórico que descreve a forma como a própria sexualidade feminina foi

---

<sup>10</sup> Beauvoir em sua obra *O segundo sexo*, faz um fundamentado resgate histórico sobre esta captura da sexualidade feminina, relata o processo de construção social de valorização do orgasmo masculino e demonização do orgasmo feminino em que as mulheres que se recusavam a servir passivamente os homens seriam encaixadas nas categorias de devassas. Dessa forma, desenha-se um universo simbólico a homens e mulheres que criam abismos entre seus mundos e aos quais são atribuídos papéis sociais específicos, por exemplo, da parte dos homens se espera um comportamento sentimental mais superficial que corresponda ao que se postula ser racional e, de afetividade epidérmica, enquanto das mulheres se espera docilidade, rendição, passividade, etc, “um homem não precisa ser bonito, repetiram-lhe amiúde; não deve procurar nele as qualidades inertes de um objeto e sim a potência e a força viril” (BEAUVOIR, 2008, p.132). Portanto, esta tessitura que se sustenta na propriedade privada dos meios de produção é responsável pela pobreza do corpo e do espírito, concomitantemente às ideias formuladas pela classe detentora dos meios de produção. Tornam-se, num primeiro momento, formas



elidida em virtude da valorização da sexualidade masculina. Na captura do sujeito feminino pelo patriarcado, dificultou-se a possibilidade da mulher se compreender como sujeito histórico e completo, suas características, aprisionadas pela “mística feminina” a aproximam mais às de um objeto que as de um sujeito. No que tange à questão dos sexos, assim se prenuncia Beauvoir:

[...] na mulher há, no início, um conflito entre a sua existência autônoma e o “ser outro”; ensinam-lhe que para agradar é preciso procurar agradar, fazer-se objeto; deve, portanto, renunciar à sua autonomia. Tratam-na como uma boneca viva e recusam-lhe a liberdade; fecha-se, assim, um círculo vicioso, pois quanto menos exercer a liberdade para compreender, apreender e descobrir o mundo que a cerca, menos encontrará recursos, menos ousará afirmar-se como sujeito. (2008, p.27).

Dessa forma, desenhou-se uma constelação simbólica recheada de adjetivos diferenciados para caracterizar mulheres e homens. Sobre esse ponto, Beauvoir analisou que enquanto homens e mulheres estivessem sujeitos a estímulos antagônicos, por conseguinte iriam permanecer os abismos entre seus mundos, cuja expressão se plasmava em papéis sociais específicos para cada sexo. Conformou-se, assim estabelecer que as mulheres não teriam tendência natural para o

---

naturalizadas das ideias dominantes. Beauvoir terá revolucionado profundamente a análise feminista da questão da mulher e propôs soluções radicais para o conflito entre os sexos. Todo o feminismo moderno teve origem nesse livro. Na obra *O Segundo Sexo*, Simone de Beauvoir afirma sua convicção de que “não é a natureza que limita os papéis femininos, mas um conjunto de preconceitos, costumes e leis arcaicas, de que as mulheres em geral são mais ou menos cúmplices”. (ALAMBERT, 1986, p.10).

universo sexual ao contrário dos homens (LESSA, 2012). Com a chegada dos anos 20 do séc. XX essa questão foi repetida pelas ciências da medicina à psicologia que buscavam justificar, mais uma vez, a captura da sexualidade feminina, até porque importava silenciar os movimentos de revolta que já se faziam escutar nos finais do séc. XIX e que, entre outras questões, questionavam a naturalização das expressões do patriarcado.

Esse pacto entre homens denominado de patriarcado foi ainda responsável pelo enraizamento das relações hierárquicas que se estabeleceram entre homens e mulheres que não estão, necessariamente, representadas pela figura masculina, antes, ela independe da figura humana singular, ou seja, o patriarcado “[...] funciona como uma engrenagem quase automática, pois pode ser acionado por qualquer um, inclusive por mulheres”. (SAFFIOTI, 2000, p.43). De sua análise das relações sociais de classe e sexo, a autora conclui que o patriarcado circula de forma dissimulada pelas relações que se estabelecem no capitalismo, isto porque ele encontra respaldo na ideologia permeada pelas relações de reificação do sujeito. No texto *Ontogênese e Filogênese do gênero* (2009), a autora vai ilustrar através do relato do filme *lanternas vermelhas*, essa ideia da não necessidade da figura masculina na reprodução do patriarcado e, portanto, o patriarcado se corporifica muitas vezes num sistema de ideologias e valores que agem no sentido de colocar uma película que ao obscurecer a realidade acaba por agir de forma desfavorável para os sujeitos subalternizados, neste caso, a mulher:

[...] nem sequer a presença do patriarca é imprescindível para mover a máquina do patriarcado [...] Além de o patriarcado fomentar a

guerra entre as mulheres, funciona como uma engrenagem quase automática, pois pode ser acionada por qualquer um, inclusive por mulheres. Quando a quarta esposa, em estado etílico, denuncia a terceira, que estava com seu amante, à segunda, é esta que faz o flagrante e que toma as providências para que se cumpra a tradição: o assassinato da “traidora”. (2000, p. 7).

Este cenário desenhado pelo filme de Yimou Chen captou, segundo Saffioti, a relação de subalternização da qual as mulheres são, ao mesmo tempo, “Metade vítimas, metade cúmplices” (SARTRE *apud* BEAUVOIR, 2008, p.8) razão, também pela qual não se torna confortável aos homens questionar a relação patriarcal dominante<sup>11</sup>. Com isso, o patriarcado estabelece, nos primórdios da sociedade capitalista, imbricadas articulações com as classes sociais, contribuindo para a manutenção da boa saúde do capital. No contexto descrito, o patriarcado não traz consequências ideológicas negativas, somente, para as mulheres, mas, também para os homens, uma vez que ambos vêm sua conduta pré-determinada por um conjunto de normas pré-estabelecidas.

---

<sup>11</sup> Interessante observar que, Saffioti sempre que se refere à forma como o patriarcado age sobre as mulheres utiliza a categoria dominação em detrimento de opressão. Pela leitura de sua obra, compreendemos que a opção por aquela categoria se justifica, no sentido em que dominação não se refere, somente, a um sujeito (masculino) que oprime e a outro sujeito (neste caso, a mulher) que seria a vítima, mas traz uma carga mais complexa e ampla de explicação sobre as relações patriarcais que independem da figura masculina. Antes, dominação significa que a perpetuação do patriarcado só é possível, porque as próprias mulheres consentem, reproduzem ou até alimentam essas formas de relacionamentos pela reprodução de mecanismos ideológicos que vão ao encontro dos interesses patriarcais.

Assim, faz sentido pensar que a libertação das mulheres é também a libertação dos homens de sua reificação (SAFFIOTI, 2013).

Dessa forma, as determinações do patriarcado situam os antagonismos e as contradições das hierarquias formadas no mundo do trabalho. A questão da exploração do trabalho tem na subordinação da mulher trabalhadora, a engrenagem da reprodução das relações desiguais forjadas de sociedades pré-capital. Logo, se por um lado, a inserção da força trabalho feminina exerceu um papel crucial no salto da acumulação primitiva para o capital industrial, por outro lado, essa inserção não foi acompanhada de mecanismos suficientes que libertassem a mulher daquilo que se convencionou denominar tarefas femininas.

Após observarmos a historicidade que está na base da manutenção do patriarcado, cabe agora trazer alguns elementos que ofereçam pistas para análise do solo histórico-social em suas interconexões com o desenvolvimento capitalista, no qual se acentua a aproximação das mulheres em relação à produção. Processo que foi, também, responsável por impactos cruciais tanto no que passou a ser o centro da vida das mulheres trabalhadoras, como, por conseguinte, no processo de formação política daquilo que viria a se materializar no viés que serve de fundamento teórico para a desmistificação da condição da mulher na sociedade de classes- o feminismo marxista, ou feminismo socialista.

Para isso, fazemos um resgate do percurso traçado pelos movimentos feministas.

## 1.1 O SURGIMENTO DO CAPITAL E A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DA MULHER PROLETÁRIA.

A ruptura com a sociedade feudal e o embrião do modo de produção capitalista acarretou fenômenos de grande importância e umbilicalmente ligados: o fim do pensamento unitário centrado em Deus que vigorava na sociedade feudal e a laicização da ciência “sobre o dogma teológico e metafísico” (LESSA, 2012, p.35). Assim, a ruptura revolucionária com a sociedade feudal foi acompanhada por uma nova forma de se produzir conhecimento. Transferindo-se a centralidade para a necessidade de se compreender o próprio Homem, o mundo deixou de ser olhado como um enigma e passou a ser passível de compreensão científica. A essa laicização da sociedade consubstanciou-se a formação do sujeito individual, ou seja, pela primeira vez na história o sujeito é reconhecido enquanto ser individual descolado da comunidade. Ao mesmo tempo, nasce a vontade individual que se aparta das vontades coletivas (LESSA, 2012).

Isto porque, ao contrário da propriedade feudal, a propriedade burguesa independe da vinculação com a comunidade ou com o espaço territorial para existir (LESSA, 2012). Nesse novo cenário, tornou-se possível cotejar a ideia dos indivíduos, pela primeira vez, como “portadores de necessidades e possibilidades próprias – portanto, como uma força ativa da história e, assim eram reconhecidos em escala social” (LESSA, 2012, p.49).

Nesse sentido, a burguesia como nova classe em ascensão, num primeiro momento, colocou-se radicalmente em contraposição à nobreza e ao clero, adotou “uma postura revolucionária que foi essencialmente histórica”(GRAMSCI, 1980, p.50). Para esse novo mundo, vários

fatores se entrecruzaram, entre os quais, só foi possível porque homens e mulheres empobrecidos deram seu forte apoio ao processo revolucionário, cumpriu-se a tarefa de emancipação política em relação à forma de produção anterior. Não obstante, estava-se, ainda longe de se alcançar a emancipação verdadeira. Admitamos, portanto, que o capital animou um conjunto de princípios teóricos que acompanhado pelo avanço da ciência sobre a teologia e do reconhecimento do indivíduo singular, poderiam servir de alavancas para a produção social enquanto produção ampla omnilateral do ser humano.

Então, esse momento que marca a dissolução da sociedade feudal, que possibilitou o reconhecimento do sujeito individual, trouxe em seu bojo um conjunto de possibilidades positivas,

[...] o fato de que a evolução das capacidades humanas como resultado do desenvolvimento das forças produtivas é o desenvolvimento, também, da sensibilidade, da capacidade sensível dos indivíduos. O afastamento das barreiras naturais, o desenvolvimento humano a patamares superiores da sociabilidade. (LESSA, 2012, p.47).

Essa passagem de uma forma de produção e reprodução da vida para uma nova, a forma capital, deu-se pela mediação da concomitante expansão da barbárie. Em sua dinâmica, com a acumulação primitiva deu-se início a todo um processo de expropriações,

O roubo dos bens da Igreja, a fraudolenta alienação dos domínios do Estado, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpadora e executada com terrorismo inescrupuloso da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram tantos outros idílicos da acumulação primitiva. Eles conquistaram o

campo para a agricultura capitalista, incorporaram a base fundiária ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletário livre como os pássaros (MARX, 1985, p.274-275).

Essa mesma produção do indivíduo como resultado revolucionário ancorado no amadurecimento do mundo burguês reuniu as condições necessárias para a conformação progressista na formação da individualidade, porém ao se desenvolverem sob a égide da subsunção real do trabalho ao capital “passará a cumprir outro papel histórico, revelando toda sua debilidade: ao isolar os indivíduos uns dos outros, o individualismo burguês termina negando, por outras vias, o poder de os indivíduos fazerem a história.” (LESSA, 2012, p.50). Até porque concomitante à propriedade privada dos meios de produção mantém-se, também a divisão da sociedade em classes. Lembrando que deste sistema capitalista fazem parte duas classes antagônicas, intermediadas por outras classes, a burguesia e o proletariado<sup>12</sup>, que tiveram na revolução burguesa sua parteira comum. Entretanto, ambas surgem na história com interesses inconciliáveis entre si, ou seja, a afirmação de uma classe é a negação da outra. Assim, em sua lógica o capital, ao mesmo tempo em que, desenhava as condições para a

---

<sup>12</sup> Gostaríamos apenas de ressaltar que o conceito de classe é de definição bastante complexa. Portanto, e como não cabe nesta dissertação fazer um estudo sobre classes sociais, vamos partir da definição restrita de classe trabalhadora, enquanto aquela que depende da venda de sua força de trabalho para sobreviver. Partindo da ideia dos sujeitos vendedores da força de trabalho que vão se constituir enquanto classe. Sobre esta questão ver a obra de Mauro Iasi: *As metamorfoses da consciência de classe: O PT entre a negação e o consentimento* (2006).

emancipação, só, a tornavam possível pela própria negação do ser social enquanto sujeito histórico. Na realidade a transição do feudalismo para o capitalismo que se realizou de uma forma lenta, fez muito pouco pelos trabalhadores.

A expansão capitalista e a consequente expropriação massificada dos trabalhadores rurais materializaram-se numa imensa massa de vendedores de força de trabalho no espaço urbano que viria a conformar o proletariado nascente. Uma base material que se tornou, portanto, uma relação de exploração dos operários pelos capitalistas, em que pela, “[...] primeira vez, a alienação era vista enquanto processo da vida econômica”(MARX, 1987, p.47). Esta divisão entre proprietários e não proprietários reverberou na divisão social do trabalho intelectual e manual que se consubstanciou a uma, também, divisão do humano que só consegue se expressar numa de suas dimensões, não se pode realizar em seu sentido humanizado - onilateral, mas somente unilateral<sup>13</sup>, isto é,

---

<sup>13</sup> Entendemos os conceitos de unilateralidade e onilateralidades da forma como foram definidos por Marx e Manacorda. Nos *Manuscritos econômico filosóficos* (1844), Marx faz um retrato do trabalhador que corresponde à sociedade das mercadorias. Esta sociedade das mercadorias que tem seus pilares centrais na divisão do trabalho e na propriedade privada produz-nos uma *forma de ser*, que segundo Manacorda em concordância com Marx, “obtusos e unilaterais”. Trata-se, portanto, de um trabalhador plasmado pelo trabalho alienado que se apresenta “física e mentalmente rebaixado a uma máquina [...] tornado pela divisão do trabalho cada vez mais **unilateral** e dependente”(MANACORDA, p.69. 1996). Falamos de um ser humano que tem sua humanidade reduzida às necessidades do estômago. Ainda para Manacorda, “A divisão cria **unilateralidade** e, sob o signo da **unilateralidade**, justamente, se reúnem todas as determinações negativas, assim como sob o signo oposto da **onilateralidade** [...] reúnem-se todas as perspectivas positivas da pessoa humana” (p.69, 1996). Já o ser Onilateral se expressa como sendo o Homem agregado que se compreende não mais de forma niilizada mas afirmado em sua humanidade



de forma desumanizada. Logo, e admitindo que se nossas necessidades estão determinadas pelas imposições da propriedade privada, quem tem o domínio dos meios de produção tem controle sobre a vida humana - do estômago e do espírito. A burguesia se tornou assim a proprietária privada dos meios de produção, dos meios que permitem o acesso à produção e reprodução da vida. A novidade histórica estava na conformação de um proletariado, que passou a ser protagonista de importantíssimas transformações na sociabilidade nascente.

À medida que o capital avança e se vai apartando da acumulação originária, surge um novo tipo de trabalhador, o trabalhador assalariado - “livre”. Há, portanto, no capitalismo, uma pré-condição social, a existência do trabalhador livre. Livre de duas formas:

[...] o de dispor como pessoa livre de sua força de trabalho como sua mercadoria, e o de estar livre inteiramente despojado de todas as coisas necessárias à materialização de sua força de trabalho, não tendo além desta, outra mercadoria para vender. (MARX, 1989, p.189)<sup>14</sup>.

---

cujas necessidades vão do “estômago à fantasia”. Ao ser unilateral, opõe-se o onilateral pela totalidade que apresenta como “[...] resultado de um processo histórico de autocriação [...] A apropriação individual de uma totalidade de forças produtivas objetivamente existentes significa, enfim, a absoluta exteriorização das faculdades criativas subjetivas do Homem, sem outro pressuposto que o precedente desenvolvimento histórico. O Homem aparece agora universalmente disponível [...] nas exigências humanas [...]. Trabalho onilateral como desenvolvimento das potências universais da mente, do cérebro humano.” (MANACORDA, p.84. 1996).

<sup>14</sup> A exploração capitalista pressupõe a existência dos trabalhadores livres. Isto porque a força de trabalho se converte em mercadoria. O trabalhador tem que ser livre nos seguintes sentidos: a)Trabalhador precisa ser livre, ao invés do escravo não pode pertencer a ninguém; b)Tem que ser proprietário da sua força

Então, é condição central para o desenvolvimento capitalista a equalização jurídica cuja “ruptura realiza-se com a equalização legal que faz da igualdade jurídico-formal o fundamento da cidadania [...]. Numa palavra: com a ordem capitalista se dão as premissas para que se estruturam ordenamentos políticos democráticos”. (NETTO, p.76, 1990). Portanto, em relação ao caráter do trabalhador apresentado prevalece a regra específica da sociedade capitalista, ou seja, diferentemente de formas de produção anteriores, a exploração na sociedade hodierna tem como pressuposto a igualdade formal de vendedores livres da força de trabalho, logo não dá relevância à priori às características ou às identidades dos que explora. Como veremos, essa situação vai acarretar modificações profundas em relação à mulher das classes subalternas.

Essa classe em ascensão animou um veloz desenvolvimento das forças produtivas, “desinibido de considerações moralistas humanitárias, movido por uma avidez acumulativa sem paralelo nas etapas históricas precedentes.” (GORENDER, 1987, p.35). Falamos da “avidéz acumulativa” que desde o surgimento caminha lado a lado com formas extremamente violentas de expropriações “[...] tornando normalizada a existência de massas crescentes da população do planeta necessitadas da venda da força de sua capacidade de trabalho [...]”.

---

de trabalho. Sendo livre ele é responsável por produzir e vender sua força de trabalho no mercado. Sendo, então, responsável por sua força vital humana ou sua capacidade de trabalho ele é, também, responsável por mantê-la viva e em qualidade de capacidade competitiva contra outras forças de trabalho, isso significa que é responsável pela qualidade da força de trabalho, sua única propriedade.

(FONTES, 2010, p.64). À medida que se expande a dominação do capital, desenvolvem-se novos mecanismos de organização da vida social.

Outro elemento importante que permitiu a transição da sociedade mercantil para a capitalista foi sem dúvida o colonialismo. Com a expansão colonial lançaram-se as primeiras pontes para o germe da sociedade do capital, que é filha das expropriações, tantos dos camponeses que foram obrigados a procurar sua sobrevivência em cidades insalubres, quanto às expropriações acometidas pelo avanço imperialista à custa da vida dos povos indígenas e africanos convertidos pela força das armas em escravos. A expansão colonial foi responsável por impor formas de violência desconhecidas até então por sociedades indígenas, tal como a violência de gênero, cujo surgimento caminhou ombro a ombro com a sociedade de classes. Portanto, a universalização da ordem do Capital foi o movimento de expansão do capitalismo que contou com vários fatores que se entrecruzaram, entre os quais o imperialista<sup>15</sup>, que foi vital para o surgimento da grande indústria.

---

<sup>15</sup> Vale aqui resgatar a posição de Lênin sobre o imperialismo na sua obra *Imperialismo fase superior do capitalismo* (1916). Segundo Lênin o imperialismo é o “capitalismo em sua fase de desenvolvimento na qual toma corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro<sup>15</sup>, na qual adquire especial importância a exportação de capitais. O imperialismo aqui descrito seria a “expressão do capitalismo monopolista plenamente desenvolvido” (IASI, 2012). O que define o “velho capitalismo” era, segundo Lênin a exportação de mercadorias, pelo contrário o que “caracteriza o capitalismo moderno, no qual impera os monopólios, é a exportação de capitais” (1976, p.123), esta exportação provoca o que Marx definiu como sendo a “queda tendencial da taxa de lucro” (MARX, livro III, vol.4). Desta forma, o imperialismo é um fator ineliminável na expansão e generalização das relações capitalistas para qualquer lugar onde vigore esta forma de produção econômico-social. È por isso, que o

As consequências do imperialismo, das pilhagens de matérias primas e da formação de um grande contingente de trabalhadores tornou inevitável a universalização da forma capital, submetendo a população mundial à lógica de mercado e a concomitante subordinação a uma nova forma de organização da produção e reprodução da vida que passou a conviver com exacerbadas maneiras de violência e exploração de trabalhadores em todo o mundo. De acordo com Luxemburgo, “O capital não pode existir sem contar com a presença dos meios de produção e da força de trabalho de toda a parte [...] daí resulta a tendência incontida do capital de apossar-se de todas as terras e sociedades” (1985, p.251).<sup>16</sup>

Nesse sentido, as expropriações tiveram fortes impactos nas formas de organizar a produção e reprodução da vida. Desta forma, os imperativos da sociedade que surgia não se limitariam à questão

---

caráter da revolução, segundo Lênin, não passa mais pelo crivo do nacionalismo, mas antes, pela revolução socialista internacional.

<sup>16</sup> Rosa Luxemburgo em sua obra *A acumulação do capital*, baseando-se na história de expansão do capital do século XVIII ao séc.XIX chega à conclusão que para a expansão do capitalismo era condição central a existência de economias não completamente capitalistas, então, “Se o capitalismo, portanto, vive de formas econômicas não capitalistas, vive, a bem dizer, e mais exatamente, da ruína dessas formas. Necessitando obrigatoriamente do meio não-capitalista para a acumulação, dele carece como meio nutriente”(LUXEMBURGO, 1985, p.285). Inegavelmente esta situação fazia muito mais sentido até os primórdios do séc. XX, porém, no segundo pós-guerra o capitalismo sofreu mudanças que permitiram a “internacionalização das forças produtivas e a proliferação das multinacionais” o que colocou o capitalismo no status de um “sistema mundial” (GORENDER, 1985, p.60). Passou a ser um sistema que se expandiu para lugares outrora impensáveis, inclusive através de novas industrializações “imposta pela constante expansão expropriadora do capitalismo” (FONTES, 2010, p.73).

econômica da produção, antes se tornaram imperativos propulsores de toda uma nova totalidade da vida social “[...] dos seres sociais concretos, imersos na historicidade que os constitui”. (FONTES, 2010, p.41). Em razão da expansão internacional, a dinâmica capitalista deixou um rastro de extrema violência sob a qual ergueu seus monopólios que se consubstanciam a uma concorrência intercapitalista, à qual se vai somar o constante desenvolvimento das forças produtivas. Ainda que o capitalismo se expresse de forma diferenciada em países distintos, as leis do Capital permanecem iguais em toda a parte. Sem as vicissitudes do imperialismo o capital não poderia existir. Pois,

Os capitalistas não partilham o mundo levados por uma particular perversidade, mas porque o grau de concentração a que se chegou os obriga a seguir esse caminho para obterem lucros; e repartem-no segundo o capital, segundo a força. (LÉNIN, 1976, p.631).

Assim, o alvorecer do capital, “não conhece outra solução senão a da violência, um método constante da acumulação capitalista no processo histórico, não apenas por ocasião de sua gênese, mas até mesmo hoje.” (LUXEMBURGO, 1985, p.255).<sup>17</sup>

Logo, a expansão do capital significou uma nova era, “o que há de fundamental neste processo, do ponto de vista econômico, é a

---

<sup>17</sup> Neste ponto o Estado representou e continua representando uma importante peça na manutenção dos interesses hegemônicos privados e na reprodução das relações de produção correspondentes à forma específica do capital, sem o aparelho do Estado<sup>17</sup> esta sociabilidade não poderia se manter e muito menos se reproduzir (ALTHUSSER, 1985).

substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas” (LÉNIN, 1976, p.641), que trariam em seu bojo novas questões para a luta de classes. Assim, a extensão da forma social capitalista, ao mesmo tempo em que obscurece as desigualdades, ela as aprofunda. As expropriações acirraram as desigualdades e, se por um lado, aproximam os trabalhadores no mundo inteiro enquanto trabalhadores assalariados, já que, pela primeira vez se tornou possível falar em internacionalismo proletário, por outro lado, e devido à intensa competição na venda pela força de trabalho, colocou os trabalhadores uns contra os outros contribuindo para aprofundar as contradições nos mecanismos de organização da luta contra a exploração, dificultando ainda mais a unificação contra o inimigo comum – O Capital.

O Capital despertou assim para a história e, com a expansão da grande indústria, consolidava-se a burguesia no poder que,

[...]desempenhou na história um papel altamente revolucionário. Onde passou a dominar, destruiu as relações feudais, patriarcais e idílicas. Dissolveu a dignidade pessoal no valor de troca e substituiu as muitas liberdades, conquistadas e decretadas, por uma determinada liberdade, a de comércio [...]. A burguesia despiu de sua auréola todas as atividades veneráveis, até agora consideradas dignas de pudor piedoso. Transformou o médico, o jurista, o sacerdote, o poeta e o homem de ciência em trabalhadores assalariados. A burguesia rasgou o véu comovente e sentimental do relacionamento familiar e o reduziu a uma relação puramente monetária. (MARX; ENGELS, 2008, p.13).

Nesse terreno histórico, no escopo de contribuir positivamente para a acumulação privada, esferas como a família sofreram fortes reconfigurações, principalmente, na medida em que a mulher passou a ser um alvo importante enquanto força de trabalho produtiva. Pois, para a consolidação deste novo patamar de produção tornou-se necessário pulverizar “As relações rígidas e enferrujadas, com suas representações e concepções tradicionais” (MARX, 2008, p.13) e assim, “Tudo o que era sólido desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado, e as pessoas são finalmente forçadas a encarar com serenidade sua posição social e suas relações recíprocas”. (MARX, 2008, p.13-14).

Assim, a revolução voltou-se contra os que clamavam pela verdadeira efetivação do lema revolucionário *Liberdade, Igualdade, Fraternidade* e o capital continuava a impor a subsunção real da vida em prol das reivindicações burguesas. Ainda de acordo com o apresentado, Marx ao fazer uma alusão irônica n’*Capital* ao lema da revolução burguesa (Liberdade, Igualdade e Fraternidade) de 1789, descreve a relação de liberdade que subjaz à sociedade das mercadorias da seguinte forma:

A esfera de circulação ou de intercâmbio de mercadorias, dentro de cujos limites se movimentam compra e venda de força de trabalho, era de fato um verdadeiro éden dos direitos naturais do homem. O que aqui reina é unicamente Liberdade, Igualdade, Propriedade e Bentham. Liberdade! Pois comprador e vendedor de uma mercadoria, por exemplo, da força de trabalho, são determinados apenas por sua livre-vontade. Contratam como pessoas livres, juridicamente iguais. O contrato é o resultado final, no qual suas vontades se dão uma expressão jurídica em comum. Igualdade! Pois eles se

relacionam um com o outro apenas como possuidores de mercadorias e trocam equivalente por equivalente. Propriedade! Pois cada um dispõe apenas sobre o seu. Bentham! Pois cada um dos dois só cuida de si mesmo. O único poder que os junta e leva a um relacionamento é o proveito próprio, a vantagem particular, os seus interesses privados. E justamente porque cada um só cuida de si e nenhum do outro, realizam todos, em decorrência de uma harmonia preestabelecida das coisas ou sob os auspícios de uma providência toda esperta, tão-somente a obra de sua vantagem mútua, do bem comum, do interesse geral<sup>18</sup> (1983, p.141).

Em razão dessa dinâmica de reprodução social que Marx, na *Questão Judaica* (2010), traz à tona a pauta da liberdade e igualdade

---

<sup>18</sup> Menção a Jeremy Bentham, filósofo e economista inglês da corrente iluminista dos sécs XVIII e XIX que ficou conhecida como corrente da *ética utilitarista* que se sobrepôs ao pensamento Kantiano e Cartesiano predominante na época. Reivindicou e elaborou propostas para reformas políticas e sociais que acreditava serem possíveis de realizar em etapas de forma a satisfazer todos os cidadãos de sua época, a ética deveria se guiar pelo “*objetivo a felicidade, sendo este também o da legislação. A ética privada diz respeito a cada membro, isto é, à felicidade e as ações de cada membro, de qualquer comunidade que seja; a legislação, por sua vez, tem a mesma meta*” (BENTHAM, 1979, p.75). A teoria do utilitarismo objetivava a maior felicidade, “não do próprio agente, mas a maior felicidade ao maior número de pessoas envolvidas *“the greatest happiness for the greatest number”*. “Também é defendida a nobreza de caráter, avaliada e classificada de acordo com extensão de seus efeitos ao bem comum. O comportamento moral manifesta-se na forma de hábitos e costumes. O objetivo do estudo foi a influência deste fato na confecção da legislação, desde a motivação, sua vigência e eficácia (efetividade). Insistindo que os indivíduos são os melhores juizes de sua própria felicidade, Bentham teve uma tendência automática em optar pelo ideal da não interferência por parte do governo” (BRYCH, 2015, [www.ambitojuridico.com.br](http://www.ambitojuridico.com.br) acessado 20 de Junho 2015).



humana, o faz no sentido de demonstrar a impossibilidade da liberdade e igualdade real dentro dos muros da sociedade que se ergue sobre a propriedade privada e consequente divisão social do trabalho. Neste sentido,

[...] o direito humano à libertação não se baseia na vinculação do homem com os demais homens, mas, ao contrário, na separação entre um homem e outro. Trata-se do direito a essa separação, o direito do indivíduo *limitado*, limitado a si mesmo. A aplicação prática do direito humano à liberdade equivale ao direito humano à propriedade privada. (MARX, 2010, p.49).

Como nos esclarece Marx, o Homem pela revolução de 1789,

[...] não foi libertado da propriedade. Ele ganhou a liberdade de propriedade. Ele não foi libertado do egoísmo do comércio. Ele ganhou a liberdade de comércio. A *constituição do Estado político* e a dissolução da sociedade burguesa nos *indivíduos independentes* – cuja relação é baseada no direito, assim como a relação do homem que vivia no estamento e na guilda era baseada no *privilégio* – se efetiva *em um só e mesmo ato político*. A *revolução política* decompõe a vida burguesa em seus componentes sem submetê-los à crítica. Ela encara a sociedade burguesa, o mundo das necessidades, do trabalho, dos interesses privados, do direito privado, como o *fundamento de sua subsistência*, como um *pressuposto* sem qualquer fundamentação adicional, e, em consequência, como sua *base natural*. (MARX, 2010, p.53).

Nesse âmbito, são várias as alienações e contradições que nascem do capital e que, portanto atuam sobre nossas formas de *ser*.

Nossas personalidades têm origens coletivas que, portanto, se manifestam também de formas coletivas e se enraízam no modo de produção hodierno (LESSA, 2012). A alienação que flui da propriedade privada e concomitante subordinação do trabalho ao capital é a gênese de uma relação social que não age de forma mecânica sobre o ser humano, ela pressupõe uma relação social cujos atores envolvidos sofrem intensas mudanças em suas “maneiras de ser” em seu *socius* (SAFFIOTI, 2009) suas personalidades passam a plasmam as modificações do que correspondem aos papéis estabelecidos.

Valendo-se dessas contradições, nos primeiros momentos da industrialização, os proprietários privados dos meios de produção fizeram-se valer das conformações tradicionais, da “mística feminina”. Nesse ínterim, a sociedade do séc. XIX tornou-se palco de mudanças cruciais nas várias esferas da sociabilidade. Essas transformações, entre as quais destacamos o significativo desenvolvimento da maquinaria, questão que iremos desenvolver nas seções que se seguem impactaram diretamente na tessitura da classe trabalhadora, serviram como mecanismos de pressão para que as organizações conquistadas até então pelos trabalhadores comesçassem a incorporar pautas referentes à situação específica das trabalhadoras, por conseguinte, “uma nova visão da libertação das mulheres começou a se esboçar” (GOLDMAN, 2014, p.42). Com a revolução de 1789 as mulheres caminharam ombro a ombro com os homens contra o poder monárquico pelo surgimento de uma nova sociedade, onde a discriminação de sexo não tivesse vez. Como lutadoras iguais, consideraram que seria de seu direito legítimo reivindicar direitos iguais, para tanto, pressionaram o governo de

transição no intuito de se conquistar medidas que dessem respaldo aos seus anseios e suas reivindicações<sup>19</sup>.

O capital soube usar esses preconceitos estabelecidos em seu proveito, pois “no nível superestrutural, era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas reduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina” (SAFFIOTI, 2013, p.65). Foi dessa forma que o capital se aproveitou do fator sexo para “interferir de modo positivo para a atualização da sociedade competitiva, na constituição das classes sociais.” (SAFFIOTI, 2013, p.66). Ao mesmo tempo, as características do desenvolvimento capitalista e seus corolários, com relação à transmutação do lócus de vida da mulher trabalhadora, impactaram em outras esferas, pois o processo de deslocamento da produção do lar para a esfera extra lar exigiu o fim da “família individual enquanto unidade econômica da sociedade” (ENGELS, 1982, p. 85) e com isso cria-se a base material para se iniciar um processo de ruptura do pilar matricial do patriarcado, isto é, criam-se brechas na família patriarcal. A proletária foi empurrada pelo capitalismo para o mesmo espaço de produção que seus colegas do sexo masculino, assim, as mulheres passaram a ter como cenário privilegiado de suas vidas o espaço do labor, em consequência o espaço doméstico fora remetido para segundo plano. Em decorrência, criaram-se as condições reais para que as mulheres da classe trabalhadora passassem a

---

<sup>19</sup> No calor da revolução e, por mérito das reivindicações das mulheres, alguns dos clamores foram atendidos pelo governo imediato, porém, os recuos não tardaram a afirmar-se, pois “as leis francesas sobre o casamento, mais flexíveis pouco depois da Revolução, ficaram rígidas no início do séc. 19. O divórcio havia sido introduzido em 1792, mas o Império limitou-o em 1803 e, sob pressão da Igreja Católica, o governo da Restauração o aboliu em 1816.” (AMARANTE, 2010, p.112).

ser sujeitos agregados e de papel significativo no cenário da luta de classes ao longo dos últimos séculos. O capitalismo potencializou condições para a auto-organização política das mulheres, mas, por outro lado, ao manter formas tradicionais de confinamento da mulher ao espaço doméstico articulada à própria natureza da forma de trabalho que se subsume à sociedade sustentada na propriedade privada, acabou por produzir uma forma de inserção das mulheres no mundo do trabalho muito penosa para as mesmas.

Sobre essa questão, Engels na obra *A situação da classe trabalhadora em Inglaterra*, (1845), elaborou aquele que foi o primeiro trabalho marxista a se debruçar sobre a questão da mulher trabalhadora. No livro citado, o autor descreveu de forma minuciosa os contornos da inserção da força de trabalho feminina quando do avanço da maquinaria e seus impactos sobre a estrutura familiar,

[...] com a família patriarcal e, ainda mais, com a família individual monogâmica. O governo do lar perdeu seu caráter social. A sociedade já nada mais tinha a ver com ele. O governo do lar se transformou em *serviço privado*; a mulher converteu-se em primeira criada, sem mais tomar parte na produção social. Só a grande indústria de nossos dias lhe abriu de novo- embora apenas para a proletária – o caminho da produção social. Mas isso foi feito de maneira tal que, se a mulher cumpre os seus deveres no serviço privado da família, fica excluída do trabalho social e nada pode ganhar; e, se quer tomar parte da indústria social e ganhar sua vida de maneira independente, lhe é impossível cumprir com as obrigações domésticas [...] A família individual moderna baseia-se na escravidão moderna, franca ou dissimulada, da mulher, e a sociedade moderna é uma massa cujas moléculas são as famílias individuais. (1982, p.80).

O paroxismo centrava-se no fato de que, ao mesmo tempo que hipocritamente a moral vigente defendia a necessidade da existência de uma família forte, pela própria lógica de exploração excessivamente intensa a que todos os familiares estavam sujeitos, tornava-se impossível a manutenção de um grupo familiar minimamente coerente com o que era promulgado. Assim, Engels percebeu a incompatibilidade entre a estrutura capitalista e a manutenção da estrutura familiar tal como ela existia até então.

Engels observava que,

As mulheres retornam à fábrica e, frequentemente, no terceiro ou quarto dia após o parto, abandonam o recém-nascido; nas horas de liberdade, devem correr às pressas para casa, a fim de amamentar a criança e, acessoriamente, comerem algo elas próprias. Imagine-se o que deve ser a amamentação nessas condições! (1982, p.140).

Ao descrever os relatos sobre a condição da classe trabalhadora nesse período do movimento capitalista, o autor citado logrou denunciar as condições de penúria a que as trabalhadoras se sujeitavam ao ingressarem na esfera do trabalho produtivo num momento em que ainda se esboçavam os primeiros traços do que viriam a ser os direitos trabalhistas. Não raramente, suas jornadas de trabalho prolongavam-se noite adentro e não podendo contar com infraestruturas de apoio às crianças por parte do Estado, tais como creches, escolas, etc, viam-se obrigadas a largar seus filhos de tenra idade em casa ou a levá-los para os locais de trabalho onde as condições eram de grande insalubridade. A mortalidade infantil e materna crescia de forma galopante, até porque,

Sem tempo para amamentar os filhos, uma vez que muitas operárias eram chamadas ao trabalho dez a quinze dias depois do parto, as mães faziam o que podiam para manter seus filhos quietos enquanto trabalhavam. A ordem era, de fato, mantê-los dopados. Tornou-se prática comum entre as operárias de Manchester (Inglaterra) alimentar os bebês três vezes ao dia e, para mantê-los quietos o resto do tempo, dar-lhes uma mistura, a “mistura de Godfrey”, composta de láudano – um tranqüilizante à base de ópio, de largo uso entre as mulheres – e melado. Os reflexos dessa situação podiam ser vistos nos índices de mortalidade infantil e nos sofrimentos infundidos às mães pobres, solteiras ou casadas. (TOLEDO, 2005, p.38)

Nesse terreno, a relação de exploração e incompatibilidade com as demandas domésticas significou a rápida deterioração da família sem que uma nova forma de estrutura familiar venha substituí-la, a família redefine-se e com ela “o patriarcado assume novas configurações. Mesmo em seus aspectos mais deprimentes, “o capitalismo seria, assim, um passo importante para a instauração de um novo tipo de família” (SAFFIOTI, 2013, p.115),

[...] por mais espantosa e repugnante que nos pareça a dissolução da antiga família dentro do sistema capitalista, não é menos certo que a grande indústria, ao atribuir à mulher, ao jovem e à criança de ambos os sexos um papel decisivo nos processos socialmente organizados da produção, arrancando-os com isto à órbita doméstica, cria as novas bases econômicas para uma nova forma superior de família e de relações entre os sexos. (MARX, 1985, p.23).

Como se observa, a família patriarcal tal como existia em suas origens vem sofrendo modificações significativas ao longo do movimento do capital. Portanto, as modificações nas bases materiais, nas formas de produção provocaram um giro importantíssimo para a classe trabalhadora, e para a mulher trabalhadora em particular. O novo fenômeno da expansão do trabalho feminino acarretou um aumento significativo do desemprego masculino o que aumentava a hostilidade contra as mulheres. Entretanto, as duras condições objetivas a que os trabalhadores estavam submetidos facilitou a permeabilidade ideológica dos interesses das classes dominantes nas classes exploradas, essas vicissitudes decorrentes da lógica de exploração obscureceram a compreensão do fenômeno em sua totalidade. Logo, a não definição clara da raiz do problema sobre a exploração, resultou no levantamento dos trabalhadores do sexo masculino contra suas colegas de classe. Os trabalhadores homens que já ocupavam os setores do trabalho produtivo se opuseram ao ingresso das mulheres trabalhadoras tratando-as como inimigas de classe e não como possíveis aliadas. Apesar das condições dadas para avançar, conjuntamente, contra o capital, pois,

Na classe trabalhadora, a solidariedade é, às vezes, turvada por uma semiconcorrência entre os sexos. A mulher proletária e dos estratos médios da sociedade disputa com os homens de sua mesma posição social os postos que lhe possam garantir sustento. (SAFFIOTI, 2013, p.133).

Nesse ínterim, se a realidade objetiva começava a exigir modificações na velha estrutura familiar obrigando ao próprio questionamento do que seriam tarefas “naturalmente” masculinas e femininas. Agregou-se, contudo, a essa situação o “antifeminismo

proletário” (GOLDMAN, 2014, p.47), que lançava mão de argumentos tradicionais calçados na alienação vinculada ao esquema patriarcal e, novamente, alegavam a suposta “inversão da ordem natural” (GOLDMAN, 2014, p.47). Presos a argumentos tradicionais, os homens trabalhadores reivindicavam para si a responsabilidade de provedores, defendendo que com o rebaixamento salarial causado pela inserção das mulheres no espaço produtivo e concomitante diminuição do valor da mercadoria força de trabalho se tornaria impossível para eles manter a sobrevivência da família. Alimentados pela aparência dos fenômenos, que remete ao ingresso das mulheres nas atividades produtivas a origem do mal estar dos trabalhadores masculinos, as próprias organizações sindicais carregam suas baterias não contra um inimigo comum – O capital -, mas sim contra as próprias colegas de trabalho<sup>20</sup>. Dessa forma, os sindicatos, contraditoriamente, de forma consciente ou não, serviram de porta vozes da ideologia que naturalizava os preconceitos responsáveis pela produção de abismos entre homens e mulheres da mesma classe, pretendiam com isso dar respaldo às formulações ideológicas que defendiam o confinamento da atividade feminina às tarefas do espaço familiar. Em decorrência, os homens “organizaram greves importantes em 1827 e 1830 para, em certa medida, excluir as mulheres do trabalho” (GOLDMAN, 2014, p.47).

Como vimos, no que tange à entrada das mulheres no espaço

---

<sup>20</sup>Exemplo desses primeiros movimentos, citamos o caso dos trabalhadores em França: “nas indústrias gráficas da segunda metade do século XIX [...]”, que “[...]deflagraram greve toda a vez que uma mulher é admitida numa oficina do ramo [...]. Desejam a supressão pura e simples do trabalho feminino, invocando o papel de guardiã do lar que, no pensamento proudhoniano, definia a mulher”. (SAFFIOTI, 2013, p.75).



produtivo, os homens se colocaram a favor das “desvantagens para as mulheres, contribuindo assim para a preservação do *status quo* reificante”<sup>21</sup>. (SAFFIOTI, 2013, p.73). O que necessariamente acabou por contribuir positivamente para a classe dominante alimentasse rivalidades no seio da classe trabalhadora. No cenário apresentado, a dominação de classes se fortalece com a capacidade de convencimento falseado sobre a realidade, cujas alienações produzidas contaminam os próprios homens que, de acordo com Saffioti, passam também a ser alvo das alienações que recaem sobre as mulheres,

A grande maioria dos homens, centrando sua visão sobre a mulher como sua concorrente real no mercado de trabalho, deixa de perceber a situação feminina, e a sua própria, como determinadas pela totalidade histórica na qual ambos estão inseridos. Deixando-se mistificar pelo prestígio que lhe é conferido se obtiver pelo seu trabalho remuneração suficiente para permitir-lhe manter a esposa afastada das funções produtivas, não percebe que a mulher não ativa economicamente pode significar uma ameaça ao seu emprego enquanto trabalhadora potencial e que o trabalho não pago que ela desenvolve no lar contribui para a manutenção da força de trabalho tanto masculina quanto feminina, “diminuindo, para as empresas capitalistas, o ônus do salário mínimo de subsistência cujo capital deve pagar pelo emprego da força de trabalho”. Em outros termos, sendo incapaz de analisar a situação da mulher como determinada pela configuração

---

<sup>21</sup> Em 1866, “no Congresso da primeira internacional dos trabalhadores [...] os delegados foram contra o trabalho feminino” (CISNE, 2014, p.11). O que jamais foi aceito de forma pacífica por parte das feministas que, participaram de um levante com petição pública que resultou em 1868 na fundação da Primeira Liga das Mulheres (CISNE, 2014, p.111).

histórico-social capitalista, não percorrendo a atuação das estruturas parciais mediadoras na totalidade, abstrai não apenas a mulher, mas também a si próprio da conjuntura alienante que o envolve. Para a visão globalizadora, libertar a mulher de sua alienação é, ao mesmo tempo, libertar o homem de seus fetiches. (SAFFIOTI, 2013, p.74).

Delineavam-se as tensões inerentes à sociedade do capital como expressão da contradição constante entre as vontades do indivíduo no seu imediatismo, no seu cotidiano e esse mesmo indivíduo enquanto parte de um coletivo de uma classe. Por sua vez, expressa o processo de consciência dos indivíduos fragmentados pela divisão social do trabalho, a essa base objetiva corresponde uma forma ideológica no bojo da qual os próprios trabalhadores, num primeiro momento da consciência, acabam por assumir como seus os interesses das classes dominantes.

Trata-se, portanto, de uma manifestação da sociabilidade quando a explosão da sociedade industrial burguesa cuja célula mãe incide sobre a mercadoria e a mercantilização das várias dimensões da existência humana, ou seja,

A divisão entre indivíduo pessoal e indivíduo de classe, a contingência das condições de vida para o indivíduo, aparecem apenas com a emergência da classe, que é ela mesma produto da burguesia. Esta contingência é apenas engendrada e desenvolvida pela concorrência e pela luta dos indivíduos entre si. Assim, na imaginação, os indivíduos parecem ser mais livres sob a dominação da burguesia do que antes, porque suas condições de vida parecem acidentais; mas na realidade não são livres, pois estão submetidos ao poder das coisas [...] para os proletários, ao contrário, as condições de existência que

governam a sociedade moderna tornaram-se algo acidental, que eles não controlam e sobre o qual nenhuma organização social pode dar-lhes o controle. (MARX e ENGELS, 1985, p.119).

Constatamos que as tensões de classes rebatem, desde os primórdios do Capital, nas ações dos trabalhadores. Para que os homens trabalhadores passassem a aceitar suas colegas de trabalho como aliadas de classe foi necessário todo um processo de luta por parte das próprias trabalhadoras. Movimentos de mulheres que agregados a um processo científico de pensar o mundo possibilitou a apreensão, por parte da classe trabalhadora, de instrumentos e práticas ancorados em manifestações teóricas e políticas pela transformação real das condições de vida das trabalhadoras e dos trabalhadores. Tudo isso não teria sido possível sem a participação das mulheres na esfera da produção capitalista, que, em determinadas conjunturas históricas, pode levar a um processo de consciência de classe, como foi o caso da conjuntura do séc. XIX, no bojo da qual começavam a fervilhar os vários movimentos feministas de cariz socialista. São, portanto, processos que ao fazer emergir as contradições do sistema possibilitam o enfrentamento das reificações e da consciência alienada, pois,

À medida que a burguesia se desenvolve, desenvolve-se no seu interior um proletariado moderno: desenvolve-se uma luta entre a classe operária e a classe burguesa, luta que, antes de ser sentida por ambos os lados, percebida, avaliada, compreendida, confessada e proclamada abertamente, manifesta-se previamente apenas por conflitos parciais e momentâneos, por episódios subversivos. Por outro lado, se todos os membros da burguesia moderna têm o mesmo interesse, enquanto formam uma classe frente a outra classe,

eles têm interesses opostos, antagônicos, quando defrontam-se entre si [...] As condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa do país em trabalhadores. A situação do capital cria, para essa massa, uma situação comum, de interesses comuns. Essa massa, pois, é já frente ao capital uma classe, mas não é para si mesma. Na luta [...] essa massa se reúne, se constitui numa classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política. (MARX, 1982, p.117-119).

Na órbita do descrito, a afirmação do sujeito passa, necessariamente, pela luta político-social, à qual correspondem várias etapas. Onde a vivência das contradições pode levar a uma consciência revolucionária. A inserção dos trabalhadores neste processo de luta foi central na conformação do sujeito revolucionário masculino e feminino. Assim o ingresso das mulheres no espaço produtivo significou um passo gigante na constituição do *ser para si*, elas passaram a fazer parte de um novo espaço fértil de lutas, logrando romper com o “o caráter submisso que há milênios as sociedades vinham moldando nas mulheres” (SAFFIOTI, 2013, p.72).

Contudo, nos primeiros momentos da revolução burguesa as organizações políticas femininas eram, ainda, escassas e sem qualquer autonomia (GOLDMAN, 2014). Apesar do estabelecido juridicamente, algumas mulheres enfrentaram o medo e fizeram escutar suas vozes, que pela sua ousadia as colocava à frente de seu tempo influenciando o movimento feminista, contribuíram significativamente na formação do caminho do feminismo contemporâneo. Em 1790, Olympe de Gouges e a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, defenderam o direito das mulheres. Se, tal como os homens as mulheres

podiam subir ao cadafalso deveriam, também, ter o direito de subirem à tribuna, afinal elas tinham participado do processo revolucionário tanto quanto os homens. Já em meados do séc. XIX, empurrados para a clandestinidade surgiam vários movimentos de trabalhadores e trabalhadoras que encontravam na militância forçada à ilegalidade, sua única alternativa de voz. Por intermédio de vários jornais clandestinos as mulheres fizeram-se, novamente, ouvir, “esta tomada da palavra concretizou-se pela criação de uma imprensa feminista e por uma participação nos movimentos ideológicos que vão marcar toda uma época” (AMARANTE, 2010, p.114).

No entanto, o movimento reacionário que se gestava na sociedade francesa do séc. XIX fez calar Olympia de Gouges levando-a ao cadafalso e negando-lhe a defesa da tribuna. Iniciou-se um verdadeiro processo de caça às feministas, fecharam-se os clubes femininos, proibiu-se qualquer propaganda vinculada com a luta das mulheres e as esferas governamentais fizeram uso da repressão violenta no intuito de coibir qualquer faísca na luta pelos direitos das mulheres. Ainda que os esforços para silenciar as reivindicações tenham sido muitos, a discórdia já tinha sido plantada e rapidamente novas vozes surgiam em uníssono pela libertação das mulheres e pela retomada dos espaços que lhes tinham sido negados. A essas modificações fizeram-se acompanhar novas formas de mirar o mundo que se propunham a debruçar sobre esse novo fenômeno. Desse cenário surgem os primeiros passos do que viria a se definir por feminismo socialista ou feminismo materialista<sup>22</sup>. Num primeiro momento, lastreados no socialismo utópico.

---

<sup>22</sup> Com a revolução burguesa, o feminismo assumiu novas feições. Uma dessas facetas refere-se ao feminismo vinculado ao movimento socialista. A

---

fundamentação na luta de classes demonstrou que o alvo para a emancipação feminina não está, necessariamente, no sexo masculino e no patriarcado, mas sim, na luta contra o que é responsável pela exploração da grande maioria da fatia da população mundial, isto é, no capitalismo. Diferentemente dos filósofos do período feudal, os filósofos do iluminismo não tinham Deus por base, mas sim a preocupação em compreender o “papel da educação e do ambiente na formação do potencial inato de cada ser humano” (GOLDMAN, 2014, p.37), o que levou muitos filósofos a colocarem alguns pontos de interrogação sobre a suposta natureza do caráter feminino. (GOLDMAN, 2014). No entanto, suas críticas à condição da mulher e ao casamento não se faziam no sentido de reivindicar a igualdade dos sexos e o fim do patriarcado, mas, somente, de questionar as justificativas que se baseavam na ordem divina. Tanto Saint-Simon, como Fourier e Owen já tinham revelado preocupação sobre esta questão. Em entrevista à Presses Universitaires de France em 1848, Saint-Simon fez a seguinte afirmação “ Nós teremos que mostrar como a mulher, primeiro escrava, ou pelo menos em uma condição vizinha da servidão, se associa ao homem e adquire cada dia maior influência na ordem social, como as causas que determinam até aqui sua subalternidade se estão enfraquecendo sucessivamente, devendo enfim desaparecer e levar com elas esta dominação, esta tutela, esta eterna minoridade que ainda se impõem às mulheres e que seriam incompatíveis com o estado social do futuro que prevemos” (apud SAFFIOTI, p.111). Já em 1932 o jornal *La Femme Libre* vai além de Saint Simon no sentido que se insurge contra “ a subordinação da mulher ao homem” (SAFFIOTI), reclamam o fim da passividade feminina frente às questões políticas que se gestavam no bojo do início do período industrial. Fourier, também, em 1808 fizera um decreto de propostas para a emancipação das mulheres, reivindicando a necessidade de socialização das tarefas domésticas como forma de libertar as mulheres, que com o tempo a mais poderiam se dedicar a uma educação similar a dos homens, faz a seguinte afirmação “A escravização das mulheres não é de modo algum vantajosa aos homens . Que logro do sexo masculino sujeitar-se a carregar uma corrente que é para ele um objeto de pavor, e como o homem é punido, pelos aborrecimentos de tal liame, por ter reduzido a mulher à servidão [...] Como poderia a mulher escapar às decadências servis e péfidas, quando a educação a moldou desde a infância no sentido de sufocar seu caráter para se curvar àquele do primeiro que o acaso, a intriga ou a avareza lhe escolheram para parasita?” (apud SAFFIOTI, 2013, p.114). Estes autores e autoras abriram caminho para que o socialismo científico se debruçasse sobre a questão da mulher de forma mais ampla.

Pela mão de Saint-Simon, Fourier e Bebel, ganharam espaço dentro do debate sobre a questão da família e as transformações que esta sofria em decorrência do assalariamento feminino e também pelo fato das mulheres cada vez mais se destacarem na esfera política, reivindicativa. Uma nova mulher aflorava para a história, uma mulher que reivindicava não só uma igualdade em relação aos homens, mas, também, capaz de reanimar as pulsões revolucionárias que se insurgiam contra a sociedade capitalista.

## 1.2 O SURGIMENTO DO FEMINISMO SOCIALISTA

Como vimos e dado o contexto de efervescência política, os expoentes teóricos que se espriavam e agregavam a seus princípios base a questão da mulher. Contudo, a preocupação com a situação das mulheres trabalhadoras não emergiu das feministas liberais que se preocupavam, somente, com sua autonomia feminina dentro da classe à qual pertenciam, aquelas isentavam-se por completo da preocupação sobre as condições das mulheres trabalhadoras. Não obstante, tiveram um importante papel na luta pelo sufrágio universal, pelo direito das mulheres, leia-se das mulheres das classes privilegiadas<sup>23</sup>. O que se expressou em conquistas significativas de alguns setores de mulheres, mas que não reverteram de forma imediata em saltos significativos

---

<sup>23</sup> Eixo central “a educação das mulheres, o direito ao voto e a igualdade no casamento, em particular o direito das mulheres casadas a dispor de suas propriedades.” (MIGUEL, 2015, p.21). Definiu-se como a onda do feminismo liberal (sec. XVIII e XIX) que teve em Wollstonecraft e Stuart Mill seus principais representantes (MIGUEL, 2015).

para a grande maioria das trabalhadoras, que continuavam à margem dessas vitórias. A conquista do direito ao voto pelas mulheres era por característica uma bandeira policlassista, ainda que uma luta extremamente necessária limitava-se a reformas possíveis na medida em que, não questionava as causas da exploração, mas apenas algumas de suas expressões. Nesse sentido, ainda que se tratando de uma conquista necessária, não deixava de reafirmar,

[...] o capitalismo, ao exigir a entrada nele, com todos os direitos, de uma parte fundamental da mão-de-obra, a mulher, que já cumpria o papel decisivo na produção. Assim, era uma luta autônoma das mulheres contra a desigualdade de gênero, mas que evidenciava seus vínculos estruturais com o modo de produção capitalista, com as relações sociais daí advindas (TOLEDO, 2005, p.20).

Por seu lado, a implementação do modo capitalista de produção e reprodução da vida e o irreversível ingresso das mulheres no espaço produtivo conduziu a novas formas de concatenar o pensamento revolucionário, que ficou conhecido como o socialismo científico que presenteou o pensamento feminista com um importante incremento, o materialismo histórico pela condição dos sujeitos, independentemente do sexo, na estrutura de classes.

Com o surgimento do socialismo científico parte-se da investigação das relações de produção do sistema capitalista, de suas clivagens e contradições fundamentais para entender a questão da mulher trabalhadora a partir destas relações de exploração e dominação em que se assentam as sociedades de classes. O legado do materialismo histórico permitiu não só desvelar o funcionamento da sociedade do



capital, como compreender a necessidade da revolução e concomitante socialização dos meios de produção. De acordo com esse viés teórico, compreendemos que, somente o fim do capital e as contradições a ele inerentes podem possibilitar a arquitetura de uma nova sociedade, onde o sonho da emancipação humana seja concretizável. Dessa forma, na transição do séc. XIX para o XX conformou-se um corpo e espaço para o que ficou conhecido como movimentos feministas socialistas, para os quais a emancipação da mulher, passaria, necessariamente, pela emancipação de toda a classe trabalhadora, que, por sua vez, só seria possível com o fim da sociedade de classes e tudo o que dela deriva.

Assim, o grande mérito da contribuição para o debate feminista assegurado pelo materialismo histórico reside principalmente, no fato deste viés teórico ao ter ousado decifrar esta esfinge que continua nos devorando, delineou a estratégia de luta emancipadora da mulher que tem, necessariamente de passar pela: a abolição da propriedade privada e o fim da sociedade de classes. Demonstrou a insustentabilidade das anteriores justificativas naturalistas que vinham assessorando a marginalização das mulheres das esferas centrais de decisão e do espaço público. Através do marxismo passou-se a ter as bases materiais para pensar a responsabilidade das determinações e contradições que se gestam no bojo da sociedade das mercadorias que conforma um ser social, “que consiste em enquadrar seus subordinados neste esquema de pensar/sentir/agir.” (SAFFIOTI, 2009, p.7), que em sua unidade orgânica conformam o ser humano que, no nosso caso, é um *socius* de ser social formado com o advento da sociedade capitalista em que, o “[...] homem não é uma essência abstrata agachada fora do mundo; o homem é o homem do mundo [...]”. (MARX, 2010, p.15).

Expressões deste viés teórico e militante são, nesse primeiro momento: Bebel, Flora Trsitán, Clara Zétkin (1857-1933), a bolchevique, Alexandra Kollontai (1872-1952), entre outras.

O trabalho teórico e militante de Flora Tristan (1803-1844) caracterizada como precursora do feminismo socialista, terá sido a primeira a reivindicar e a elaborar teoricamente a necessidade da autonomia econômica e da igualdade salarial entre mulheres e homens. Sensível à questão da classe operária na França, buscou compreender a fonte do cenário de extrema pobreza e desigualdade que assolava as cidades nos primórdios da revolução industrial, ao mesmo tempo em que as manifestações dos trabalhadores eram violentamente reprimidas, “as leis repressivas, votadas entre 1834 e 1835, proibiam a formação de associações e limitavam o poder de imprensa” (AMARANTE, 2010, p.114). Portanto, a originalidade de Tristan em relação aos socialistas utópicas cindia no eixo da defesa de que o problema das mulheres era, também, um problema dos homens e que a superação dessas alienações tinha que se fazer acompanhar por uma luta solidária entre os trabalhadores contra a fonte de todo o sistema de internalização e exploração, ciente que só seria possível com o fim do capitalismo. Atenta à expansão globalizante do capital tornou-se, ainda, defensora do Internacionalismo e pela libertação de todos os povos do mundo. De acordo com Tristan na obra *Le Tour de France* (1843-1844),

O essencial é fazer com que as crianças compreendam que o nosso globo é um grande corpo humanitário [...] e que odiando ou fazendo mal a seus irmãos em humanidade, é a eles mesmos que odeiam e a que fazem mal. É necessário fixar nos espíritos esta dupla noção, esta individualidade do grande corpo humanitário

e esta solidariedade entre as nações e os indivíduos (*apud* AMARANTE, 2010, p.115).

Como às mulheres estava vedada a condição de direito à cidadania, esta tornou-se uma das bandeiras que mereceu grande atenção por parte de Tristan, que apresentou várias petições à Câmara, das quais: a petição pelo direito ao divórcio (em 1837) ao qual anexou “um exemplar de *Pérégrination d'une paria*, que na sua opinião ilustra as desgraças das mulheres diante da indissolubilidade do casamento” (AMARANTE, 2010, p.114).

Muito ficou por falar sobre Tristan e a importância de sua obra para o movimento feminista e socialista mundial, mas do pouco que se conhece podemos afirmar que terá sido ela que lançou luz sobre os novos caminhos do feminismo que têm servido como importantes guias para que outras mulheres, homens e movimentos políticos nascessem levando a novas conquistas, como lembrou Breton (1954) (*apud* AMARANTE, 2010), “Talvez não exista um destino feminino como o de Flora Tristan que, no firmamento do espírito, tenha deixado um sulco tão longo e luminoso”. Desse sulco luminoso surgiram novos e importantes legados, como o de Clara Zetkin.

Zetkin dedicou grande parte de sua produção teórica à questão da mulher, negou-se a fazer qualquer aliança com as feministas burguesas, inclusive com relação à reivindicação do voto universal<sup>24</sup>. A teórica e militante feminista marcou presença na luta pelo direito ao

---

<sup>24</sup> Somente, no séc. XX as mulheres conseguiram conquistar o direito ao voto. Na maioria dos países terá sido conquistado nas primeiras décadas do séc. XX (no Brasil, por exemplo, as mulheres conquistaram o voto 1927, já em países como Suíça ou Luxemburgo, as mulheres foram obrigadas a aguardar o direito ao voto, somente em 1970).

voto, por espaços políticos que permitissem a organização de mulheres trabalhadoras e por direitos trabalhistas para as mulheres. A sagacidade de Clara Zetkin, somada ao seu interesse pelo materialismo histórico, levou a que alçasse a análises complexas e de grande amplitude sobre a questão da mulher trabalhadora e suas imbricações com a lógica da sociedade capitalista.

Contemporâneo de Zetkin, Bebel (1840-1913), cuja parte da produção, insere-se naquilo que podemos definir como feminismo socialista, principalmente na obra *A mulher e o socialismo*, (1879) defendeu a importância de se agregar as mulheres trabalhadoras na luta contra a burguesia e pela incorporação das reivindicações emancipatórias daquelas mulheres nas pautas da socialdemocracia de então. A indicação de Bebel era a de que não é possível pensar numa organização unificada entre as mulheres, pois a classe social as divide,

[...] as mulheres que se ocupam do movimento feminino não compreendem a necessidade de uma mudança radical. Influenciados pelo lugar privilegiado que ocupam na sociedade, elas vêem, no movimento feminista proletário e em suas aspirações diferentes, tendências perigosas e pouco razoáveis, que devem ser combatidas. É assim que a diferença de classes, que cria um abismo entre os trabalhadores e os capitalistas, faz igualmente sentir seus efeitos no movimento feminista. (BEBEL, 1989, 131).

Vale destacar que as contribuições valiosas desses teóricos e militantes reconfiguraram a Internacional comunista, que em seu segundo encontro e contando com a participação de Engels, Bebel e Zetkin, fizeram reconhecer a importância de se agregar à pauta da luta

de classes, a reivindicação da igualdade entre os sexos, contra todas as formas de “exploração e de opressão, contra uma classe, um partido, um sexo, uma raça”. (ALAMBERT, 1986, p.47).

Posteriormente, também capaz de vislumbrar os limites do feminismo burguês, Kollontai animada pelo assalto ao poder proletário na Rússia em 1917, propôs a vinculação entre as reformas feministas e a tarefa da construção do socialismo e, ainda, a importância de se pensar o partido comunista em sua relação com organizações autônomas, como o caso do movimento de mulheres proletárias.

Na revolução Russa a classe proletária buscou através da transformação radical da sociedade eliminar tudo aquilo que a apartava da possibilidade de produzir a vida humana em plenitude. Falamos aqui da grande tentativa, por parte dos trabalhadores, de alcançarem a verdadeira emancipação humana, na busca do “reino das liberdades” (MANACORDA, 1996, p.131), que não deixou no olvido a questão da emancipação feminina. Exemplo disso foi a conquista, por parte das mulheres Russas de paridade com relação aos homens, assim como de leis que defendiam a igualdade de homens e mulheres em todos os âmbitos da esfera econômica à esfera política. Lênin preocupado com a situação da mulher proletária fez a seguinte declaração, “não haverá verdadeira “liberdade” enquanto a mulher não for libertada dos privilégios que as leis concederam aos homens; abaixo os mentirosos que falam da liberdade e da igualdade para todos enquanto deixam subsistir o sexo oprimido” (LÊNIN, p.146, 1979).

Neste sentido, resgatamos Alexandra Kollontai, que exerceu um papel central no debate sobre a questão da mulher durante o processo de ruptura revolucionária, por algumas vezes ao longo do processo de

construção da mulher nova e do homem novo, demonstrou descontentamento sobre a resistência de vários setores populares com relação à aceitação das pautas voltadas para a igualdade entre os sexos<sup>25</sup>. Não cansou de reivindicar a importância de se pensar a articulação entre a luta de classes e a necessidade de uma mudança cultura/moral radical, frisando constantemente que, somente, o fim da propriedade privada não acarreta o fim da dominação contra a mulher. Kollontai<sup>26</sup> partia do pressuposto, com o qual concordamos, de que a luta pela emancipação da mulher trabalhadora já deveria estar presente no processo que precedia a revolução e não se conformava que se colocassem essas questões constantemente para segundo plano. Em referência a esta mentalidade machista da qual os mais revolucionários não estavam impunes, ela diz o seguinte:

Mudem-se as estruturas, substituam-se as velhas relações de reprodução por formas novas que

---

<sup>25</sup>Sobre esta questão ver as seguintes obras de Kollontai: *A nova mulher e a nova moral sexual* (1919 e 1921) e *Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada* (1921).

<sup>26</sup>Na esteira do descrito vale resgatar algumas das contribuições proporcionadas por Clara Zetkin amiga e camarada de Rosa Luxemburgo que teve um importante destaque na organização revolucionária Alemã e internacional no séc. XIX e XX e exerceu forte pressão para que a segunda internacional comunista incorporasse as pautas específicas sobre a questão da mulher. Destacam-se em suas pautas contidas nas *Diretivas para o movimento comunista feminino* (1920): a luta por melhores condições de trabalho para as operárias, o sufrágio para as mulheres e reivindicou a necessidade de espaços específicos de organização para as mulheres operárias. Como materialista que era remetia a fonte principal da dominação das mulheres à propriedade privada e por isso, a luta pela emancipação da mulher tem, necessariamente por passar pela luta contra o sistema do capital e a negação de todas as estruturas que o compõem.

desobstruam o caminho para o avanço das forças produtivas, substitua-se a sociedade burguesa pela socialista e encontraremos unidos para isso todos os revolucionários. Mas, no momento em que se trata de romper com a velha mentalidade patriarcal pela qual a mulher é um simples brinquedo do homem, então todos os revolucionários se unem em defesa dos mais terríveis preconceitos, dos mais arcaicos costumes, das mais caducas tradições, como qualquer burguês reacionários. (KOLLONTAI, 2007, p.19).

Verificamos, pela experiência relatada, e tendo em conta o processo de ruptura em curso na Rússia, que o rompimento com as velhas estruturas, dos privilégios masculinos de dominação das mulheres, não foi automaticamente acompanhado pela cisão com a sociedade anterior.

Este parêntese sobre a contribuição das feministas socialistas é importante na medida em que influenciou, de forma significativa, os movimentos feministas e as teorias basilares desse campo político ao redor do mundo até aos dias atuais. Estando também sujeitos às pressões do movimento classista e à conjuntura histórica de determinados momentos da classe trabalhadora e o momento de acumulação de capital, isto é, o impacto que o movimento feminista de caráter classista vem exercendo sobre a classe está longe de ser linear e sofre das mesmas vicissitudes que os movimentos de caráter marxista com momentos de expansão e outros de retrocessos ou de recuos.

### 1.3 – O FEMINISMO NO BRASIL E A CRÍTICA AO FEMINISMO “PÓS”

No caso brasileiro, os movimentos feministas, também exerceram um importante papel na conquista dos direitos das mulheres. Como no resto do mundo, foi por aqui necessário o desenvolvimento das forças produtivas, que se materializou no espraiamento da indústria por intermédio da “hemorragia da população rural” (FONTES, 2010, p.217). Desse modo, o caminho que se desenhou no Brasil rumo a sua industrialização ocorreu, através de

[...] dois movimentos concomitantes, intimamente entrelaçados e grávidos de tensões: um lento e hesitante mas contínuo processo de industrialização de base urbano-industrial desde finais do século XIX e uma complexa, porém persistente difusão da compulsoriedade à produtividade, medida tanto pelo mercado interno, no âmbito agrário (SAFFIOTI, 2013, p.220).

Entretanto,

O grande salto da industrialização, [...] se daria como consequência da revolução de 1930, movimento no qual desembocaram as revoltas que desde 1922 vinham movimentando essa década. Em 1920, a população operária havia dobrado em relação à de 1907. (SAFFIOTI, 2013, p.222).

Foi com o proletariado nascente que se conformaram as condições de cotejamento do movimento feminista. No Brasil, as sufragistas aparecem no cenário já no séc. XIX ganharam espaço e corpo enquanto movimento nos anos 20 do séc. XX, “Nessa década, o feminismo ganha uma dimensão nacional. Podemos identificar três



vertentes no movimento. A primeira, considerada a mais forte, tendo como liderança Bertha Lutz” (CISNE, 2014, p.132-133).

Essa primeira vertente era composta, sobremaneira, por mulheres cultas da elite e colocava como marco primordial o alcance dos direitos políticos iguais para homens e mulheres, “buscava direitos políticos para as mulheres sem confrontar o patriarcado e o capitalismo como sistemas de exploração e opressão das mulheres”. (CISNE, 2015, p.133). A segunda corrente ficou conhecida como,

[...] feminismo difuso “composta por mulheres cultas [...] muitas delas jornalistas e escritoras. Essas mulheres reivindicavam não apenas direitos políticos. Defendiam o direito à educação e questionavam a dominação masculina e o interesse dos homens em deixar as mulheres ausentes do mundo público. Além disso, tocaram em assuntos polêmicos para a época, como sexualidade e divórcio. (CISNE, 2015, p.133.).

Diante da pressão exercida pelos movimentos que se alastravam por todo o país ao longo dos anos 20 conquistou-se o direito ao voto, o qual foi alcançado muito antes de alguns países que demonstravam um desenvolvimento capitalista mais consolidado, como era o caso da França, local onde o direito ao voto aconteceu mais de uma década depois do conquistado no Brasil. A grande efervescência de movimentos feministas que vinham surgindo por aqui<sup>27</sup> sofreram um período de estagnação com a entrada do governo de Juscelino

---

<sup>27</sup> Como Comité de Mulheres pela Democracia, a Federação de Mulheres no Brasil (1929), o Departamento feminino da Liga de Defesa Nacional, a União Feminina que integrava a Aliança Nacional Libertadora, tornada ilegal em 1934, etc.

Kubitschek<sup>28</sup>, governo que, iniciou um processo de repressão e criminalização de grande parte das organizações feministas. A terceira vertente vinculava o feminismo às teses postuladas pelo partido comunista e por movimentos anarquistas. “Composto por mulheres intelectuais e trabalhadoras, militantes de esquerda que defendiam a libertação da mulher de forma radical. [...] tendo como questão central, [...] a exploração do trabalho” (CISNE, 2015, p.134).

Com o golpe militar – empresarial de 64, iniciava-se um período de terror recheado de perseguições, prisões, assassinatos e exílios aos que se colocavam contra o regime, ao mesmo tempo, o Capital avançava na extração de mais valor à custa dos trabalhadores. Os ataques contra os direitos trabalhistas eram constantes, com Delfim Neto como ministro da economia a inflação agigantou-se, arrocho salarial, etc.

Então, no final da década de 70, explodem várias greves, principalmente por parte dos trabalhadores do setor industrial, seguem-se mais perseguições, prisões, assassinatos. Contudo, as greves continuavam a se alastrar e contaminaram também o setor público. De acordo com a pesquisadora Célia Pinto em entrevista à *Caros amigos* (2012, p.17), as características que terão marcado o feminismo durante o regime militar podem ser definidas da seguinte forma:

---

<sup>28</sup>Governo Jk (1956-1960) que é considerado como o momento em que o Brasil consolida suas bases capitalistas. O famoso plano de “50 anos em 5”, tinha por escopo garantir condições para a expansão da industrialização no país e ao contrário de possibilitar uma melhoria de vida para as classes operárias, acirrou ainda mais suas condições precárias. Consolidam-se as condições para que grandes multinacionais se estabeleçam no país, como foi o caso da Volkswagen.

Para entender o movimento feminista brasileiro que surge nos anos de 1970, temos de tomar em consideração o quadro internacional. A partir de 1968 as lutas políticas no mundo ocidental começaram a se diversificar. [...] A chamada segunda onda do movimento feminista é uma das mais fortes expressões deste novo cenário. Ela surge na Europa e nos Estados Unidos com força já na década de 1960 [...] as mulheres traziam uma nova agenda, onde junto com igualdades políticas e igualdade no trabalho, exigiam igualdade sexual, igualdade nas relações de gênero.

Ainda de acordo com a pesquisadora citada, o movimento feminista desse período tinha por reivindicações principais, não só a emancipação das mulheres, mas, também a anistia dos presos políticos (Pinto, 2012). Mais uma vez os movimentos feministas exerceram um papel crucial contra uma sociedade conservadora que vigorava sob as asas do plano condor. Com o processo de redemocratização expandem-se as bandeiras feministas, que por sua vez encontraram respaldo nas modificações a nível jurídico e na Constituição de 1988.

Durante o período da ditadura e decorrente exílio de muitas lutadoras e intelectuais, uma crescente quantidade de mulheres passou a ter contato com as referências do feminismo que ganhava espaço na Europa nos anos 60, “muitas jovens vivenciaram um clima de revolução cultural e de costumes que colocavam em xeque a naturalização do poder do homem. Essas jovens não voltaram para o Brasil da mesma forma.” (CISNE, p.136). Esse contato proporcionou a formação política de mulheres no campo do feminismo, as quais ao voltarem para o Brasil trouxeram com elas uma nova bagagem intelectual que serviu de suporte na formação do movimento feminista das mais variadas vertentes. O papel dessas mulheres intelectuais foi fulcral nesse processo de

consolidação de organizações feministas brasileiras, foram cruciais tanto para a inserção dos conteúdos feminista científico nos espaços acadêmicos, quanto nos lugares organizativos da classe trabalhadora, “reelaborando o papel dos intelectuais orgânicos no Brasil contemporâneo” (FONTES, 2010, p.218). Alguns desses movimentos classistas já atuavam dentro do PCB desde sua criação em 1922, apesar da aversão de alguns militantes do partido ao movimento de mulheres, por considerarem que dividia a classe, as mulheres que ingressaram nas fileiras do partido rapidamente observaram a necessidade de criar dentro do partido, organizações que se detivessem sobre a questão da mulher trabalhadora. O feminismo de esquerda ficou constantemente relegado à clandestinidade até ao processo de transição democrática que ocorreu no Brasil, a partir do início dos anos 80. Somente, a partir de 79, o feminismo volta à legalidade, que se expressa numa cisão entre as feministas.

Foram, então, construídos conselhos estaduais de direitos da mulher e, em seguida, surgiram “as delegacias policiais especializadas no atendimento à mulher e o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres.” (MIGUEL, 2015, p.95). Posteriormente, vozes que ganharam novo fôlego com o processo de redemocratização e, culminaram em 2002 na plataforma Feminista, “Nossos corpos nos pertencem”.

Segundo Miguel, (2015, p.97), foi ao longo da década de 70 que alguns países da Europa, começaram a adotar a “porcentagem mínima de mulheres, primeiro em direções partidárias e sindicatos ou na administração pública, em seguida nas eleições [...] logo, foram adotadas em outras partes do mundo, sobretudo na América Latina e na

África.”. Os movimentos feministas, em sua diversidade, sofreram alguns momentos de esvaziamento, principalmente em decorrência de vitórias, como o caso da conquista do voto por parte das mulheres nos finais do séc. XIX e início do séc. XX. Esse esvaziamento do sentido político dos movimentos feministas, não se tem dado sem oposições. De um lado, “ficaram as que lutavam pela institucionalização do movimento e por uma aproximação da esfera estatal e, de outro, as autonomistas, que viam nessa aproximação um sinal de cooptação”. (PINTO, 2003, p.68), ponto identitário entre esses movimentos centrava-se na reivindicação do direito ao trabalho com direitos iguais.

No germe deste feminismo de consenso está o já conhecido feminismo burguês que se resumiu, em muito à luta pelo sufrágio e direitos políticos na esfera da instituição, mantinham uma não negação da sociedade de classes que,

[...] por mais progressista que tenha sido o movimento feminista pequeno-burguês ,objetivava e ainda visa estabelecer a igualdade social entre os sexos, ele não rerepresenta, senão uma modalidade de consciência utópica no sentido de desejar e lutar por uma transformação parcial da sociedade, acreditando ser possível conservar intactos os fundamentos desta (SAFFIOTI, 2013, p.190).

E acrescenta a seguinte provocação,

Deste ângulo, o feminismo pequeno-burguês não é, na verdade, um feminismo. Representa, ao contrário, uma força de consolidação da sociedade de classes na medida em que permite a esta assumir uma aparência que melhor dissimule suas contradições internas. A conclusão a que esta

constatação leva não pode ser outra senão a de que o feminismo é uma posição falsa se considerada como perspectiva autônoma. (SAFFIOTI, 2013, p.194).

Portanto, esse feminismo pequeno-burguês serve mais para exaurir as tensões sociais do que para acirrá-las conformando um papel de pacto social entre as classes, o que acaba por contribuir para a preservação da sociedade vigente, mistificando a verdadeira essência dos problemas que ganham corpo na sociedade capitalista. Como pano de fundo dessa transmutação dos movimentos sociais, entre os quais encontramos os movimentos feministas, estiveram alguns fatores como: a queda da URSS, a morte das esperanças que o Maio de 68 abriu e as transformações nos processos de trabalho decorrentes da forte crise dos anos 70 que sinalizaram uma mudança crucial, marcando profundamente a história das ciências a nível mundial.

Como forma de saída da crise dos anos 70 assiste-se a uma oxigenação nos processos de trabalho e a uma profunda reorganização das formas de trabalho<sup>29</sup> com impactos sociais daí decorrentes. Simultaneamente, principalmente com o advento de 68 do século XX explodiu o movimento cultural e político que plasmou de uma forma complexa “a emergência do descompasso entre a intensificação da internacionalização do capital, com seus efeitos sociais múltiplos” (FONTES, 2010, p.176).

Tratou-se, portanto de um período do capital que, segundo Harvey terá representado um marco na caminhada para o pós

---

<sup>29</sup> Nas seções que se seguem iremos dedicar-nos a analisar este momento do movimento do capital pós anos 70.

modernismo que se congrega nos anos 80, até porque as bandeiras de 68 rapidamente foram incorporadas pelo movimento do capital que logrou esgotar e esvaziar o caráter mais radical que nascia dessas manifestações. Ao longo das décadas, esse feminismo de caráter liberal vem assumindo novas roupagens e ganhou uma significativa intensidade a partir da década de 80, que ficou conhecida como a década que se inicia o processo de institucionalização dos movimentos feministas, o que acabou comprometendo a autonomia de muitas organizações ou expressões militantes feministas à escala global. Mas foi na década de 90 que se consolidou a institucionalização do feminismo cujo auge está no que “convencionamos chamar de “onguização” (CISNE, 2014, p.141). Nesse âmbito, ganha força o feminismo profissional em detrimento do militante que,

[...] reedita, em grande medida, o feminismo bem comportado e encontra sérios limites institucionais para atuar com autonomia frente ao Estado e demais organismos financiadores das ONGs, trazendo, portanto, grandes implicações e desafios para a luta das mulheres” (CISNE, 2014, p.141).

No contexto assinalado, iniciou-se um percurso de militância política e teórica que partia da premissa que era necessário romper com o que definiram por teorias totalizantes em virtude da pluralidade e do “poder do discurso” (FOUCAULT, apud HARVEY, 1999, p.50). Abre-se o processo de centralidade não na individualidade, mas antes, no reforço do individualismo que se espelha numa expressão cultural, que por surgir de um modo específico de produção plasma as características desse modo e dessa sociabilidade.

Essa nova dimensão histórica foi definida, por Harvey, como a época que se caracteriza pela emergência das teorias Pós Modernas, que têm seus alicerces no pensamento moderno<sup>30</sup>. O pós modernismo significaria o novo que iria substituir as velhas “metanarrativas”, tornado-as anacrônicas, eis uma das pretensões da pós-modernidade, “a ciência e a filosofia devem abandonar suas grandiosas reivindicações metafísicas e ver a si mesmas, mais modestamente, como apenas outro conjunto de narrativas. (HARVEY, 1999, p.20). Como resultado desse esforço teórico em abolir a existência das classes sociais, passou a se supor o fim da sociedade do trabalho, tese que ganhou fôlego pela mão do sociólogo Daniel Bell<sup>31</sup> e que encontrou solo fértil para plantar suas ideias no terreno dos movimentos sociais. Bell chega à conclusão que seria mais adequado para nossa época histórica definir a sociedade como - sociedades pós-industriais<sup>32</sup>. Nesse campo de estudo, ressignifica-se a fronteira entre a aparência e a essência e a aparência ganha uma capacidade explicativa do real que na realidade não tem. De acordo com o viés pós moderno, o movimento do real passa a ser capturado pelo

---

<sup>30</sup> Como todos os novos conceitos nascem de velhas narrativas, também o pós-modernismo tem seu berço inspirador na corrente anterior, que ficou conhecida como modernista, mais especificamente aos alicerces que compõem a corrente positivista. Que como definiu Baudelaire a modernidade “é o transitório, o fugidío, o contingente, é uma metade da arte, sendo a outra o eterno e o imutável” (apud Harvey, 1999, p.21).

<sup>31</sup> Sobre este tema ver o livro "The Cultural Contradictions of Capitalism"(1976) da autoria de Daniel Bell.

<sup>32</sup> O sociólogo Ricardo Antunes elabora uma arguta crítica no intuito de desvelar a incapacidade de se explicar a sociabilidade contemporânea através destas teses do fim do trabalho. Referimo-nos aqui a sua obra *Adeus ao Trabalho?*.



imediatos e não em sua totalidade e seu devir, “deixando na sombra a estrutura profunda daquela que é a categoria ontológica central da própria realidade social, a totalidade.”. (NETTO, 2013, p.95). Concomitantemente a esta forma de análise da realidade passamos a ter uma supervalorização do agir individual, do agir comunicativo e da interpretação literária, ou vocabular sobre determinados fenômenos. Os jogos de linguagem ganham significativo destaque. Agora à ciência caberia explicar esses jogos compostos por narrativas independentes só possíveis de entender na particularidade do imediato. Esta nova forma de ‘olhar’ o mundo espalha-se para vários setores militantes e em diferentes movimentos sociais. A classe enquanto expressão de uma totalidade é pulverizada em suas particularidades, que passam a compor um quadro bizarro sem qualquer conexão entre si.

Esse movimento de pensar o mundo acabou por reverberar numa parcela significativa dos movimentos feministas, movimentos que adotaram como protagonistas da organização política não mais os

partidos e as organizações clássicas da classe, mas sim os designados “*Novos movimentos sociais*”<sup>33</sup>, referenciados pela pós-modernidade<sup>34</sup>.

Assim, o marxismo perde terreno para o viés culturalista ou “pós”, concomitante o conceito de patriarcado é apartado da discussão teórica vinculada ao feminismo ao qual se sobrepõem os estudos de gênero “em favor de práticas culturais, dos significados do corpo, de prazeres” (CASTRO, 2000, p. 102).

O Brasil não escapa a esta nova onda, é a partir dos finais dos anos 80 e início dos 90 que vamos sentir mais intensamente em solo brasileiro os efeitos do feminismo ‘pós’ e do feminismo institucionalizado.

Foi, principalmente, com o advento dos anos 90 que os estudos de gênero ganharam grande difusão pelo Brasil. O gênero, segundo Scott compunha uma nova neutralidade não constituindo “uma ameaça crítica” (SCOTT, 1991, p.6) o que facilitava sua proliferação no espaço acadêmico (SCOTT, 1991). A perspectiva culturalista se

---

<sup>33</sup> Um dos responsáveis por essa designação de “*Novos movimentos sociais*” terá sido Claus Offe (1989), que, também defendeu a crise da “sociabilidade do trabalho”. Para mais informações ver obra: Claus Offe, *Trabalho e sociedade. Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. V. 1. A crise. (1989).

<sup>34</sup> De acordo com Zizek, “[...] a limitação desses movimentos é que eles não são políticos no sentido do Singular Universal: eles são movimentos de uma só causa”, que não têm dimensão da universalidade – quer dizer, eles não se relacionam com a totalidade social [...] os liberais de esquerda de hoje[...] Eles invocam o racismo, a ecologia, as demandas dos trabalhadores e assim por diante, para ganhar pontos sobre os conservadores - sem ameaçar o sistema”. ( ZIZEK, 2005)

sobreposição à materialista.<sup>35</sup> Esta categoria gênero nasce no bojo das lutas pós anos 70 e terá se demarcado por duas questões centrais: A primeira delas as lutas cidadãs pela concretização dos direitos e as,

[...] lutas internacionais de teor específico, que se autoproclamavam apolíticas [...] inegavelmente resultaram em conquistas, mas se situaram numa posição ambígua: isolaram dimensões que se encontram conectadas desigualmente pelo capital; fortemente dependentes de contribuições voluntárias aparentemente descomprometidas, esqueceram que o dinheiro carrega consigo relações sociais. Daí resultou uma crescente dependência em relação às fontes financiadoras e redirecionadoras estabelecidas pelo capital resultando na aceitação e mesmo no estímulo a um militantismo profissionalizado, “filantropizante” [...] seriam as receptoras das ofertas de financiamento das entidades sem fins lucrativos, mas de base empresarial ou institucional que, crescentemente, procuravam assenhorar-se das entidades combativas de cunho popular. (FONTES, 2012, p.190-191).

Grosso modo, o gênero é assim, uma amálgama de cenários, segundo a qual às ações masculinas se remete mais valorização que às femininas. Então, teóricas do conceito gênero como: Scott, Gilligan

---

<sup>35</sup> A questão cultural está de acordo com Scott desvinculada das relações de exploração que se gestam numa determinada época histórica. Scott dilui assim, a dimensão contraditória que está na base da sociedade capitalista, ou seja, para Scott, só é possível compreender as relações de gênero se se apartarem as determinações de dominação/exploração, “A ladainha “classe”, “raça” e “gênero” sugere uma paridade entre os três termos que na realidade não existe. Enquanto a categoria de “classe” está baseada na teoria complexa de Marx (e seus desenvolvimentos posteriores) da determinação econômica e da mudança histórica, as de “raça” e “gênero” não veiculam tal associação. (SCOTT apud CISNE, 2014, p.144).

entre outras encontraram no palco acadêmico um lugar de destaque para este conceito que passou a ser fio condutor em muitas áreas de conhecimento no campo das ciências humanas, mais particularmente nas teorias antropológicas.

Saffioti ressalta, ainda, a importância de se ter em conta os fatores que se escondem por trás do forte componente ideológico característica que, aliás, acompanhou o surgimento e a adesão à categoria gênero. Segundo Saffioti a categoria gênero “é visto ora como capaz de colorir toda a gama de relações sociais, ora como um mero aspecto destas relações é difícil dimensionar sua importância, assim como sua capacidade para articular relações de poder” (2009, p.18).

Este feminismo apartado da questão de classe se aproxima em alguma medida do feminismo liberal e socialdemocrata que avança numa articulação umbilical entre governos, ONGs e algumas organizações feministas, sobretudo as que se gestam no seio da academia. Expressão disso são movimentos que têm na sua base constitutiva esta percepção teórica metodológica que conforma a categoria gênero. Assiste-se, portanto, a uma verdadeira “ongização” dos movimentos feministas<sup>36</sup>. O espraiamento das ONGs para os movimentos feministas foi tão marcante que na década de 90<sup>37</sup> “esse

---

<sup>36</sup>O caso das ONG’s diretamente vinculadas ao governo brasileiro e que por isso são privilegiadas com programas de financiamento, como o do programa “*vozes vitais nas Américas – mulheres na democracia*” financiados pelo Banco Interamericano do Desenvolvimento que tem os EUA como principal investidor (CASTRO, 2000).

<sup>37</sup> Nessa época surgiram vários estudos no Brasil cujo foco se centra na categoria gênero. Chama também atenção a quantidade de livros financiados por organizações como a ONU, UNICEF, etc, com enfoque na questão de gênero que ocupam as estantes das livrarias.

movimento se encontrou, praticamente, limitado na sua atuação por intermédio das ONGs” (CISNE, 2014, p.143). Este procedimento acarreta elementos importantes, não só pela “reatualização conservadora trazida pelas ‘novas teorias” (CISNE, 2014, p.143), como também, pelo processo de institucionalização em consequência desta onguização. Muitas feministas tornaram-se especialistas em gênero, cujo ápice ficou expresso na Conferência de Pequim, onde o caráter fortemente institucional se tornou a tessitura do feminismo. Segundo a síntese apresentada por Jules Falquet:

Esta nova tendência cobre parcialmente o feminismo de setores populares. Na verdade, pela mudança progressista que acompanha o agravamento da crise econômica dos anos 80, o discurso do feminismo de setores populares transformou as mulheres dos setores populares em mulheres pobres, depois em “pobres mulheres”, a quem é urgente fornecer soluções imediatas e, se possível, orçamentos, políticas, leis. Por trás de um discurso de responsabilidade para com a realidade social, os novos promotores de ONGs se especializaram e se profissionalizaram, seguindo de alguma forma a virada “humanitária” e às vezes “imediatista” do resto do setor de ONGs. Numerosos são as antigas internacionalistas e políticas engajadas em movimentos populares que encontram um novo papel de intermediárias e se tornam responsáveis de ONGs, de programas ou consultoras nacionais e internacionais. [...] Elas, então, se misturam com mulheres e homens, geralmente de pele clara e classes favorecidas, que também adotaram um vocabulário de gênero sem nunca ter sido feministas e se tornaram ferozes defensores(as) da estabilidade da ordem (apud CISNE, 2014, p.149).

Vale ainda ressaltar que, esta onda de institucionalização do movimento feminista, empreendido pelas ONGs, retiraram os movimentos feministas das ruas e confinaram esses movimentos à academia, fazendo-se acompanhar, também, pelas exigências de financiamento do Banco Mundial. Gênero passou a ser o conceito obrigatório pelos grandes órgãos de financiamento internacional, como o Banco Mundial que “só concede verbas a projetos que apresentem recorte de gênero” (SAFFIOTI, 2009, p.33).

De acordo com Saffioti, este órgão mundial passou a direcionar seu financiamento a trabalhos com “recortes de gênero” acabando, também, por influenciar fortemente a manutenção desta análise categorial. Assim, a capacidade de cooptação deste financiamento passou a definir a linha dos novos movimentos feministas. Os órgãos financiadores, que segundo Maria Novellino,

*A análise dos projetos desenvolvidos pelas ONGs feministas sugere que o discurso e a prática radicais do feminismo revolucionário: a luta contra o patriarcado tanto no espaço público quanto no privado e livre determinação sobre o corpo foram sendo substituídos por um discurso mais ameno e pragmático e por intervenções passíveis de serem financiadas pelas Agências ou pelo Estado. Como consequência, assumiram papéis esperados pelas Agências: serem órgãos de advocacy de políticas e serviços públicos e pelo Estado [...] as lideranças das ONGs acabam por ficar mais preocupadas em ajustar seus projetos às exigências ou expectativas das agências do que atender aos interesses e necessidades das mulheres com/para as quais trabalham. (apud CISNE, 2014, p.146).*

Nesta lógica de institucionalização dos movimentos feministas em parcerias com governos, ONGs e organismos internacionais conformam-se vários projetos na década de 90 voltados para a lógica assistencialista mediante as políticas de “terceirização de serviços e de assistência para mulheres pobres” (NOVELLINO *apud* Cisne, 2014, p.147).

Logo, a ênfase exclusiva na categoria gênero conduziu a uma subjetividade cultural que “muitas vezes perde de vista a dimensão contraditória que anima a sociedade capitalista e que reproduz e atualiza, modificando-as, formas de sujeição desiguais, combinadas, generalizadas – homólogas à extensão do capitalismo – e naturalizadas” (FONTES, 2010, p.188)<sup>38</sup>. Ainda de acordo com a Saffioti, este viés feminista contribui mais para mistificar as características mais notáveis da sociedade capitalista, como as relações de classe e de exploração a ela subjacente, pois falsamente assume uma perspectiva autônoma, uma vez que se trata de um feminismo que sustenta as pautas ideológicas

---

<sup>38</sup> Assim, esta onda do feminismo pós anos 90 ficou conhecida como os novos feminismos que segundo o artigo publicado na revista CULT (Março, 2015) *Os novos feminismos e os desafios para o século 21*, da autoria de Carla Garcia, “As novas práticas feministas que surgiram nesse contexto é o que chamamos de novos feminismos, como uma maneira não apenas de nomear algo que reformulou de maneira irreversível o movimento feminista tal qual o conhecíamos, mas também como forma de articular um novo marco de problemas e estratégias no contexto dos novos circuitos abertos pela globalização [...] os novos feminismos partem da diferença como condição à prática política. A identidade passa a ser entendida como um processo múltiplo no qual se articulam o gênero, a classe, a raça, a etnia e a idade, formando uma subjetividade complexa. (p.53).

dominantes e das quais o capitalismo faz uso e se alimenta, operando no sentido de atenuar “as tensões”<sup>39</sup>.

Entretanto, pautas que outrora, por seu caráter revolucionário, tinham centralidade nos movimentos feministas, como a luta anticapitalista e antipatriarcal, passam a ser totalmente marginalizadas pelos órgãos financiadores que passam a determinar as bandeiras de movimentos feministas que se voltam para um ativismo domesticado do qual foi extirpado qualquer possibilidade revolucionária de rasgar as verdadeiras causas da dominação. O feminismo, nesse sentido, torna-se uma utopia que em Grego significa *Outopos*, cuja tradução literal seria, lugar nenhum. Assistimos a uma tentativa pragmática de restrição a questões imediatas, um rebaixamento brusco para corresponder a demandas dos órgãos financiadores. Segundo Toledo,

[...] aquelas feministas que classificam o problema da mulher na sociedade moderna como um problema de gênero, e buscam desesperadamente traçar políticas que busquem a igualdade de gênero, não sabem contra quem lutam. (2008, p.14).

Nossa principal objeção em relação a estes “novos” movimentos, lastreia-se, no fato de negarem a historicidade da luta de classes e por corolário temos assistido a uma naturalização da ordem

---

<sup>39</sup> Saffioti no texto *Ontogênese e filogênese de gênero* (2009) não descartando o conceito gênero remete-lhe importantes críticas, uma das quais a de que a categoria gênero pelas características de sua proliferação acabaram por cair num relativismo excessivo das características culturais. Trata-se, portanto de um feminismo que por sua própria tessitura não se distancia muito do que foi definido no séc. XIX, como feminismo pequeno – burguês que não questiona os aspectos fundantes da sociedade de classes (SAFFIOTI, 2013, p.194).



vigente como se fosse “o fim da história”. No nosso entender, esta forma de organização teórico-política<sup>40</sup> aproxima-se em muito das formas conservadoras que se vêm contrapondo ao materialismo histórico dialético que fermentou do bojo da luta de classes.

Nestes termos, esta perspectiva de pensamento feminista foi classificada por Saffioti da seguinte forma:

1. De *utópica*, se realmente acredita ser possível transformar profundamente os papéis e a posição social da mulher nas sociedades competitivas sem alterar, concomitantemente, as bases em que está assentada e organizada a vida social. Neste caso, a consciência feminista esta inconscientemente comprometida com o *status quo* capitalista;
2. De *conscientemente compromissada com a ordem social competitiva* se, lutando pela completa igualdade social dos sexos, souber, de antemão, contentar-se com uma igualdade parcial, plenamente compatível com aquela ordem [...] (2013, p.389).

Ora, a análise de uma mera particularidade impossibilita a captura do “devir”, o que rapidamente se verifica ser bastante limitado na medida em que as soluções dentro dos muros do capitalismo nunca puderam ousar ir além dos limites do próprio capital, as conquistas

---

<sup>40</sup> No caso do Brasil, por exemplo, com a criação em 1895, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, avançou-se com políticas cujo intuito “foi o de promover políticas para colocar um ponto final na descriminação de gênero. Desde então, começa-se a ter um olhar de gênero para as grandes políticas públicas e desenvolver-se algumas políticas específicas para as mulheres”. (PITANGUY, 2012, p.8).

possíveis não se atreveram a questionar os pilares centrais da sociedade capitalistas<sup>41</sup>.

Assumindo uma clara postura de desconfiança contra os movimentos de caráter classistas, esses novos movimentos optaram por obscurecer a raiz dos preconceitos e dominações cujas capilaridades têm a origem comum na lógica de subsunção do trabalho e por consequência da vida ao capital. Ao adotarem uma postura de renúncia às organizações que remetem para a centralidade da classe, simultaneamente contribuem para uma cisão entre trabalhadores. Não é, por isso, de admirar que as últimas expressões e manifestações de revolta dos trabalhadores se tenha expressado muito mais em torno de indignações individuais ou em defesa de “um líder” do que pela identidade e reconhecimento de pertencimento a uma classe. A ideia principal assenta no pressuposto de que todos os grupos individuais têm o direito de se representarem e de ter “aceita essa voz como autêntica e legítima, é essencial para o pluralismo pós-moderno” (HARVEY, 1999, p.52). Não sendo, então, possível uma ação coerente e pensada a longo prazo perante o mundo resta-nos, segundo o pensamento pós-moderno o pragmatismo de nos adequarmos às necessidades imediatas (HARVEY, 1999) estabelece que o caminho não precisa ser planejado ele se faz ao caminhar. De acordo com Harvey, a ascensão do pós modernismo não representou nenhuma,

---

<sup>41</sup> Como sabemos a intenção e avanço no sentido de ruptura com os pilares matriciais capitalistas só foi possível em países onde a classe trabalhadora levou a intencionalidade revolucionária para além dos muros do capitalismo, como foi, por exemplo, o caso da Revolução Russa de 1917.

[...] mudança fundamental da condição social. A ascensão do pós modernismo ou representa um afastamento de modos de pensar sobre o que se pode ou deve ser feito com relação a essa condição social, ou reflete uma mudança na maneira de operação do capitalismo em nossos dias. Em ambos os casos, a descrição do capitalismo feita por Marx nos oferece, se correta, uma base sólida para pensar as relações gerais entre a modernização, a modernização e os movimentos estéticos que extraem energias dessas condições (1999, p.107)

Lembra a *Parada do velho novo* da autoria de Brechet (1941), poema, em que o poeta descreve essa relação entre os novos e velhos movimentos, onde sempre que algo “novo” surge tem a constante necessidade de frisar o anacronismo do antes existente, colocando-se como sendo a nova alternativa. Deixemos as palavras de Brecht que são bem mais elucidativas:

Eu estava sobre uma colina e vi o Velho se aproximando, mas ele vinha como se fosse o Novo. Ele se arrastava em novas muletas, que ninguém antes havia visto, e exalava novos odores de putrefação, que ninguém antes havia cheirado. A pedra passou rolando como a mais nova invenção, e os gritos dos gorilas batendo no peito deveriam ser novas composições. Em toda a parte viam-se túmulos abertos vazios, enquanto o Novo movia-se em direção à capital. E em torno estavam aqueles que instilavam horror e gritavam: Aí vem o Novo, tudo é novo, saúdem o Novo, sejam novos como nós! E quem escutava, ouvia apenas os gritos, mas quem olhava, via pessoas que não gritavam. Assim marchou o Velho, travestido de Novo, mas em cortejo triunfal levava consigo o Novo e o exibia como Velho. O Novo ia preso em ferros e coberto de trapos; estes permitiam ver o vigor de seus membros. E o cortejo movia-se na noite, mas o que viram como a luz da aurora era a luz de fogos no céu. E o

grito: Aí vem o Novo, tudo é novo, saúdem o Novo, sejam novos como nós! Seria ainda audível, não tivesse o trovão das armas sobrepujado tudo. (BRECHT, 2001, p.217).

Mas, como o processo histórico da luta de classes e a ideologia que nela se plasma é composto por contradições que expressam em avanços e recuos, um novo sopro intelectual e militante ressurge no final dos anos 90 e traz em seu bojo a retomada de práticas que se vinculam diretamente com a luta pela superação do capitalismo e o resgate de categorias heurísticas tais como o princípio da *totalidade*. Cisne (2014) lembra que, tratando-se de uma lógica contraditória, no próprio bojo dos movimentos vinculados às ONG's veem surgindo posturas críticas que pressionam em direção a avanços contra os (des)caminhos adotados pelas organizações feministas pós anos 70. A partir dos anos 2000 e, de acordo com Cisne, vem-se acirrando esta crítica à onguização dos movimentos feministas. No caso do Brasil, vários setores, tais como: a Marcha Mundial das Mulheres, Movimento de Mulheres Camponesas (2004), Coletivos de caráter feminista marxista, como o coletivo Ana Montenegro<sup>42</sup> entram em palco no cenário brasileiro e são responsáveis pela volta dos movimentos feministas às ruas e do resgate de pautas como as de combate ao patriarcalismo e ao capitalismo. O debate em torno do nó entre capitalismo e patriarcado retorna à cena política e

---

<sup>42</sup> Coletivo feminista classista de caráter nacional que surgiu no seio do PCB que se propõe a inserir a pauta da emancipação das mulheres à luta de classes. O nome foi escolhido em homenagem à militante comunista feminista Ana Montenegro que foi fundadora da União Democrática de Mulheres da Bahia (1945), onde militou até 1964, quando foi obrigada a se exilar. Para mais informações ver página: PCB.org.br.

passa a ser fio condutor de importantes ações empreendidas pelos movimentos assinalados. São, portanto movimentos que se opõem frontalmente à postura adotada pelos denominados novos feminismos<sup>43</sup>. O feminismo socialista volta à cena como aquele que não se limita a pautas imediatas, considera as reformas dentro do sistema capitalista necessárias, mas se propõe a superar seu limite principal – o próprio capital. Consegue desvendar a democracia burguesa e não se deixa iludir por suas “frases pomposas, de promessas grandiloquentes, de sonoras palavras de ordem (liberdade e igualdade), mas na realidade ela dissimula a escravidão e a desigualdade da mulher, a escravidão, a desigualdade dos trabalhadores e dos explorados” (LÊNIN, 1979, p.120-121). Na obra *A Condição da Mulher*, Juliet Mitchell frente a expansão dessa onda do feminismo radical afirmou que “devemos fazer perguntas feministas e nos esforçar para respondê-las com respostas marxistas. “(MITCHELL, 1977, p.109).

---

<sup>43</sup> Consideramos como um bom exemplo capaz de ilustrar estas iniciativas individuais aquilo que ficou definido como *o movimento dos indignados* que não raras vezes se colocam contra as bandeiras que propõem alternativas de ruptura radicais e coletivas com o sistema responsável por estas alienações. Segundo Mézáros “A recusa reformista em abordar as contradições do sistema existente, em nome de uma presumida legitimidade de lidar *apenas com as manifestações particulares* – ou, nas suas variações “pós-modernas”, a rejeição apriorística das chamadas *grandes narrativas* em nome de *petits récits* idealizados arbitrariamente – é na realidade apenas uma forma peculiar de rejeitar, sem uma análise adequada, a possibilidade de se ter qualquer sistema rival, e uma forma igualmente apriorística de *eternizar* o sistema do capitalista. O objeto real da argumentação reformista e, de forma especialmente mistificadora, o *sistema dominante como tal*, e não as *partes quer* do sistema rejeitado quer do defendido, não obstante o alegado zelo reformista explicitamente declarado pelos proponentes da “mudança gradual”. (2005, p.63).

Com esta descrição, procuramos demonstrar como a história e, principalmente a história da luta de classes, está recheada de momentos cruciais na luta pela emancipação das mulheres, pois foi na luta, que as contradições se desvelaram para as mulheres trabalhadoras. Foi nesse terreno de disputa que “começaram a entender que sua libertação só poderia ser fruto de sua própria luta organizada” (ALAMBERT, 1986, p.44).

Destacamos os fundamentos assinalados pelo feminismo marxista entre os quais o patriarcado, como fenômeno base das dominações que agem na constituição do ser social na relação capital-trabalho. A utilização deste referencial teórico torna-se condição essencial na captura do movimento das contradições sociais e na elaboração de um projeto que não se limite a reformas paliativas, mas que se proponha à elaboração de um horizonte estratégico de caráter proletário.

Nesse espírito, sentimos a necessidade de ir buscar explicações ao legado teórico que se debruça sobre as leis que atuam na órbita do capital para entender até que ponto o patriarcado é utilizado a favor da expansão da acumulação do lucro pela intensificação da exploração sobre a força de trabalho feminina e da decorrente divisão sexual do trabalho pós reestruturação produtiva.

## 2. OS FUNDAMENTOS DO CAPITAL-TRABALHO E O CONTEXTO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

*Mas ele desconhecia esse fato  
extraordinário: Que o operário faz a coisa  
E a coisa faz o operário.  
Vinicius de Moraes*

Como vimos na seção I, nos primórdios do capitalismo o desenvolvimento produtivo que emergia, a designada *acumulação primitiva de capital*<sup>44</sup>, contou com um complexo de fatores que, posteriormente culminariam no capital industrial. Resumindo a mundialização e consolidação deste sistema de produção e reprodução da vida só foi possível na medida em que a (a) forte expulsão do campo para a cidade e expansão imperialista permitiram o salto significativo no desenvolvimento da maquinaria e na formação de um exército de trabalhadores “livres” e “iguais”, e, portanto (b) obrigados a vender igualmente, independentemente do sexo, sua força de trabalho para o proprietários dos meios de produção (c) no intuito de realizar o fim

---

<sup>44</sup> Em *O Capital*, Marx faz a descrição de todo um conjunto de fatores que terão sido essenciais para impulsionar o capital. Entre os quais se destaca: a expulsão dos camponeses do campo, obrigando-os a procurar trabalho nas cidades. Por conseguinte, enormes contingentes populacionais foram obrigados a mendigar ou a servir na condição de escravos caso se “recusassem a trabalhar”. No séc. XVI Eduardo VI “estabelece que, se alguém se recusa a trabalhar, deverá ser condenado a se tornar da pessoa que o denuncie como vadio” (MARX, 1985, p.275).; a “lei de rebaixamento de salários” (MARX, 1985, p.276); a retirada das terras da Igreja para as mãos da burguesia nascente e o amplo movimento de colonização que permitiu a expansão do comércio, a obtenção de novas matérias primas e a crescente exploração do trabalho escravo.

central do capital-a mais valia. No início do processo de industrialização o capitalismo dependia veementemente da disponibilidade de grandes contingentes de trabalhadores. Então, a conversão forçada dos camponeses em trabalhadores assalariados levou a um crescente contingente de trabalhadores nas áreas urbanas o que possibilitou,

[...] formidável manancial de exploração da força de trabalho para capitais e capitalistas de porte variado, ao mesmo tempo em que grande parte dessa população anseia— compreensivelmente — pela integração ao mundo do trabalho regular (FONTES, 2010, p.54)<sup>45</sup>.

Na trilha apontada, emerge o processo de produção capitalista consuante se abandona, mas não totalmente, as características que correspondiam à acumulação originária de capital. Instituído-se uma nova forma de exploração dos trabalhadores pela implementação do que viria a ser a galinha dos ovos de ouro do capital- a mais-valia. Então, o sociometabolismo vigente tem por característica a capacidade de subsumir tudo aos seus desígnios. Trata-se, portanto de um movimento,

[...] dotado de lógica própria e de um conjunto objetivo de imperativos que subordinam a si — para melhor e para pior, conforme as alterações das circunstâncias históricas — todas as áreas de atividade humana, desde os processos econômicos

---

<sup>45</sup> Ainda de acordo com Fontes o salto para a grande indústria do séc. XIX, “[...] impôs a colonização brutal da Ásia; a intensa tecnologização da produção, já em plena fase monopolista caracterizada pelo fordismo, exigiu violentas lutas de partilha do mundo, com o recrudescimento da colonização, e foi atravessado por guerras mundiais. Finalmente, os chamados “anos gloriosos” do Welfare State em alguns países conviveram com a imposição de ditaduras ferozes nos mais distantes pontos do planeta: Oriente Médio, América Latina [...], na própria Europa — Grécia, Portugal e Espanha e na Ásia [...]” (FONTES, 2010, p.64).



mais básicos até os domínios intelectuais e culturais mediados e sofisticados. (MÉSZÁROS, 2004, p.16).

É sobre uma base material que se vão postular os pilares da sociedade burguesa, um sistema que avançou se expandindo pelos quatro cantos do globo, o fez de forma desigual e combinada alternando suas hegemonias em diferentes períodos históricos, até chegarmos ao que podemos definir como transnacionalização das empresas capitalistas responsáveis pela generalização das formas determinadas de produção e de reprodução do ser social à escala planetária. Por sua vez representou uma inédita página na história das relações sociais, das formas de organização social e coletiva das quais nasce também uma nova forma de trabalho.

Vamo-nos agora debruçar um pouco mais sobre estas imbricadas relações que coexistem e se consubstanciam de forma extensiva entre capital, trabalho e mercadoria como desdobramento das relações de produção e reprodução do capital. A concepção marxista tem a preocupação de demonstrar o trabalho de uma forma historicizada. O fundador do comunismo científico captura o momento conjuntural de determinada dinâmica histórica. Ou seja,

Desde o início, para fazer a crítica, Marx historiciza seu objeto de investigação compreendendo-o não como qualquer riqueza de qualquer sociedade, mas sim aquela em que domina o modo de produção capitalista, que, por esta razão, aparece como uma “imensa coleção de mercadorias”. Somente a partir desse pressuposto, dessa historicização, é que a “investigação começa com a análise da mercadoria”, por intermédio de seus dois fatores: valor de uso e valor. (TUMOLO, 2005, p.141).

No interior desse processo, destacamos o trabalho que emerge da propriedade privada burguesa não é mais, somente, engendrador de riquezas humanas necessárias à satisfação das necessidades do estômago e do espírito, mas de uma forma trabalho que acoplou a si a forma valor, como tempo de trabalho abstrato socialmente necessário para se produzir uma mercadoria. Ora, nessas circunstâncias, há que se resgatar o momento específico do processo social de produção e reprodução que corresponde ao modo capitalista.

Após uma análise do processo de trabalho simples<sup>46</sup>, Marx considera que esta explicação de trabalho concreto embora necessária, é

---

<sup>46</sup>Para Marx, o trabalho na sua forma social genérica, enquanto trabalho concreto é, “Um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza [...]. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes á sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para a sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, a sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se tratam aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. O estado em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho deixou para o fundo dos tempos primitivos o estado em que o trabalho humano não se desfez ainda de sua primeira forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes ás do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o

insuficiente para se apreender o processo de labor que subjaz ao capitalismo e conseqüente processo de produção de capital. Vejamos a seguinte citação no Cap. XVI do Livro I, onde Marx aponta as insuficiências explicativas da definição genérica do trabalho:

O processo de trabalho foi considerado primeiramente em abstracto, independentemente de suas formas históricas, como processo entre Homem e natureza. [...] então aparecem ambos, meio e objeto de trabalho, como meios de produção, e o trabalho mesmo como trabalho produtivo. E [...] essa determinação de trabalho produtivo, tal como resulta do processo simples de trabalho, não basta, de modo algum, para o processo de produção capitalista. (MARX, 1985, p.332).

De acordo com o descrito, o trabalho útil ou concreto não tem capacidade explicativa para descrever uma forma historicamente determinada de labor, incluindo aqui a forma de produção capitalista. N’*O Capital*, livro 1, Marx adota como ponto de partida explicativo do capitalismo a riqueza (valores de uso) para, posteriormente, vinculá-la, ao estudo da mercadoria e do dinheiro como capital (valor que se valoriza). O autor empreende um complexo caminho que vai da produção de valores de uso (riqueza) à produção de valores de troca e de

---

modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade [...]. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele o aproveita, como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais. Os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios.” (1983, p.149 - 150).

valor. Desta forma, estabelece um percurso que vai do trabalho concreto ao trabalho abstrato, trabalho que valoriza o valor, ou seja, trabalho produtivo de capital.

Assim, a mercadoria é composta por uma relação dialética de suprassumo entre estes três elementos, ou seja,

A mercadoria é valor de uso ou objeto de uso e “valor”. Ela apresenta-se como esse duplo, que ela é tão logo seu valor possui uma forma rápida de manifestação, diferente da sua forma natural, a do valor de troca, e ela jamais possui essa forma quando considerada isoladamente, porém sempre apenas na relação de valor ou de troca com uma segunda mercadoria de tipo diferente. (MARX, 1985, p.62-63).

Nesses termos, só é possível compreender a essência da mercadoria se for entendida em movimento e de uma forma sempre relacional, entre valor de uso e valor (MARX, 1987, p.62). Assim, o complexo processo de produção das mercadorias estabelece com o trabalho uma relação de correspondência,

O processo de produção quando unidade do processo de trabalho e do processo de produzir valor, é processo de produção de mercadorias; quando unidade do processo de trabalho e de processo de produzir mais valia, é processo capitalista de produção, forma capitalista da produção de mercadorias. (MARX, 1985, p.222).

Portanto, a compreensão da estrutura do trabalho que corresponde ao capital, precisa ter em conta que as mercadorias,

[...] apenas possuem objetividade de valor na medida em que elas sejam expressões da mesma unidade social de trabalho humano, pois sua objetividade de valor é puramente social e, então, é evidente que ela pode aparecer apenas numa relação social de mercadoria para mercadoria. Partimos, de fato, do valor de troca ou da relação de troca das mercadorias para chegar à pista de seu valor aí oculto. (MARX, 1985, p.53-54).

Na esteira do apresentado a mercadoria é a síntese de contradições entre valor de uso, valor de troca e valor<sup>47</sup> que se plasmam numa, também, contraditória relação decorrente das imbricadas relações entre trabalho produtor de valores de uso (trabalho concreto), trabalho abstrato e trabalho produtivo de capital, resultante da divisão social do trabalho – manual versus intelectual. Assim sendo, o trabalho com estas características não pode ser resumido, nem somente à sua positividade, nem por outro lado, somente, à sua negatividade. È antes, composto por uma unidade contraditória de subsunção do trabalho ao capital, o que significa que “na mesma medida em que o trabalho, na forma capitalista, afirma o ser social, produzindo sua emancipação, o nega ao produzir sua degradação” (TUMOLO, 2005, p.14).

---

<sup>47</sup> No contexto assinalado, a substância constituidora do valor é o trabalho abstrato, em síntese significa dizer que o valor não é expressão das características úteis/concretas do trabalho embutido em determinada mercadoria. Isto é: “o valor de uma mercadoria tem expressão autônoma por meio de sua representação como “valor de troca”. Quando no início deste capítulo [...] havíamos dito: A mercadoria é valor de uso e valor de troca, isso era, a rigor, falso. A mercadoria é valor de uso ou objeto de uso e valor.” (MARX, 1987, p.62).

Essa duplicidade de trabalho que cria valor leva Marx conferir centralidade à compreensão do trabalho abstrato. Neste sentido, define essa dualidade da seguinte forma:

Todo o trabalho é, de um lado, dispêndio da força de trabalho humano no sentido fisiológico e, como tal, como trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato, constitui o valor da mercadoria. Mas todo o trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho humana sob uma forma especial e voltada a uma finalidade e, como tal, como trabalho concreto e útil, produz valores de uso (1985, p. 51).

Ao mesmo tempo, em que o trabalho é a forma pela qual desenvolvemos os meios de subsistência<sup>48</sup> ele é simultaneamente, composto pelo trabalho abstrato que “deve ser entendido também como fenômeno social, relacionado a uma determinada forma social de produção” (RUBIN, 1987, p.151). Assim, as coisas, as mercadorias no capitalismo a indiferença substanciada pelo trabalho humano igualado, é o que as iguala. Nesse mesmo sentido, aprofunda Marx,

Da determinação da atividade produtiva e, portanto, do caráter útil do trabalho, resta apenas que ele é um dispêndio de força humana de trabalho. Alfaiataria e tecelagem, apesar de serem atividades

---

<sup>48</sup>*Meios de subsistência* são aqueles que permitem a satisfação de nossas necessidades imediatas vitais, já os *Meios de produção* – São os meios por intermédio dos quais conseguimos produzir os meios de subsistência, que servem para produzir nossa vida. Estes meios contam com duas fontes: a) Natureza; b) trabalho. Sendo assim, ao produzirmos as nossas necessidades produzimos e reproduzimos nossa existência. Os M.P e os M.S produzem os valores de uso – tudo aquilo que serve para satisfazer nossas necessidades imediatas ou mediatas.

produtivas qualitativamente diferentes, são ambas dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos, etc. humanos, e nesse sentido são ambas trabalho humano. São apenas duas formas diferentes de despendido força humana de trabalho. Contudo, para poder ser despendido dessa ou daquela forma, precisa a força humana de trabalho estar mais ou menos desenvolvida. Mas o valor da mercadoria representa simplesmente trabalho humano, dispêndio de trabalho humano, sobretudo. (MARX, 1985, p.51).

Considerando esses aspectos, ainda que a mercadoria assuma forma material, ela “não tem absolutamente nenhuma conexão com a natureza física da mercadoria e com as relações materiais que surgem a partir disso” (MARX, 1985, p.53). Desta maneira, o capital avançou e se estendeu para outros espaços da atividade econômica e na medida em que o trabalho passa a ser produtor de valor, não se distingue mais as especificidades objetivas e subjetivas de cada trabalho. Todos os trabalhadores passam a ser trabalhadores assalariados, inclusive os trabalhadores das artes, da saúde, do ensino, etc.

[...] o trabalho que se considera superior, mais complexo, é dispêndio de força de trabalho formada com custos mais altos, que requer mais tempo de trabalho para ser produzida, tendo, por isso, valor mais elevado que a força de trabalho simples [...] Qualquer que seja a diferença fundamental entre o trabalho do flandeiro e do ourives, a parte do trabalho deste artífice com a qual apenas cobre o valor da própria força de trabalho não se distingue qualitativamente da parte adicional com que produz mais valia. A mais valia se origina de um excedente quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho, tanto no processo de

produção de fios, quanto no processo de produção de artigos de ourivesaria. (MARX, 1987, p.222).

Ou seja, perpetua-se a propriedade privada dos meios de produção, as relações de exploração da força de trabalho, a subsunção da mais valia absoluta a mais valia relativa e, portanto a subsunção do trabalho ao capital.

Então, o trabalho abstrato “é não só trabalho socialmente igualado, como também trabalho socialmente igualado numa forma específica” (RUBIN, 1987, p.156). Daí, a uma determinada mercadoria corresponde sempre uma quantidade de trabalho abstrato socialmente necessário medido em tempo, ou seja, o valor. Configuramos assim, uma relação de equivalência, isto é “O trabalho que se apresenta no valor de troca é pressuposto como trabalho do indivíduo particularizado, e se torna social assumindo a forma de seu oposto direto: a forma de generalidade abstrata” (RUBIN, 1987, p.159).

Portanto, em relação ao caráter do trabalho apresentado prevalece a regra específica da sociedade capitalista, diferentemente de formas de produção anteriores, a exploração na sociedade hodierna tem como pressuposto a igualdade formal de vendedores livres da força de trabalho, logo o capital não dá relevância, à priori, para características ou identidades dos que explora. Vimos que, o capitalista, proprietário dos meios de produção, compra a mercadoria força de trabalho do trabalhador e o trabalhador ao consumir os meios de produção realiza, através de seu trabalho, a mercadoria, esta por sua vez, é propriedade do capitalista que a vende pelo seu valor. Assim, o mercado se apresenta como protagonista econômico e social, tudo o resto é obrigado a se



subsumir a esse lócus, cujas vontades comandam o mecanismo sociometabólico que se desenlaça.

Em relação à categoria trabalho propomos, ainda, pontuar de forma introdutória a tessitura que compõe e produz o valor - a própria força de trabalho. Pois de acordo com o exposto, a produção de mercadorias só é possível tendo por intermédio a exploração do trabalho vivo, que agregado ao trabalho morto (máquinas e instrumentos de trabalho) “constituem os meios de produção sob o controle do capitalista” (FONTES, 2010, p.41) produzem como “fermento vivo” (TUMOLO, 2005), para a acumulação privada de capital.

O grande desafio está em compreender como o possuidor do dinheiro vai comprar a mercadoria pelo seu valor e conseguir um valor a mais. Neste ponto torna-se necessário fazer uma análise do papel da força de trabalho e suas configurações na relação com o desenvolvimento da maquinaria, afinal a força de trabalho é a única mercadoria que tem a particularidade de ser capaz de produzir um mais valor além de seu custo de produção e reprodução. Nesse sentido, a partir do momento em que o desenvolvimento das forças produtivas avançou ao ponto de que a força física deixou de ter importância crucial na produção, os capitalistas desenvencilharam-se de questões morais e recorreram de forma significativa, tanto à força de trabalho de mulheres, quanto de crianças.

Assim,

À medida que a maquinaria torna a força muscular dispensável, ela se torna o meio de utilizar trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Por isso, o trabalho de mulheres e de crianças foi a primeira palavra-de-ordem da aplicação capitalista da

maquinaria! Com isso, esse poderoso meio de subsistir trabalho e trabalhadores transformou-se rapidamente num meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família dos trabalhadores, sem distinção de sexo nem idade, sob o comando imediato do capital. O trabalho forçado para o capitalista usurpou não apenas o lugar do folgado infantil, mas também o trabalho livre no círculo doméstico[...] (MARX, 1985, p.23).

Dessa maneira, estendeu-se a forma capitalista de extração do valor para setores outrora marginalizados da esfera da produção. Com isso, a força de trabalho feminina passou a representar uma fatia significativa dos trabalhadores produtores de valor.

Os imperativos que marcam o percurso que vai da compra e venda da mercadoria força de trabalho têm como principal elo mediador desta conexão, o valor da força de trabalho que,

[...] como o de toda a mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção, portanto também reprodução, desse artigo específico. Enquanto valor, a própria força de trabalho representa apenas determinado quantum de trabalho social médio nela objetivado. A força de trabalho só existe como disposição do indivíduo vivo. Sua produção pressupõe, portanto, a existência dele. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua própria reprodução ou manutenção. Para sua manutenção, o indivíduo vivo precisa de certa soma de meios de subsistência. O tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho corresponde, portanto, ao tempo de trabalho necessário a esses meios de subsistência ou o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção do seu possuidor. [...]Por meio da ativação, o trabalho, é gasto, porém, determinado quantum de

músculo, nervo, cérebro etc. humanos que precisa ser repostos (MARX, 1985, p.141).

Nestes termos, o valor da força de trabalho sofre transformações tanto pela pressão exercida sobre a força de trabalho, quanto pelo desenvolvimento das forças produtivas, ambos os fatores permitem aumentar a produtividade, intensificando a exploração sobre o trabalhador, sem que para isso seja necessário aumentar a jornada de trabalho. O que implica numa constante revolução nas,

[...] condições de produção de seu trabalho, o modo de produção e conseqüentemente o próprio processo de trabalho. Entendemos aqui por elevação da produtividade do trabalho em geral uma modificação no processo de trabalho por meio da qual se encurta o tempo de trabalho socialmente necessário para produção de uma mercadoria, conseguindo-se produzir com a mesma quantidade de trabalho quantidade maior de valor de uso (MARX, 1987, p.362).

O capital, ao se empenhar na diminuição do valor de todas as mercadorias diminui, também, o valor da mercadoria força de trabalho, o que tendencialmente joga o preço da força de trabalho para baixo. Até porque o valor das mercadorias responsáveis pela manutenção da vida do trabalhador tende a diminuir com o desenvolvimento maior das forças produtivas. Logo, o trabalhador ao colocar sua força de trabalho em movimento vai receber o valor de seu trabalho<sup>49</sup>, além disso, e uma

---

<sup>49</sup> Ou seja, a quantidade de trabalho abstrato vai corresponder á quantidade de valor necessária para que o trabalhador possa produzir e reproduzir sua força de trabalho. O preço da força de trabalho pode variar no eixo do valor da mesma,

vez que o valor de uso da força de trabalho pertence ao capitalista, também, a ele vai, necessariamente, pertencer a mais valia, ou seja, o trabalho excedente. Desta forma, “[...] a produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia” (MARX, 1984, p.105). A compreensão desta substância abstrata do trabalho é central para entender a substância do trabalho submetido à ordem do capital, em que,

Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. Se for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, então um mestre-escola é um trabalhador produtivo se ele não apenas trabalha as cabeças das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário. O fato de este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de uma fábrica de salsichas, não altera nada na relação. O conceito de trabalho produtivo, portanto, não encerra de modo algum apenas uma relação entre a atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, formada historicamente, a qual marca o trabalhador como meio direto de valorização do capital. Ser trabalhador produtivo não é, portanto, sorte, mas azar. (MARX, 1984, p. 105-106)

Mas, é necessário acrescentar, a concorrência intercapitalista obriga que os proprietários dos meios de produção diminuam constantemente o valor das mercadorias, o que só é possível se alterarem os dois elementos que compõem o processo de trabalho:

---

mas o valor tende a corresponder ao tempo de trabalho necessário para que o trabalhador se mantenha vivo e possa continuar a vender sua força de trabalho.

Meios de Produção e Força de Trabalho. Neste caso, é necessária uma alteração em ambos. Por seu lado, o desenvolvimento das forças produtivas está determinado por questões diversas, das quais destacamos: a) Determinadas inovações tecnológicas, isto é, o desenvolvimento da ciência; b) Novas formas de gestão do processo de trabalho e a alteração na qualidade da composição dos processos de trabalho (Meios de Produção e Força de trabalho), c) Qualificação da força de trabalho, ou seja, quantidade de trabalho embutida na formação de cada força de trabalho específica.

Assim, cada capitalista singular, pressionado pela concorrência intercapitalista precisa, para extrair cada vez mais valia, ampliar a qualidade dos fatores de desenvolvimento das forças produtivas para resultar num aumento de produtividade pela maior produção de valores de uso, com uma quantidade menor de valor, que por sua vez acarreta uma diminuição do valor individual das mercadorias, o que só é possível mediante um “despotismo da divisão manufatureira do trabalho” (MARX, 1983, p.280).

Falamos aqui, do processo de valorização, de uma relação de produção capitalista cuja finalidade fundamental é a extração de mais valia. Também neste ponto, o capital vai entrar numa importante contradição, uma vez que só é possível aumentar a produtividade diminuindo a quantidade de força de trabalho, ou seja, diminuindo a única fonte produtora de valor, pela degradação da condição humana,

[...] uma dupla forma de destruição da força de trabalho. De um lado, a força de trabalho supérflua, que foi produzida pelos trabalhadores como valor de troca, mas que, não sendo valor de

uso para o capital, é totalmente aniquilada” (TUMOLO, 2005, p.253).

Do mesmo modo, o aumento da produtividade altera a relação da quantidade de mercadoria produzida e no quantum de trabalho necessário para produzi-la,

Muitos fatores que intensificam o trabalho implicam aumento do capital constante em relação ao variável, por conseguinte queda da taxa de lucro [...] nisto consiste todo o mistério da tendência à baixa, da taxa de lucro – que os meios de produzir mais-valia, ou empregar a menor quantidade possível de trabalho em relação ao capital adiantado. Assim, as mesmas causas que permitem elevar-se o grau de exploração do trabalho, impedem que se explore o mesmo capital global a mesma quantidade anterior de trabalho. Há aí tendências opostas que simultaneamente atuam no sentido de elevar a taxa de mais-valia e de baixar a massa de mais valia e por conseguinte a taxa de lucro [...] (MARX, 1983, p.267).

Em linhas gerais, é possível afirmar que a produção de mais valia tem por condição insolúvel o constante desenvolvimento das forças produtivas que inauguram uma era de subordinação “formal do trabalho ao capital. No lugar da formal surge a subordinação real do trabalho ao capital” (MARX, 1984, p.106). Marx completa assim incursão que vai do “trabalho concreto como produtor de valores de uso, o trabalho abstrato como substância de valor e finalmente trabalho produtivo de capital” (TUMOLO, 2005, p.250).

Assim, passamos a ter uma relação de produção em que o objetivo precípua do consumo do valor de uso da força de trabalho é unicamente a produção das mercadorias e da conseguinte mais valia,

especificamente da mais valia que se sobrepõe na sociedade capitalista – a mais valia relativa. Na perspectiva do capital o movimento passa a ser infinito. Ou seja, D-M-D”-M-D””-M-D”””... Esta “sede vampiresca do capital” é uma sede incessante e insaciável que se realiza através do “sangue vivificante do trabalho” (MARX, 1985, p.290-291).

Ao converter dinheiro em mercadorias que servem de elementos materiais de novo produto ou de fatores do processo de trabalho e ao incorporar força de trabalho viva a materialidade morta desses elementos, transforma valor, trabalho pretérito, materializado, morto, em capital, em valor que se amplia, um monstro animado que começa a “trabalhar”, como se tivesse o diabo no corpo. (MARX, 1985, p.220).

Portanto, essa necessidade da busca incessante de valorização do valor “onde o sujeito trabalhador não importa para o capitalismo, importa-lhe somente, sua capacidade de explorar.” (MARX, 1985, p.344). Não é responsável, “apenas” pela degradação objetiva e subjetiva do trabalhador ao “qual rouba suas condições normais, morais e físicas de atividade e de desenvolvimento”. (MARX, 1985, p.301) ela, também representa um dilema para o próprio capitalismo e lança luz sobre as brechas do próprio sistema. A subsunção real do trabalho vivo fornecido pela força de trabalho com seu concomitante e contínuo desenvolvimento das forças produtivas sinaliza uma mudança importante, que reverbera profundamente na esfera cultural a nível universal.

Então,

O antigo possuidor de dinheiro marcha adiante como capitalista, segue-o o possuidor de força de trabalho como seu trabalhador [...] como alguém

que levou a sua própria pele para o mercado e agora não tem mais nada a esperar, exceto o - curtume.” (MARX, 1987, p.145).

Ora, nestas circunstâncias,

Vemos aqui duas propriedades da economia mercantil: personificação das coisas, e materialização das relações de produção (relação entre coisas) a materialização das determinações sociais de produção e a personificação de seus fundamentos materiais. (MARX, 1985, p.35).

Desse modo social de produção marcado pela divisão social do trabalho afloram formas determinadas de relações, em que “não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre as coisas.” (MARX, 1985, p.71). Nesta subsunção real do labor ao capital são, portanto, os instrumentos de produção, que passam a usar o trabalhador,

[...] Não é mais o trabalhador que emprega os meios de produção, mas os meios de produção, que empregam o trabalhador. Em vez de serem consumidos por ele como elementos materiais de sua atividade produtiva, consomem-no como fermento de seu próprio processo vital. E o processo vital do capital consiste apenas em mover-se como valor que se expande continuamente. (MARX, 1985, p.355).

Assim,

Todos os meios de desenvolvimento da produção se transformam em meios de domínio sobre os produtores e de exploração deles; eles mutilam o trabalhador, tornando-o um fragmento de homem,



degradam-se ao nível de um apêndice da máquina (...) sujeitando-o durante o processo de trabalho, a um despotismo tanto mais odioso quanto mais humilhante; eles transformam seu tempo de vida em tempo de trabalho, esmagando sua esposa e filhos sob as engrenagens do capital (MARX, 1987, p.337).

O trabalhador torna-se, enquanto trabalhador produtivo de capital, um apêndice dos instrumentos de trabalho e é obrigado a se subordinar aos movimentos deles com um único objetivo - o lucro do patrão. A produção de valor torna-se onipotente perante o restante das relações sociais.

É nesta relação que vamos encontrar os alicerces sob os quais se assentam as estruturas ideológicas centrais da forma social capital, que traz em seu bojo uma também divisão do ser trabalhador que se realiza, somente pela emancipação política que “[...] é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente, e, por outro, a *cidadão*, pessoa moral”. (MARX, 2010, p.54). Então, e em razão da lógica contraditória imanente ao capital em que as condições criadas para possibilitarem a emancipação humana são as mesmas, pelo menos, enquanto existir a propriedade privada, que reificam e anulam essa mesma possibilidade de emancipação, assim,

É um fato indubitável que a maquinaria não é, em si, responsável pela “liberação” dos operários dos meios de subsistência. Ela barateia o produto e aumenta sua quantidade no ramo de que se apodera e deixa inalteradas as massas de meios de subsistência produzidos em outros ramos industriais. Tanto depois quanto antes de sua introdução, a sociedade possui, por conseguinte,

tantos ou mais meios de subsistência para os trabalhadores deslocados, isso mesmo sem considerar a enorme massa do produto anual que é desperdiçada por não trabalhadores. E essa é a grande conclusão da apologética econômica! As contradições e os antagonismos inseparáveis da utilização capitalista da maquinaria não existem porque decorrem da própria maquinaria, mas de sua utilização capitalista! Já que, portanto, considerada em si, a maquinaria encurta o tempo de trabalho, enquanto utilizada como capital aumenta a jornada de trabalho; em si, facilita o trabalho, utilizada como capital aumenta sua intensidade; em si, é uma vitória do homem sobre a força da natureza, utilizada como capital submete o homem por meio da força da natureza; em si, aumenta a riqueza do produtor, utilizada como capital o pauperiza, etc. (MARX, 1985, p.57).

A enorme expansão capitalista, movida pela lógica da acumulação do lucro, tem provocado uma autêntica barbarização das relações humanas em virtude da fetichização da mercadoria e das relações de produção a ela subjacentes. O dinheiro põe um véu sobre as relações sociais ele mascara o que se esconde por trás das coisas, o próprio operário desconhece “esse fato extraordinário: que o operário faz a coisa e a coisa faz o operário”<sup>50</sup>(MORAES, 1959,p.185).

Em decorrência dessa contradição visceral à ordem capital, as gigantes desigualdades na distribuição da riqueza em consequência da concentração crescente da propriedade privada dos meios de produção não permitem que estas satisfações do reino das necessidades ao reino das liberdades (MANACORDA, 1987) sejam satisfeitas por grande

---

<sup>50</sup> Em alusão à magnífica poesia *Operário em Construção* de Vinícius de Moraes.

parte da população trabalhadora. Logo, ao se expandir, o capital universalizou a “produção destrutiva” tão bem descrita por Mészáros na obra *Para além do Capital*<sup>51</sup>.

## 2.1 AS INTERCONEXÕES ENTRE A CRISE DO CAPITAL E A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

*O ponto mais alto que qualquer coisa  
consegue atingir é quando começa a  
perecer*  
Hegel

Antes de abordarmos, especificamente, o tema sobre a inserção da força de trabalho feminina no período de reestruturação produtiva vamos apresentar o quadro social em que emerge essa reestruturação, que veio em resposta às crises que resultam em metamorfoses necessárias no padrão de acumulação estruturado a partir dos anos 70 do séc. XX. Anos, aliás, que assinalaram as significativas mudanças consequentes da 2ª Guerra Mundial e sinalizaram o início das transformações impostas pelo modo de produção.

---

<sup>51</sup> Vejamos alguns dados que ilustram essa “produção destrutiva”, “Segundo as Nações Unidas, no seu relatório sobre o desenvolvimento humano, os 15 mais ricos do mundo auferem tanta renda quanto os 57% mais pobres. A proporção, no que se refere aos rendimentos, entre os 20% mais pobres e os 20% no mundo aumentou de 30 para 1 em 1960, para 60 para 1 em 1990 e para 74 para 1 em 1999, estima-se que atinja os 100 para 1 em 2015. Em 1999-2000, 8 bilhões de pessoas viviam com menos de dois dólares por dia, 840 milhões estavam subnutridos [...]. (MÉSZÁROS, 2005, p.73).

Segundo Mandel nos marcos dos anos de 1974-75, “explode a primeira recessão generalizada da economia capitalista internacional desde a Segunda guerra mundial” (MANDEL, 1990, p.9). Uma das características centrais desse processo de acumulação refere-se à globalização das formas de extração de mais valia absoluta e relativa. Pois, a dinâmica imanente à forma capitalista expressa pelas crises cíclicas e a concorrência intercapitalista obriga a uma guerra pela sobrevivência entre os próprios capitalistas, em que cada capitalista individual vê-se obrigado a diminuir os valores de suas mercadorias de forma a quebrar seus concorrentes. Cenário que esteve na origem do salto dos monopólios para os oligopólios e à transnacionalização das empresas capitalistas. Esse fenômeno, que teve na segunda guerra mundial sua alavanca principal, promoveu a potencialização crescente das forças produtivas e sua internacionalização. Com isso, universalizaram-se as leis do capital. Contudo, não podemos esquecer que do fluxo de desenvolvimento do capitalismo fazem parte singularidades que se diferenciam na constituição de expressões do capitalismo de formas diferenciadas em diferentes pontos do planeta.

Na mesma direção, Edmundo Dias define a reestruturação produtiva como a “tentativa – necessária – do capitalismo de impor medidas de contratendência ao desenvolvimento do seu antagonismo básico com as classes trabalhadoras” (1996, p.1). A raiz deste movimento cíclico está, portanto, na condição inelutável do capital na busca incessante pela constante valorização, pois o capital só pode existir se mantiver sua constante expansão e valorização, o que “o leva a chocar-se numa frente geral, periodicamente, com as barreiras que a

própria valorização cria para o desenvolvimento das forças produtivas”. (GORENDER, 1985, p. LIX).

Anteriormente, demonstramos como Marx relaciona constantemente a mais valia absoluta com a mais valia relativa. Então, o fator base do desenvolvimento das forças produtivas de trabalho abre condições para produção e desenvolvimento da mais valia relativa. Como a competição intercapitalista se dá pelo valor, o desenvolvimento das forças produtivas ganha principal destaque no cenário do sistema vigente<sup>52</sup>.

No livro, *O Capital*, Marx reitera que o capital não pode ter limites para sua expansão, antes ele se movimenta de forma incessante em contínua expansão, não podendo, por isso, abdicar de espraiamento na relação da mais valia relativa, esta última compõe uma necessidade visceral que o próprio sistema tem em aumentar a produtividade.

Como vimos, o valor das mercadorias (inclui-se a mercadoria força de trabalho) é tanto menor quanto maior o desenvolvimento das forças produtivas. Nesta lógica insaciável, essa competição inerente à forma capital leva à queima de capitais privados cujas consequências se refletem na destruição da força de trabalho.

Então, segundo Marx (1985) geralmente no capitalismo ocorre uma diminuição de trabalho, assessorada por um desenvolvimento tecnológico mais avançado, o que permite aumentar a produtividade e a produção em larga escala com menos quantidade de valor em decorrência do maior desenvolvimento das forças produtivas. Este impulso vital do capital que constitui a magnitude da mais valia, cujo

---

<sup>52</sup> Voltaremos a esta questão na seção III quando forem discutidas as mudanças nos processos de trabalho.

trabalho morto “que como um vampiro se reanima sugando o trabalho vivo e quanto mais o suga mais forte se torna.” (MARX, 1985, p.263), sobretudo pela quantidade de trabalho excedente, ou seja, “do tempo em que o trabalhador reproduz o valor de sua força de trabalho e do tempo em que produz a mais valia”. (MARX, 1985, p.259).

Assim, os mesmos fatores que estão na base da queda da taxa de lucro são, também os mesmos elementos que provocam a alta dessa mesma taxa. A lei da queda tendencial da taxa de lucro,

[...] como escreveu Marx, é uma faca de dois gumes. Manifesta o impulso do capital à expansão sem consideração de outros limites que não o da própria valorização, com isto obrigando-o a desenvolver as forças produtivas [...] em *O Capital*, a lei da queda tendencial da taxa de lucro atua como contradição do desenvolvimento do capitalismo e não como mecanismo automático de sua derrocada (GORENDER, 1985, p.LXVII).

Evidencia-se o fator crucial nos impactos do desenvolvimento das forças produtivas em que, “a produtividade da maquinaria é inversamente proporcional à grandeza da parcela de valor por ela transferida para o produto” (MARX, 1984, p.29). A própria lógica de funcionamento do sistema tem demonstrado que a tendência histórica para a elevação da composição orgânica, ou seja, no constante investimento do capital constante. Ao mesmo tempo que isto significa o aumento exponencial da produtividade, porém, também representa a diminuição do trabalho vivo em relação ao trabalho morto.

Estabelece-se uma relação em que se elimina trabalho abstrato, restringindo a fonte produtiva de capital, por conseguinte há um decréscimo da taxa de mais valia em relação ao montante de capital,

uma vez que a valorização do valor ocorre em taxas cada vez menores. Por isso, e de acordo com Marx, o pico de crescimento econômico é também o momento em que se aciona a tendência à queda da taxa de lucro. E é justamente no período em que o capital apresenta seus mais altos índices de produtividade, consumo por parte dos trabalhadores em razão de ganhos salariais, em que o emprego está em alta é, também o momento que explode a crise. Logo, a crise “não se segue a uma queda do consumo, porém, muito ao contrário, à sua elevação mais acentuada nas condições específicas do capitalismo” (GORENDER, 1985, p. LX). Realiza-se um esforço para que se complete a reestruturação do mercado mundial e assim manter ou refazer as condições para a expansão das relações capitalistas, onde a “irracionalidade da racionalidade capitalista se revela” (MARTINS, 1999, p.101). Pois, “há em geral, o crescimento e não a redução dos investimentos às vésperas do *crash*, como há, além disso, aumento e não redução dos salários na mesma fase de atividade febril que procede ao desencadeamento da crise” (MANDEL, 1999, p.211). Resumindo, como frisou Marx, aumentando a composição orgânica do capital o capital variável cresce, o que produz um efeito catastrófico na valorização do valor. Resulta num montante de capital que não consegue se reproduzir como tal. Ora, a busca incessante pela mais valia relativa resulta num paroxismo insolúvel para o capital, o qual vai estar nas origens da explosão da crise. O capital é obrigado a rebaixar constantemente o valor, diminuindo, por isso, a única fonte de produção de mais valia- o trabalho vivo. Por isso, que, nas sociedades capitalistas as crises periódicas e cíclicas (MARTINS, 1999) são iminentes à lógica do capital.

Dessa forma, explode numa crise de superprodução de capital que não consegue ativar sua expansão. De acordo com Mandel a crise de 1974/75 foi uma “crise clássica de superprodução” (MANDEL, 1990, p.25). A esse respeito, a expansão do capital exige a expansão das condições reais para novos escoamentos da produção e “redistribuição dos antigos mercados” (MANDEL, 1999, p.197).

Nesse ínterim,

A superacumulação do capital traz consigo o agravamento da desproporcionalidade entre os dois departamentos da produção social e a superprodução de mercadorias postas à venda, acabando por provocar insuficiências catastróficas de demanda e crise aguda de realização. [...] tal insuficiência da demanda não constitui, portanto, causa, mas consequência da superprodução, entendida como [...] superprodução de capital (GORENDER, 1985, p.LXI).

Como um sistema que se universalizou é também uma forma que historicamente se metamorfoseia, principalmente no que concerne às suas manifestações aparentes, as formas de produção vigentes pré-crise precisaram ser reestruturadas. Vejamos como descreve Mandel:

Tal fato levou a uma acumulação ampliada de capitais, utilizada para tornar possível pôr em marcha em grande escala a terceira revolução tecnológica (semi-automação, energia nuclear). Aumentando consideravelmente a produção de mais-valia relativa [...] essa revolução permitiu o prolongamento da expansão em condições “ideais” para o capital. (MANDEL, 1999, p.27)

Ainda, de acordo com o mesmo autor,



Os esforços de reestruturação tendem a elevar a taxa de lucros através das seguintes medidas: eliminação, absorção ou redução da atividade das empresas menos rentáveis; substituição das técnicas menos produtivas por técnicas de produção mais avançadas; (...) crescimento da velocidade de circulação do capital; intensificação dos processos de trabalho e, em geral, esforços concentrados para aumentar duravelmente a taxa de mais-valia (1997, p.27).

Ora, se a crise ocorre exatamente no momento de superprodução torna-se necessário colocar um travão no crescimento econômico para garantir a vida do capital, sem as crises o capitalismo colapsaria. O capital alcança o auge e, portanto, o início de sua queda. Então, o elemento que é responsável pela vida do capital produz, também, sua morte na medida em que diminui o valor (TUMOLO, 2015). Por desfecho e como forma de se manter vivo, o capital é,

[...] ciclicamente, obrigado a matar parte de si próprio e destruir parte da vida humana, de tal maneira que essa dupla morte é a condição de continuidade de sua vida. Trata-se, no fundo, da *contradição imanente e inextermínável, no capitalismo, entre valorização do valor – o capital – e o valor de uso – a riqueza –, entre o trabalho produtivo de capital e trabalho concreto, entre capital e a satisfação das necessidades humanas, entre o capital hominizado e o ser social reificado; em suma, entre o capital e a humanidade.*(TUMOLO, 2000, p.14).

A totalidade do capital busca na recessão e depressão momentos de retomada de crescimento, ao mesmo tempo cria as

condições para que o capitalismo entre novamente em crise. A relação fundamental em que “cada ciclo se renova através de fases sucessivas de depressão, reanimação e auge, que desemboca na crise seguinte, a partir da qual se origina novo ciclo”. (GORENDER, 1985, p. LIX). De acordo com Harvey em *Condição Pós-Moderna*, a atual reorganização mundial dos processos de trabalho é consequência do movimento do capital em que para que o capital logre manter sua vitalidade precisa destruir vida humana pela implosão do capital variável e do capital constante, quebrando, inclusive, alguns capitalistas e pela absorção de algumas empresas por outras. Então, “a influência civilizadora encontra seu fim devastador no momento em que a implacável lógica interna da auto-reprodução ampliada do capital encontra seu obstáculo nas necessidades humanas”. (MÉSZÁROS, 2010, p.79).

No bojo destas contradições as crises cíclicas como “função precípua de recuperação passageira do equilíbrio do sistema capitalista” (GORENDER, 1985, p. LXI) são essenciais para que o capital logre alcançar os momentâneos pontos de equilíbrio, ou seja, precisa oxigenar todos os processos produtivos, modificar as leis trabalhistas e a configuração das organizações dos trabalhadores. O faz pela devastação das forças produtivas acumuladas. Assim,

[...] Destruição de capital constante significa aumento da capacidade ociosa das empresas, diminuição generalizada do valor e até eliminação de empresas e mercadorias, falência de algumas empresas e absorção destas por outras, etc.; e destruição de capital variável implica rebaixamento de salários, aumento da taxa de desemprego e do ‘exército industrial de reserva’, fome, miséria etc., o que propicia uma intensificação da exploração da força de trabalho – que é o principal segredo da retomada do crescimento e da continuidade da acumulação

capitalista – aguçando, assim, a luta antagônica entre as classes sociais fundamentais. [...] (TUMOLO, 2002, p. 94-95).

Essa destruição se revela tanto pela retirada de direitos como pela ascensão de um extenso Exército Industrial de Reserva (EIR), cujas vicissitudes estão numa quantidade maior de contingentes populacionais disponíveis que obrigam à imensa mobilidade de trabalhadores por todo o planeta. Por muitas vezes essas vagas de desemprego resultam em grandes expressões xenofóbicas entre os próprios trabalhadores. Aliás, este aumento do EIR tem servido de mecanismo coadjuvante para a realização histórica do capital. Contribui no sentido em que promove um acirramento da competição entre os trabalhadores, principalmente em períodos que o capitalismo precisa avançar sobre os direitos conquistados, a duras penas, pelas organizações de luta trabalhistas.

Entretanto, a partir da década de 1970 em virtude da crise do fordismo-taylorismo nascia uma nova forma de organizar a produção no escopo de dar resposta à crise vivenciada, que “se empenha, estrategicamente, numa complicada série de reajustes e reconversões que, deflagrando novas tensões e colisões, constrói a contextualidade em que surgem (e/ou se desenvolvem) autênticas transformações societárias.” (NETTO, 1996, p.90). Tais imbricações entre os abalos provocados pelas crises e as concomitantes transformações nos processos de produção e nova configuração da força de trabalho não são causais, elas imprimem todo um conjunto de mediações que se propõem a conservar a lógica do capital. Ainda, de acordo com Martins esse *modus operandi* permite a reprodução do funcionamento da economia capitalista, impondo “ao movimento da economia seu caráter cíclico,

isto é, momentos de crescimento da acumulação, auge, crise, recessão, e assim por diante”. (<http://www.criticadaeconomia.com.br/resumo/232>).

Resumindo, entre as saídas para a crise destacamos o já designado período de reestruturação produtiva, a intensificação da exploração sobre os trabalhadores e concomitante aprofundamento de fragmentação, niilização do sujeito trabalhador em razão das necessidades expansivas do capital. Com essa crise o capitalismo procurou se eximir das concessões sociais que fizera em alternativa ao avanço socialista durante o período que ficou conhecido por Welfare State<sup>53</sup>. Com o enfraquecimento do bloco soviético e o simultâneo recuo dos partidos comunistas, ficou mais fácil para o Capital avançar com o desmonte dos direitos sociais conquistados. O Estado passou a se eximir das responsabilidades sociais, ao mesmo tempo, em que, fortaleceu seu apoio vital para salvar o capital. Os capitalistas em comunhão com o Estado<sup>54</sup> convocaram a um esforço hercúleo por parte da Nação, leia-se

---

<sup>53</sup>Para Edmundo Dias o Welfare State como proposta de desmonte do avanço das lutas socialistas que fervilhavam na Europa cumpriu, também, um importante papel de neutralização das pressões populares (1996). Essa resposta do capital que “acabou por fortalecer as lutas corporativas em detrimento da socialização da política, criando assim um pacto despolitizante. Com isso incorporou à sua lógica, objetiva e subjetivamente, o conjunto das classes subalternas.” (DIAS, 1996, p.32).

<sup>54</sup> A nível global, o Estado zela pela recomposição da taxa geral de lucro, numa pressão constante por diminuir os investimentos no capital variável e aumentar a taxa de mais valia. Quando a crise fica visível o Estado entra comprando/salvando as empresas à custa do endividamento público. Transferindo quantidades muito generosas de recursos para cofres privados. Além disso, o Estado exerce, ainda, um importante papel na administração dos conflitos entre Capital e trabalho que em períodos de crise tendem a se acirrar. Falamos da ação do Estado em sua função precípua de garantir os instrumentos para que o capital logre sair da crise na retomada de sua expansão através da

dos trabalhadores, para desafogar os proprietários privados dos meios de produção daquilo que é sua responsabilidade, o ônus da crise. Desta forma, o processo de acumulação capitalista impôs ao Estado um papel de protagonista na mediação entre capital e trabalho. Conforme Netto, esse papel de protagonismo que o Estado assume na mediação do confronto entre capital-trabalho começa, portanto,

A corroer a retirada das coberturas sociais públicas e tem-se o corte nos direitos sociais (...) que encarna a estratégia capitalista de “redução do Estado”, num processo de “ajuste” que visa a diminuir o ônus do capital no esquema geral de reprodução da força de trabalho. (NETTO, 1996, p.99).

---

compressão dos salários, do retrocesso de direitos, diminuição significativa dos chamados programas sociais e privatização dos espaços de amparo à manutenção das condições de vida e sobrevivência dos trabalhadores, tais como: a saúde, educação, previdências, etc. Como o autor citado descreve no parágrafo seguinte do texto, esse Estado mínimo significa, no entanto, Estado máximo para o capital. De acordo com Iasi, “O Estado burguês é o principal protagonista das medidas necessárias, seja para colocar em práticas as contra tendências à queda da taxa de lucro, seja para gerir a crise cíclica e periódica inevitável. Esse Estado que corresponde à lógica de produção vigente passa a exercer um papel crucial no avanço da intensificação da exploração dos trabalhadores quer seja: Na retirada de direitos, tais como o arrocho salarial; No aumento da superpopulação relativa (expropriar muito mais do que será utilizado pelo capital em sua esfera produtiva); Na redução dos custos do capital constante (subsídios, novas matérias primas, infraestrutura, etc.); Ampliação de mercados, seja para escoar a superprodução de mercadorias, encontrar novas fontes de matérias primas ou máquinas, etc., seja na fase atual do capitalismo, exportar capitais; Autonomização da esfera bancária, buscando compensar com juros pagos por títulos da dívida pública ou outras formas, a queda na taxa de lucro” (IASI, <http://blogdaboitempo.com.br/2015/08/12/>).

Tais medidas, que evidenciam a essencialidade do Estado no funcionamento da economia capitalista, desmontando assim a premissa liberal, não evitam a crise, nem “impedem a queda tendencial da taxa de lucro, mas impõe ao movimento da economia seu caráter cíclico” (IASI, <http://blogdaboitempo.com.br/2015/08/12/>).

Desse quadro de crise internacional, resultam os questionamentos ao modelo taylorista-fordista-keynesiano sob a hegemonia dos interesses das classes dominantes a nível global. Neste cenário, “a crise do fordismo pode ser interpretada até certo ponto como o esgotamento das opções para lidar com o problema da superacumulação” (HARVEY, 1999, p.173). Ao fazer um resgate histórico sobre o período taylorismo/fordismo, Harvey lista as seguintes características:

O núcleo essencial do regime fordista manteve-se firme ao menos até 1973, e, no processo, até conseguiu manter a expansão do período pós-guerra – que estendia os “benefícios” da produção e do consumo de massa de modo significativo – intacta. Os padrões matérias de vida para a massa da população nos países capitalistas avançados se elevaram e um ambiente relativamente estável para os lucros prevalecia. Só quando a aguda recessão de 1973 abalou esse quadro, um processo de transição rápido, mas ainda não bem entendido, do regime de acumulação teve início (HARVEY, 1999, p.134).

De acordo com Tumolo, na obra *Da Contestação à conformação*, anteriormente à crise dos anos 70, já prevalecia, a subsunção do trabalho ao capital que encontrou no taylorismo/fordismo uma de suas importantes expressões. A forma fordismo/taylorismo

esteve na origem da implementação de mecanismos que permitissem controlar todo o sujeito trabalhador, contando com o aval do Estado para enraizamento de seu jaez. O período taylorista/fordista introduziu, de forma estudada, o controle da vida dos trabalhadores para além do espaço específico do trabalho. O controle sobre o operário estendeu-se a todas as esferas de sua vida social, produtiva e reprodutiva.

Nesse sentido, o mesmo autor afirma, que com a industrialização posta pelo modelo fordista/taylorista, o capital avançou no sentido de concretizar a subsunção real da vida ao metabolismo social capitalista. Com o novo modelo apontado,

Exige que o homem trabalhador não desperdice as suas energias nervosas na procura desordenada e excitante da satisfação sexual ocasional o operário que vai ao trabalho depois de uma noite de “desvarios” não é um bom trabalhador, a exaltação passional não está de acordo com os movimentos cronometrados dos gestos produtivos ligados aos mais perfeitos processos de automação. Esse conjunto de compressões e coerções diretas e indiretas exercidas sobre a massa produzirá, indubitavelmente, resultados e proporcionará o surgimento de uma nova forma de união sexual, da qual a monogamia e a estabilidade relativa parecem ser o traço característico e fundamental. (1984, p.399).

Operava-se a emergência de um novo padrão de acumulação. A nova configuração conservadora do capitalismo foi, também, responsável por metamorfoses no perfil da classe trabalhadora. Colocamos, portanto, o desafio de assinalar as modificações resultantes desse momento de expansão do capital.

Processo de metamorfoses que têm por escopo um conjunto variegado de propostas de saída para a crise e a retomada de novos

patamares de acumulação tanto pela reformulação dos processos de trabalho quanto pelo aprofundamento dos aparelhos privados de hegemonia condizentes com os interesses das classes dominantes. Velhas formas já existentes no modelo fordista-keynesiano convivem com o novo modelo de acumulação,

[...] inclusive misturando características dos diversos “modelos”, com vistas a intensificar a exploração sobre a força de trabalho e, ao mesmo tempo, lograr uma vitória política sobre os trabalhadores, na medida em que conseguem conquistar suas mentes e corações, concomitantemente à neutralização e possível destruição de qualquer forma de organização destes, principalmente aqueles de cunho combativo. Isso explica porque não tem sido possível encontrar um padrão produtivo único ou mesmo uniforme nos vários países capitalistas, nem entre as próprias empresas e nem mesmo no interior delas. Na verdade, as empresas vêm buscando a combinação mais adequada de “modelos produtivos”, de acordo com as características de conjuntura – situação do país ou região onde estão instaladas, perfil da força de trabalho, histórico das lutas e formas de organização dos trabalhadores, etc. – com o propósito de atingir os objetivos expostos (TUMOLO, 2002, p.96).

Como vimos “A burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção, portanto as relações de produção, e, por conseguinte todas as relações sociais”. (MARX e ENGELS, 2008, p.13). De acordo com Marx e Engels, no *Manifesto do Partido Comunista*, para que as leis do capital se mantenham, torna-se



fulcral fazer modificações em suas formas de trabalho concreto, como por exemplo, na forma dos processos de trabalho, na configuração dos diversos padrões de acumulação, mantendo-se, no entanto, inalterada a forma de valorização do valor- o trabalho abstrato substância do valor. Logo, para se manter ele mesmo (o capital), *tudo deve mudar para que tudo fique como está*<sup>55</sup>. Esse momento de reestruturação dos processos de trabalho tem por característica, o convívio dos velhos processos de trabalho com as novas formas de organização de estruturação da acumulação privada que emergem no intuito de intensificar a produtividade.

A nova configuração que o capitalismo assume pós crise anos 70 não anula por completo as características conformadas anteriormente, antes as incorpora. O processo assim denominado de flexibilização tem início com o que se designou por “modelo japonês”, já que teria surgido no Japão como forma de responder às conseqüências catastróficas da II Guerra Mundial.

Podemos observar que as formas encontradas pelo capital para manter sua hegemonia, provocam alterações na maneira de organizar o trabalho, incidindo, também, na qualidade dos contornos assumidos pelas organizações dos trabalhadores.

Como força motriz de expansão da mais valia, o desenvolvimento constante das forças produtivas passa a ser vital para o

---

<sup>55</sup> Expressão muito utilizada na obra pelo escritor **Giuseppe Tomasi di Lampedusa (1896-1957)** na obra adaptada para filme *Il gattopardo (O Leopardo)* sobre a decadência da aristocracia siciliana durante o Risorgimento e a adaptação da aristocracia à nova forma de produção que surgia, onde a mudança aceite seria somente, aquela sugerida pelo príncipe de Falconeri: *tudo deve mudar para que tudo fique como está*.

capital, porém, essa dependência vai afetar o calcanhar de aquiles do capital-o valor. Por isso, O desfecho é um confronto entre capital constante e capital variável. Como vimos, a importância da busca por constantes inovações técnicas pela mais valia relativa é responsável, também, pela diminuição do valor das mercadorias, “igual a qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho” (MARX, 1985, p.7).

Nos anos 70, portanto, adota-se um grande investimento no desenvolvimento tecnológico das forças produtivas e menos na qualidade de vida dos trabalhadores. As mudanças nos processos de trabalho não são novidade, antes vem acompanhando o capital ao longo de sua história. Nesse sentido, tecem-se maneiras de gerenciamento do trabalho tais como: o “ohnismo”, o “modelo sueco”, o “modelo japonês”, etc, às quais se agrega velhas formas do toyotismo/fordismo e com as quais se combinam os novos processos de trabalho (BRAGA, 1995). Acrescentam-se outras, como as apontadas por Harvey (1999) na modificação dos processos de trabalho: a esteira de produção individual foi substituída pela forma de produção em células, largou-se a produção de estoque que apela para a lógica just in time. Avançou-se, também, com novas tecnologias, tanto na organização do trabalho como na tecnologia investida no espaço de trabalho como: os Círculos de Gestão de Qualidade (CCQs), Controle de Qualidade Total (CQT), Kanban.

Inutiliza-se um contingente significativo de força de trabalho e se reformula o exército industrial de reserva. Com o agigantar do exército industrial de reserva, fica menos difícil pressionar preço da força de trabalho ao máximo para baixo, intensificando-se a precarização das condições de trabalho. Gesta-se, com isso, uma nova

forma de inserção da força de trabalho, que se define por expansão dos processos de subcontratação, arrochos salariais, crescimento do desemprego, retirada de direitos sociais, precarização das condições de trabalho e, em simultâneo, assiste-se a um processo de espraiamento da proletarianização dos trabalhadores que se caracteriza por uma força de trabalho mais feminizada e mais qualificada, mas com condições de trabalho precárias<sup>56</sup>.

Ainda, na medida em que se privatizam cada vez mais serviços, tende-se a diluir a fronteira entre trabalhadores públicos e privados. Nesses tempos ficam mais claras as contradições do sistema, onde uma lógica produtora de uma imensa abundância é, também, a responsável por enormes contingentes de miserabilidade, fatores decisivos para animar o capital.

Com o novo padrão de acumulação surgem, ainda, novas formas de dominação que se inspiram nas anteriores, com ênfase na potenciação da força de trabalho do conjunto dos/as trabalhadores/as no sentido de aumentar a produtividade do trabalho, quer seja pela intensificação do labor, quer seja pela redução da porosidade deste. A intensificação da exploração sobre a força de trabalho, como uma das características marcantes do novo padrão de acumulação, que se universaliza, desvela os antagonismos insolúveis ao capital. Então, quanto maior o desenvolvimento das forças produtivas, maior a quantidade de produção de valores de uso, o que resulta em mais riqueza com menos quantidade relativa de trabalho. Cenário que produz as condições necessárias para a emancipação humana. Se, por um lado, passou-se a produzir uma quantidade muito maior de riqueza com uma

---

<sup>56</sup> Sobre esta questão vamos nos debruçar mais atentamente na próxima seção.

quantidade muito menor de trabalho, por outro lado a necessidade vital do capital em sugar o valor produzido pelo trabalho produtivo de capital obriga a que o trabalhador, a despeito do desenvolvimento das forças produtivas, veja aumentada, ainda assim, sua jornada de trabalho. Desta forma,

Enquanto o trabalho em máquinas agride o sistema nervoso ao máximo, ele reprime o jogo polivalente dos músculos e confisca toda a livre atividade corpórea e espiritual. Mesmo a facilitação do trabalho torna-se um meio de tortura, já que a máquina não livra o trabalhador do trabalho, mas seu trabalho de conteúdo. Toda a produção capitalista, à medida que ela não é apenas processo de trabalho, mas ao mesmo tempo processo de valorização de capital, tem em comum o fato de que não é o trabalhador quem usa as condições de trabalho, mas, que pelo contrário, são as condições de trabalho que usam o trabalhador: só, porém, com a maquinaria é que essa inversão ganha realidade tecnicamente palpável. Mediante sua transformação em autômato, o próprio meio de trabalho, com o trabalhador como capital, como trabalho morto que domina e suga a força de trabalho viva. (MARX, 1984, p.44).

Como podemos observar e, paradoxalmente, nos dias atuais, o desenvolvimento das forças produtivas traz em seu bojo uma característica emancipadora já que permite produzir maior quantidade de riqueza com menor quantidade de trabalho. Contudo, sendo o capital não uma forma de acumulo de riqueza, mas sim de valor, o desenvolvimento tecnológico que agregado ao conhecimento científico “revela-se, de um lado, progresso histórico e fator necessário do

desenvolvimento econômico da sociedade, e, do outro, meio civilizado e refinado de exploração”. (MARX, 1989, p.418). Resumindo, concomitante, ao desenvolvimento das forças produtivas assistimos a um avanço da degradação do trabalhador e, como resultado necessário, temos o correspondente aumento da intensificação da exploração da força de trabalho que nos momentos “do permanente movimento de crises cíclicas” (MARTINS, 1999), tem significado um franco retrocesso de direitos trabalhistas<sup>57</sup>. Logo, nas contradições de sua expansão, o desenvolvimento das forças produtivas, sob a égide do capital, rapidamente se transformou em mais um óbice para a emancipação dos trabalhadores em geral, “enquanto o capitalismo for capitalismo, o excedente de capital não é consagrado à elevação do nível de vida das massas do país, pois significaria a diminuição dos lucros dos capitalistas [...]” (LÉNIN, 1986, p.622). Há uma tensão permanente entre vida humana e capital, ou seja, a abundância de acúmulo e valor implica em aumento da escassez das condições do trabalhador.

Este solo contraditório de conservação-modernização do capital acirra não só a intensificação da exploração dos trabalhadores, no escopo da extração de uma maior parte de mais valia, como também, contribui para “um processo de atomização nos planos produtivo e

---

<sup>57</sup> Como exemplo mais atual, temos o caso de países europeus, onde em momento de crise intensa a saída encontrada pelos capitalistas com apoio dos governos, entre outras medidas avançou-se no aumento da jornada de trabalho sem aumento de salários e aumento da idade de aposentadoria. Contribuindo assim para elevar, ainda mais, o já galopante contingente de desempregados. O Brasil vem adotando a mesma lógica de organização do capital com a proposta da “lei das terceirizações” expressa na PL4330, que permite não só a extensão de formas de contratação de trabalho terceirizadas a setores que antes não estavam sob a asa das privatizações, como permite que toda e qualquer atividade possa ser terceirizada.

social, que quebra sua identidade e solidariedade de classe e esvazia seus instrumentos de luta” (MACIEL y FARIA, 1996, p. 85). A expansão capitalista se depende primordialmente do constante desenvolvimento das forças produtivas, também não pode abdicar da produção e inovação constante de mecanismos capazes de diminuir a capacidade de resistência e reivindicação dos trabalhadores. Nesse sentido que o capital avança na captura do trabalho ao capital e toda a maneira de ser dos trabalhadores, desta vez de uma forma plenamente universalizada em razão da, transnacionalização das empresas capitalistas, do capital financeiro e da concomitante ideo-política universalização dos valores e do “ethos burguês” (NETTO, 2011). Assim, com a crise dos anos 70, intensificam-se, os mecanismos de formação ideológica que garantem a defesa do capitalismo por parte dos trabalhadores.

Produz-se a ilusão, na lógica do discurso empreendedor, de que o indivíduo precisa “vestir a camisa do capital”<sup>58</sup>. O controle sobre

---

<sup>58</sup>No contexto assinalado, iniciou-se um percurso de militância política e análise acadêmica que partia da premissa que era necessário romper com o que definiram por teorias totalizantes em virtude da pluralidade e do “poder do discurso”. (HARVEY, 1999, p.50). Essa nova dimensão histórica que corresponde ao designado momento de reestruturação produtiva, foi definida, por Harvey, como a época que se caracteriza pela emersão das teorias Pós Modernas, que têm seus alicerces no pensamento moderno. Eagleton define pós modernismo da seguinte forma, ”O pós modernismo assinala a morte dessas “metanarrativas”, cuja função terrorista secreta era fundamentar a legitimar a ilusão de uma história humana “universal”. (*apud* HARVEY, 1999, p.20). Desse cenário emergiu a famosa tese do fim da sociedade do trabalho, tese que, aliás, encontraram no terreno dos movimentos sociais um solo fértil para plantar suas idéias. Para esse princípio definido de pós-modernidade, a categoria totalidade enquanto categoria heurística de totalidade passa a ser diretamente associado com o conceito de totalitarismo. A aparência ganha o posto de

o tempo tornou-se crucial e toda a equipe está comprometida no alcance das metas impostas de hora em hora. Com a agravante, para o trabalhador da implementação das jornadas flexíveis e o correspondente banco de horas tornando difícil limitar as jornadas de trabalho no marco proposto pela lei. Período em que se difunde a ideia de que, caso trabalhe muito será possível ao indivíduo ascender sozinho, substituem-se velhos conceitos por novas palavras na tentativa de eliminar, verbalmente, a existência da classe social. Nomes como “colaboradores”, “somos uma grande família”, “um time”, “empreendedorismo”, etc, passam a fazer parte do vocabulário no espaço do labor. Questões, que certamente, contribuem para que os próprios trabalhadores cobrem entre si um aumento da produtividade em prol da “grande família”. O controle da vida social por intermédio do capital ganha mais força com a redução relativa de força de trabalho, o que contribui, através do medo de perder o emprego, para que os trabalhadores se submetam aos desígnios do capital, de tal forma que “o capital tende a prescindir de um controle mais sistemático e hostil sobre os trabalhadores no âmbito dos processos de trabalho, [...] tendo em vista o autocontrole exercido pelos próprios trabalhadores” (TUMOLO, 2003, p.174). As transformações têm escamoteado a legislação social protetora do trabalho e gerado impactos diretos no processo de

---

capacidade explicativa do real com conseqüente pulverização da luta de classes em mosaicos de minorias, mulheres, gays, etc por seu lado, a classe perde o status de fio condutor da análise das dominações. O mundo passa a ser reproduzido por suas manifestações e não por suas causas. A teoria a serviço do capital.

consciência da classe e tem desembocado numa significativa diminuição de trabalhadores sindicalizados<sup>59</sup>,

Principalmente no que tange às atividades que lhe são próprias e específicas, tais como as mobilizações e ações grevistas, a luta por melhores salários e pelo incremento dos postos de trabalho para absorção dos novos membros da População Economicamente Ativa (PEA), a luta pela diminuição da jornada de trabalho e de vida (saúde, educação, previdência, lazer, etc) Isso significa que este novo padrão de desenvolvimento do capital se torna cada vez mais incompatível com o sindicalismo combativo, tendo dificuldades de convivência, inclusive, com um sindicalismo de corte social-democrata (TUMOLO, 2002, p.105).

Vejamos um pouco mais de perto como se desenrolou o processo de reestruturação produtiva no Brasil como mecanismos acionados pelo capital no escopo de superação da crise.

## 2.2 O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL

No caso brasileiro, esse processo tem início, de acordo com Gitany (1994), já nos anos 70. Fenômeno que os senhores da ditadura

---

<sup>59</sup>Lembramos, ainda, que é a partir da década de 90 que os espaços sindicais, fruto do ascenso da classe trabalhadora, como a CUT e o PT começam seu processo de metamorfose. Adotam como postura não mais a contestação ou o confronto do capital, mas sim o caminho do pacto social e da conciliação das classes, a CUT inicia o que viria a ser um longo processo de cooperação, submissão e consenso aos governos no poder.



civil-militar convencionou designar de “milagre econômico”<sup>60</sup>. Período assim definido em razão das altas taxas de produtividade e da expansão de infra-estruturas, essa denominação escondia a retirada de direitos. Acrescenta-se ainda, o galopante endividamento externo em razão dos empréstimos internacionais. Esse cenário associado à crise internacional de 73 terá contribuído para esgotamento do regime burguês-militar. Terreno histórico que clamava pela necessidade de oxigenar o conjunto da vida social, pela adoção das formas de reorganização do trabalho idênticas às que já navegavam no cenário político-econômico de países como EUA, Inglaterra, Chile, Argentina, etc. Em simultâneo, nos anos 70-80, estava em curso no Brasil, um período que se caracterizou, pela efervescência das lutas sociais, pelas modificações no terreno cultural e pela modificação nos processos de trabalho que acompanhavam o definhamento do momento empresarial/burguês-militar. De acordo com Netto, deu-se início a um período, em que,

[...] instauraram o perfil e a estrutura econômico social do Brasil legados pela ditadura: a internacionalização e a territorialização do imperialismo; uma concentração tal da propriedade e da renda que engendrou uma oligarquia financeira; um padrão de industrialização na retaguarda tecnológica e vocacionado para fomentar e atender demandas enormemente elitizadas no mercado interno e direcionado desde e para o exterior; a constituição de uma estrutura de classes fortemente polarizada, apesar de muito complexa; um processo de pauperização relativa praticamente sem

---

<sup>60</sup> Ao contrário do resto do mundo, nos anos 70, o Brasil apresentava uma taxa de crescimento crescente e, por isso não acompanhava de forma sincronizada a crise que abalava o resto do mundo. Somente, a partir dos anos 90 que por aqui se vai sentir os efeitos mais deletérios da crise mundial.

precedentes no mundo contemporâneo; a acentuação vigorosa da concentração geopolítica das riquezas nacionais, aprofundando brutais desigualdades regionais. E lograram, ainda, cristalizar uma estrutura estatal-burocrática e administrativa conformada precisamente para gerir este ‘modelo’ [...] (NETTO, 2011, p. 31-32).

No bojo desse cenário nacional, o capital em busca de respostas para se desafogar da crise mencionada adota o designado processo de reestruturação em que “a marca distintiva do chamado processo de reestruturação produtiva no Brasil é a *heterogeneidade generalizada*, que ocorre não só entre as empresas, mas também no interior delas”, o que dificulta “estabelecer comparações e conexões entre as diversas partes díspares desse mosaico” (TUMOLO, 2002, p. 64). O autor destaca ainda que, com relação às dimensões da reestruturação produtiva no Brasil,

[...] não pode ser caracterizado, conforme vêm fazendo muitos de seus estudiosos que até tem uma postura crítica, como o de uma *modernização conservadora*, na suposição de que existiria uma *modernização progressista* em favor dos trabalhadores e do conjunto da sociedade. [...] Toda modernização produtiva do capital tem a finalidade de conservar, preservar e ampliar a acumulação capitalista baseada na exploração da força de trabalho e, nesta acepção, toda modernização de capital é conservadora. Por isso, não tem consistência a idéia de uma suposta *modernização progressista* no âmbito da *ordem do capital*. Aliás, tais adjetivos são inapropriados, uma vez que se trata de uma *modernização capitalista*, sem qualquer adjetivação. [...] (TUMOLO, 2002, p. 97).

Mas, é na década de 90 que as mudanças se aprofundam no Brasil, correspondendo ao momento em que a economia brasileira entra num período de forte efervescência e “mais do que a introdução de novas tecnologias físicas, o que se observa é a acelerada adoção de tecnologias de gestão” (TUMOLO, 2001, p.76). De acordo com Baltar e Proni a complexa compulsoriedade à produtividade que se estabelece no Brasil levou a que,

Desde 1980, o mercado de trabalho no Brasil tem apresentado uma proliferação de empregos fora do círculo dos estabelecimentos organizados e que não envolvem a assinatura da carteira de trabalho. A década de 1990 trouxe um agravamento da situação, na medida em que a abertura da economia favoreceu uma redução absoluta do emprego formal na indústria de transformação e na construção civil. Desse modo, não se trata apenas dos efeitos da estagnação econômica sobre o mercado de trabalho, mas do começo de uma reestruturação da economia que tem afetado a capacidade de geração de empregos. Essas mudanças, especialmente a diminuição do peso do emprego formal, podem inclusive ser interpretadas como um indício de uma tendência para uma maior desagregação da estrutura socioeconômica nas regiões mais desenvolvidas do país. (1996, p.141)

Na década de 90 entra em vigor o chamado *lay-off*, onde os contratos de trabalho passam a ser suspensos por seis meses. Período em que os trabalhadores produtivos vêm seus salários reduzidos e assistem a perdas significativas nos direitos básicos.<sup>61</sup> Por aqui, também se

---

<sup>61</sup>Estas medidas permitem que se mantenham os grandes lucros da burguesia, ao mesmo tempo em que, produz-se a ilusão de que há uma maior distribuição do valor produzido pelas classes dominadas. Pode-se verificar, por exemplo, nas

verifica um “recrudescimento da exploração da força de trabalho, e a decorrente degradação do trabalho vem se realizando por meio da combinação de um conjunto de mecanismos”. (TUMOLO, 2002, p. 100). Em simultâneo, verifica-se uma retomada do crescimento econômico e da produtividade, através da concentração e apropriação do valor produzido, por uma classe proprietária cada vez mais concentrada e transnacionalizada.

Esse processo fez-se acompanhar pelas características da reestruturação a nível mundial com as seguintes características: “1. No que se refere ao emprego, a tendência é no sentido da redução dos postos de trabalho; 2. Verifica-se uma grande alteração na estrutura de qualificação; e 3. Mudança do padrão de gestão ou das formas de uso e controle da força de trabalho” (TUMOLO, 2001, p.75). Por este viés brotariam as formas fragmentadas de organização da classe na “segmentação e diversificação dos trabalhadores e ampliação limitada e seletiva do mercado de trabalho.

De acordo com Catani (1995, p.11), passam a existir novas formas de processos de trabalho de maneira a garantir a viabilidade do novo movimento que se impunha, uma “Rotatividade e intensificação do trabalho através do abuso na utilização de horas extras, além da repressão às organizações sindicais, apareceram como praticas normais”. Manifestando claramente os impactos que daí advêm para a

---

parcerias público-privadas. Anima-se no Brasil todo um conjunto de medidas, por conseguinte acarretam grandes impactos no assalariamento e condições de trabalho, provocando retrocessos sobre as conquistas que a classe trabalhadora tinha acumulado ao longo das lutas políticas-sociais e, inclusive, colocando em cheque os princípios básicos estipulados pela recém nascida constituição de 1988. Processo de transição para a mão de privados que se aprofundou no governo FHC e reretomado no governo PT.

classe trabalhadora com aumento da tensão para os trabalhadores que cada vez mais passam a trabalhar por contratos precários associados ao movimento de terceirização.

Com relação a esta terceirização, conforme Gitahy (1994, p.128) verifica-se que:

A “terceirização” aparece muitas vezes acompanhada de uma maior precarização e instabilidade do emprego. Nesse sentido, a redução do emprego formalizado, com a conseqüente eliminação de despesas com os encargos sociais e a redução do poder de interferência do sindicato numa conjuntura de crise econômica.

Ainda, para Alves, essa precarização, é responsável pelas “desefetivações do homem como ser genérico” (2010, p.1). Ao analisarmos as metamorfoses decorrentes desse modelo, verifica-se no Brasil, ao longo dos anos 90, e em consequência da introdução “de um conjunto amplo de métodos de gestão da produção voltados para o aumento da competitividade das empresas” (GITAHY *apud* TUMOLO, 2001, p.84), uma “queda do nível de emprego entre 1990 e 1995 para quase todos os gêneros da indústria brasileira” (*apud* TUMOLO, 2001, p.84). Em decorrência desse processo que ganhou fôlego nos anos 90 no Brasil, “60% dos trabalhadores ingressaram na informalidade” (ANTUNES, 2008, p.6-7), o mesmo autor elenca algumas das características desenvolvidas pelo processo de reestruturação que vem plasmando a forma de embasar o trabalho até aos dias atuais:

- Caracteriza-se por um trabalho “polivalente” e “multifuncional”, marcado pelo aumento dos ritmos de trabalho com diminuição das porosidades tanto nas indústrias quanto no espaço dos serviços;

- Os serviços públicos não escaparam desse processo de reestruturação e passaram direta ou indiretamente a se dobrarem as metas produtivistas;

-Substitui-se um espaço empresarial por “várias pequenas unidades interligadas pela rede, com número muito mais reduzido de trabalhadores e produzindo muitas vezes mais” (p.7), em resultado verificou-se o início do espraiamento das terceirizações;

-Uma diversificação maior da classe trabalhadora da qual ressalta a forte inserção do trabalho feminino;

- Acionou-se um conjunto de medidas que teve marcantes “repercussões no plano organizativo, valorativo, subjetivo e ideopolítico são por demais evidentes”. (p.7).

Nesse sentido, Toledo assinala que as mudanças nos processos de trabalho, têm como escopo fortalecer o capital em momentos de crise à custa dos trabalhadores, tem-se feito acompanhar por subcontratações, trabalho precário, redução de postos de trabalho, majoritariamente masculino, e doenças psicofísicas,

O que mostra, por um lado, que não há barreiras para o capital, e que as questões culturais são subordinadas aos interesses capitalistas: - a eliminação dos postos de trabalho atinge por igual homens, mulheres e jovens que procuram seu

primeiro emprego; no entanto, as desigualdades entre homens e mulheres ficam agravadas; - o trabalho precário vem sendo ocupado por ambos. No entanto, os núcleos fixos não. Para eles, o homem tem mais chance [...]. Há desigualdade na contratação; - a segregação ocupacional reserva mais à mulher do que ao homem os trabalhos secundários, periféricos. Apesar da reestruturação na produção representar um ataque global ao conjunto dos trabalhadores, ela atinge de forma diferenciada homens e mulheres, e recoloca em novos patamares a divisão sexual do trabalho. (TOLEDO, 2005, p.61).

É na direção apontada pela autora brasileira, e sobre os novos desafios impostos pelo período de reestruturação, que vamos nos deter um pouco mais na próxima seção.

Isto posto, compreendemos que só é possível entender o jaez das dominações, mais especificamente do caráter do patriarcado se for colocado sob a ótica das contradições impostas por esta lógica de produzir (e destruir) a vida que infundem numa determinada maneira de produção e reprodução social.

Assinalamos, ainda, que sendo a sociedade capitalista a mais generalizadora historicamente de suas próprias relações,

capaz de revolucionar-se para reconstituir suas próprias bases de exploração (a extração do mais-valer e a subordinação do trabalho ao capital) e expandir-se, é necessário, mas não suficiente, indicar os efeitos subjetivos e culturais no mundo contemporâneo”. (FONTES, 2010, p.188).

Assim, não se trata de ignorar que o capitalismo lance mão de dominações e preconceitos culturalmente estabelecidos em prol de seus

interesses privados. Mas, não é tão claro nem simples afirmar que igualdade entre os sujeitos vendedores da força de trabalho seja antagônica ao capital, ou por outras palavras, não é tão evidente que diferenças específicas, como a diferença de sexo na exploração da força de trabalho seja estrutural à sociedade capitalista. São fenômenos que, necessariamente fazem parte da lógica do capital, mas que exigem uma análise cautelosa no intuito de desmistificar seu real papel na engrenagem do desenvolvimento capitalista.

Após todas as ponderações colocadas, consideramos que temos condições para avançar sobre o consistente e complexo campo categorial marxiano para analisar o movimento social-econômico-histórico em torno da inserção da força de trabalho feminina no processo de reestruturação produtiva e suas determinações.



### **3. O REFLEXO DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA.**

“devemos fazer perguntas feministas e nos  
esforçar para respondê-las com respostas  
marxistas”  
Mitchell, 1977

A expansão econômica, pautada pela internacionalização do capital e suas empresas, consolidou-se nos anos 70 como resposta a um período crítico de crise. Por conseguinte, esse período de crise foi acompanhado por profundas modificações na configuração do trabalho concreto, uma das características centrais desse processo deveu-se ao fato do capital se ter voltado para o trabalho feminino. Também, por isso, a reestruturação que se anima nos anos 70 e se consolida no Brasil nos anos de 1990, é de suma importância na apreensão dos contornos que assume a condição da mulher trabalhadora ao longo da expansão do capital até aos dias atuais.

Essas modificações apelaram, majoritariamente, para a força de trabalho feminina em detrimento da força de trabalho masculina. No Brasil, em relação ao emprego masculino, observamos uma paralização e/ou estagnação (HIRATA, 1999), já no que se refere aos empregos femininos o movimento se dá no sentido inverso. Bruschini afirma que em 1990, “o número de trabalhadoras brasileiras atingiu a cifra de mais de 22,9 milhões, [...] representando um crescimento relativo da ordem de 59,7% na década de 1980” (BRUSCHINI *apud* NEVES, 2000, p.173). Ainda de acordo com o relatório lançado pelo Departamento

Econômico das Nações Unidas, *As Mulheres no Mundo 2010*<sup>62</sup> verificou-se, com a reestruturação produtiva uma tendência para o salto significativo e acelerado de aumento de força de trabalho feminina, maior nos países sul Americanos, incluindo-se o Brasil. Segue-se o exemplo dos seguintes dados descritos no relatório sobre o Brasil: De 1990 para 2009 o aumento de mulheres trabalhadoras foi de 38% para 59% o que significou um diferencial de 21%. A tendência para os homens se deu no sentido inverso, de 81% para 80%, cuja diferença ficou no ponto negativo de -1%.

Na Europa, por exemplo, observamos uma significativa queda de empregos para ambos os sexos, mas, mais acentuada para os homens. De acordo com o mesmo relatório, na Europa Ocidental, por exemplo, de 1990 para 2010 a percentagem de mulheres empregadas caiu de 58% para 54% (-4%), já para os homens foi de 73% para 66% (-7%). Para todos os casos, a queda está relacionada à crise de 2008, período a partir do qual, tanto mulheres, quanto homens têm vindo a sofrer dramaticamente com o decréscimo do nível de emprego, principalmente do emprego formal.

O porquê da opção pelo trabalho feminino em detrimento do masculino, a partir dos anos 70, é analisado por algumas autoras e autores que se debruçaram ao longo do desenvolvimento capitalista sobre essa questão. Vejamos como as autoras do designado campo feminista marxista ou feminista socialista avaliam esta questão.

Essa inserção massificada das mulheres no espaço produtivo fez-se acompanhar, como vimos anteriormente, por uma ascensão significativa dos movimentos feministas que pressionaram partidos e

---

<sup>62</sup>Tradução nossa do título original- *The World's Woman 2010*.

sindicatos para a incorporação em suas pautas no campo dos direitos reais sob o lema “salário igual para trabalho igual”,

Do ponto de vista da resistência e das mobilizações, os coletivos femininos e feministas são bastante ativos nos movimentos atuais contra a precariedade e por um emprego digno. Em outras palavras, se não houvesse a resistência internacional dos movimentos de mulheres e feministas as condições de trabalho das mulheres estariam ainda piores. (HIRATA, 2011, p.20).

Movimentos de mulheres onde, entre as principais bandeiras, encontrava-se a reivindicação pelo direito ao emprego em condições de igualdade, no espaço de luta por direitos trabalhistas, nos sindicatos e partidos, que apesar da clandestinidade mantinham sua atuação política de forma expressiva, permitindo-lhes ocupar mais os espaços públicos e consequentemente “alteraram mais a identidade feminina, cada vez mais voltada para o trabalho produtivo” (BRUSCHINI, 2000, p.16),

Nessa época, a mulher trabalhadora acentuava a sua participação nas lutas de sua classe e na organização política e sindical. Mantinha-se o enfrentamento em relação ao discurso conservador que preconizava um destino natural para a mulher: ser mãe e esposa. (NOGUEIRA, 2004, p.37).

Essa modificação na característica do trabalho útil/concreto, visível pós anos 70, é definida, por muitas autoras como feminização do trabalho e deveu-se, de acordo com Saffioti (2013) e Souza-Lobo (2011), para além da ascensão dos movimentos feministas e do desenvolvimento das forças produtivas com outros fatores de

importância relevante. Destacamos entre eles: a) a significativa diminuição da taxa de fecundidade, que passou de 3,7 filhos em 1992 para 2,1 filhos por mulher em 2005 (FIBGE, 2006, p.50), facilitando a saída da mulher do espaço do lar; b) a maior qualificação da força de trabalho feminina e “o acesso às universidades viabilizaram o acesso das mulheres a novas oportunidades de trabalho” (BRUSCHINI, 2000, p.16). Ao mesmo tempo, verificou-se uma diminuição das trabalhadoras com níveis baixos de formação escolar reduzindo-se, significativamente o grau de analfabetismo nas mulheres nas últimas décadas. Com o início da reestruturação produtiva e o aumento concomitante da qualificação da força de trabalho feminina, as tendências recentes para a inserção da força de trabalho feminina ganharam novos contornos, até porque a maioria de força de trabalho com qualificação mais alta corresponde às mulheres; c) outro fator refere-se, não só ao fato da necessidade do mercado capitalista em absorver mais forças de trabalho, mas, também, porque o fator patriarcado agregado à lógica da necessidade intrínseca do capital de diminuição do valor, terá, assim sido num primeiro momento, crucial para o capitalismo. Tanto como mecanismo de rebaixamento do valor da força de trabalho já que o preço da força de trabalho feminina era marcadamente inferior à força de trabalho masculina, que, por sua vez pressiona o valor de todas as forças de trabalho para baixo, assim como, permitiu aumentar o exército industrial de reserva ao aumentar a quantidade de força de trabalho disponível.

Destacamos, ainda que, o capital ao lançar mão do patriarcado terá contribuído para uma mistificação maior da sociedade de classes. Uma vez que,

[...] legados culturais podem, por exemplo, promover a hegemonia ideológica do capitalismo ao mascarar sua tendência intrínseca a criar subclasses. Quando os setores menos privilegiados da classe trabalhadora coincidem com as identidades extraeconômicas como gênero ou raça, como acontece com frequência, pode parecer que a culpa pela existência de tais setores é de causas outras que não a lógica necessária do sistema capitalista. (WOOD, 2013, p.229)

Já sabemos que esse avanço das lutas feministas vê-se francamente limitado, pois é exatamente nesse período que o capital precisava, novamente, transformar os processos de trabalho e atacar os direitos trabalhistas de forma a oxigenar os mecanismos de acumulação o que, passou a exigir uma intensificação sobre a exploração da força de trabalho e o avanço da privatização sobre serviços públicos, processo que se amplia a partir dos anos 90. Assim, com a extensa participação das mulheres no espaço do labor, principalmente, a partir da década de 70, aumenta o número de forças de trabalho disponíveis no mercado, num momento, em que passa a haver um menor investimento no capital variável, e “tais mudanças levaram ao crescimento da precarização e da informalidade do trabalho” (NOGUEIRA, 2004, p.38), o que acirrou ainda mais a competição entre os trabalhadores por uma oportunidade de conseguirem vender suas forças de trabalho.

De acordo com Hirata (2012), ao mesmo tempo em que se avançou na organização de espaços de luta feminista no mundo inteiro, em torno do eixo dos direitos trabalhistas, algumas dessas reivindicações, como a inserção das mulheres no mercado de trabalho, por exemplo, foram formatadas aos interesses da lógica privada.

Verificamos,

[...] uma dupla transformação paradoxal do trabalho, porque ela parece ir em sentido oposto: de um lado, a implicação do sujeito no processo de trabalho e, de outro, a precarização do emprego, com o desenvolvimento de formas flexíveis do trabalho e o crescimento do desemprego. Este último movimento é grande e globalizado, e parece dizer respeito às mulheres, em primeiro lugar, enquanto a implicação requerida pelos novos modelos de organização do trabalho parece dizer respeito tendencialmente aos assalariados do sexo masculino das grandes empresas industriais dos países do Norte. (HIRATA e LE DOARÉ, 1999, p.10).

Com essas modificações na estrutura produtiva, ainda que as mulheres tenham começado a ocupar novos espaços erguendo bandeiras, outrora restritas aos movimentos políticos compostos por homens, suas reivindicações ficaram muito aquém do desejado, principalmente no chão dos direitos reais. Essa relação contraditória entre direitos formais e reais ajuda a produzir aquilo que Saffioti (2013, p.393) define como a “renovação de processos mistificatórios”. Mistificações que, de acordo com a autora, dificultam desvelar as reais condições em que as mulheres se encontram com relação a seus parceiros trabalhadores e por consequência, dificulta a formulação da consciência crítica em setores que por muito tempo viram negado este direito. Ainda assim, Saffioti admite que esta mesma condição que impõe uma negação de humanidade completa para as mulheres tem em si a potencialidade da fundamentação “à qual se atribui um caráter substantivamente racional, das técnicas tradicionais de controle do “despertar” da consciência feminina”. (2013, p.395).

Nesse sentido, uma das características constitutivas sobre a injeção crescente de força de trabalho feminina tem-se verificado, sobretudo, em setores onde predomina o trabalho em tempo parcial e, por vezes, corresponde ao mais precário. Situação, que embora tenha se modificado para as mulheres é, ainda visível até aos dias atuais. Verificamos, de acordo com os dados FIBGE, PNAD, 1995 (*apud* BRUSCHINI, 2000, p.46), sobre os ocupados e das ocupadas por horas semanais no Brasil em 1995, na jornada de trabalho que vai de 40 a 44 horas de trabalho na semana estão referidas 7.760.331 milhões de mulheres ao passo que, para a mesma quantidade de horas temos 14.882.407 milhões de homens.

Posteriormente, mesmo com uma redução significativa dos postos de trabalho formais para os homens observamos, de acordo com os dados apresentados no IBGE, 2012: Em 2003, essa diferença foi de 5,3 horas. Já em 2011, o número médio de horas semanais trabalhadas pelas mulheres em 2011 foi de 39,2 horas, contra 43,4 horas dos homens, ou seja, uma diferença de 4,2 horas entre homens e mulheres.

A redução da diferença ocorreu, principalmente, pela variação do número de horas trabalhadas pela população masculina. Esse comportamento foi verificado em quase todos os agrupamentos de atividade. De acordo com Bruschini, no agrupamento da Administração Pública foi verificada a menor diferença, 2,4 horas. Nos agrupamentos do Comércio, as mulheres trabalhavam (41,2 horas) e de outros serviços (40,6 horas). Em 2011, “somente os agrupamentos de Intermediação Financeira (39,4 horas), Administração Pública (36,5 horas) e Serviços Domésticos (37,4 horas)” não apresentaram médias superiores a 40,0 horas.

Tais dados demonstram que, consoante aumenta a jornada observamos uma maior amplitude na diferença de quantidade de trabalhadores em relação ao sexo. Em sentido inverso, à medida que as jornadas diminuem aumenta a quantidade de mulheres empregadas. Menores jornadas tendem a uma menor remuneração no preço da força de trabalho. Se a mulher tende a assumir jornadas de trabalho menores, parece lógico o salário menor, a questão que se coloca, portanto, é porque ela tende a optar por jornadas de trabalho inferiores que, por conseguinte se vinculam, geralmente, a contratos menos estáveis?

Para as autoras citadas é um consenso que os pressupostos “naturais” do que significa ser mulher ou ser homem, estão na base de justificativas para a divisão de tarefas no mundo do trabalho.

Interessante notar que, para as autoras do campo feminista marxista essas conformações tradicionais de sexo forjadas nas sociedades pré-capitalistas, estão na base das relações sociais desiguais, que por sua vez, servem de assessoria para a manutenção das relações capitalistas.

Ora, lembremo-nos que, numa sociedade calçada em alguns princípios do patriarcado que coloca a mulher como principal responsável pelo cuidado da manutenção das forças de trabalho, o aumento da carência desses serviços públicos como creches, escolas, etc, em consequência da ampla retirada de espaços públicos e de políticas públicas, vai-se refletir mais diretamente sobre as mulheres.

Segundo Saffioti (2014), a resposta relaciona-se ao fato dos proprietários privados dos meios de produção, lançarem mão das conformações tradicionais, da “mística feminina”, tais como, a questão da reprodução de responsabilidade exclusiva da mulher, considerada



como características inatas femininas. Simultaneamente, para Nogueira a coexistência do capitalismo com o patriarcalismo produz mecanismos mistificadores das relações de produção,

[...] o conjunto dos elementos existentes nas especificidades de gênero são utilizados pela sociedade capitalista para controlar a hierarquização do modo de produção e reprodução do capital. A desigualdade na divisão sexual do trabalho nas esferas produtiva e reprodutiva, portanto, é central para as relações de poder, principalmente o poder exercido pelos homens sobre as mulheres, presente na estrutura da família patriarcal (NOGUEIRA, 2014, p. 25).

São, pois, importantes aspectos a serem ressaltados que pressionam a força de trabalho feminina em grau superior à masculina, como “A constante necessidade de articular papéis familiares e profissionais limita a disponibilidade das mulheres para o trabalho, que dependendo de uma complexa combinação de características” (BRUSCHINI, 2000, p.17).

No contexto assinalado, para as autoras, trata-se de não se limitar a discussão da dominação-exploração ao conceito de classe derivado da relação com os meios de produção, inserido nas relações sociais de produção, mas de resgatar o conceito da divisão social/sexual que está plasmado no conceito dominação-exploração. Esta argumentação sobre a configuração concreta do *socius do ser mulher*<sup>63</sup> encontra, principalmente em Saffioti seus fundamentos acerca da

---

<sup>63</sup> Conceito elaborado por Saffioti para explicar a situação de dominação-exploração da qual padece a mulher na sociedade capitalista e que acaba por conformar uma forma de se ser.

inserção, da mulher na sociedade capitalista. De acordo com Iasi (2014, p. 126),

[...] entender o caráter de nossa atual sociedade como patriarcado capitalista, ou seja, que embora incorpore a necessária diferenciação entre dominação e opressão patriarcal e dominação e exploração de classes sob o capitalismo, concebeu não uma polarização mecânica, senão que uma interação dialética onde a exploração de classe pode e, na realidade, se dá por mediações em que uma delas, uma das fundamentais, é a opressão sobre a mulher, hierarquização de poder e funções segundo o sexo.

Dessa forma, a questão dominação não incide apenas na discriminação quando da venda de força de trabalho entre homens e mulheres, Saffioti vai além, ao sentido da captura da subjetividade do ser mulher, ou seja, no controle de sua capacidade reprodutiva compondo o que ela define por *socius de ser mulher* inerente à sociedade capitalista. Tal princípio de ordem patriarcal traz em seu bojo uma hierarquia que lhe corresponde, perpassando todas as esferas da vida social.

De acordo com esses pré-conceitos estabelecidos, o capital soube utilizá-los em seu proveito, pois “no nível superestrutural, era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas reduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina” (SAFFIOTI, 2013, p.65). Vemos, portanto e, de acordo com as autoras, que continuou recaindo sobre as mulheres, a responsabilidade quase exclusiva de maternar, de cuidar dos doentes, da família, etc, obrigando à formulação de uma legislação, por parte das empresas que permita a

liberação em caso de doença de conjuge, direito estendido, somente às mulheres. Legislações que aparentemente tem em conta as necessidades da família proletária, mas por se referir exclusivamente às mulheres trabalhadoras reforça o estigma da identidade formada pela mentalidade patriarcal que vincula mulher ao lar<sup>64</sup>. Esse estigma serve como justificativa aparente para menores salários pelo fato de muitas mulheres optarem por esse tipo de regime de trabalho parcial. Não por acaso, as trabalhadoras se adéquam melhor a empregos de horários flexíveis que correspondem às necessidades de perfil do trabalhador exigidas no momento de expansão do capital. Assim, em trabalhos que tem uma jornada de trabalho menos extensa, é mais comum encontrar uma quantidade de mulheres maior. Nesse terreno sobre a divisão sexual do trabalho e, de acordo com Nogueira (2013), há uma simbiose entre a inserção mais precária da força de trabalho feminina no mercado de trabalho e aquilo que se definiu como sendo a divisão sexual do trabalho, ou seja, “A crítica deve compreender também toda a opressão presente na hierarquização patriarcal instituída no espaço da reprodução” (p.77). Lembrando que essa interação entre capital e

---

<sup>64</sup> Olhemos o exemplo da Holanda sobre a reforma para os direitos das mulheres. Escolhemos este caso pelo fato em que é bastante elogiado pelas instituições vinculadas aos direitos das mulheres. Na Holanda, desde 2008 se estipulou que caso a mulher opte por ficar com o filho em casa até que este tenha idade para freqüentar o ensino fundamental (por volta dos 6 anos), será concedido à mãe um salário mínimo durante todo período em que, a criança permaneça em casa. Com isso a Holanda conseguiu diminuir em muito os índices de desemprego, entretanto, compreendemos que para a mulher ao contrário de significar um avanço, voltou a criar condições para justificar o confinamento das mulheres ao espaço do lar, além de acabar por contribuir para o isolamento das crianças.

patriarcado tende a favorecer estratégias de renovação do capital. Nesse sentido, Nogueira afirma que (2014, p. 23),

A divisão social e sexual do trabalho já se encontra presente nos séculos que antecedem à Era Cristã. Tanto a mulher livre quanto a mulher escrava tinham o seu espaço de trabalho pertencente à esfera doméstica, cujos campos incluíam a alimentação e a higiene de homens e crianças [...] [mas] as relações sociais capitalistas legitimaram uma relação de subordinação das mulheres em relação aos homens, imprimindo uma conotação considerada “natural” à mulher, dada pela subordinação. Em verdade, apesar de a luta feminina visar à redução da desigualdade existente na divisão sexual do trabalho, tanto no espaço produtivo quanto no reprodutivo, no transcorrer dos anos a lógica hegemônica para manter a estrutura da família patriarcal, reservando às mulheres as responsabilidades domésticas contribuiu para a persistência da desigualdade na divisão sexual do trabalho ainda no início do século 21.

As relações sociais, situadas no modo de produção capitalista, são desta forma, atravessadas pela desigualdade expressa na divisão sexual do trabalho. Para Antunes,

[...] dentro do espaço fabril geralmente as atividades de concepção ou aquelas baseadas em capital intensivo (as de alta tecnologia) são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas dotadas de menor qualificação, mais elementares e muitas vezes fundadas em trabalho intensivo, são destinadas às mulheres trabalhadoras. (2000, p.109).

Segundo o mesmo autor ocorriam as mudanças nos processos de trabalho se expressavam pelo surgimento de modelos que deram novos rostos à classe trabalhadora,

A crescente incorporação do contingente feminino no mundo operário, [...] subproletarização presente nas formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontrato, terceirizado, vinculados à “economia informal [...]” (1995 p. 41-47).

Na mesma linha de pensamento, as pesquisadoras intelectuais e feministas, como Saffioti e Souza-Lobo, defendem que o caráter da reestruturação produtiva mais uma vez contribuiu para uma marginalização da força de trabalho feminina já que as mulheres, por intermédio do patriarcado estão mais vulneráveis às vicissitudes da lógica de acumulação privada. Com a consolidação da reestruturação produtiva no Brasil. Assim, essa inserção das mulheres no espaço produtivo, para Kergoat, Hirata, Souza-Lobo e Saffioti se expressa na divisão sexual do trabalho, que por sua vez se lastreia nos princípios do patriarcado. Este último é considerado pelas autoras citadas como sendo um fenômeno estrutural ao capital e, por isso, ineliminável à lógica vigente.

Logo, no que tange à relação entre exploração sobre a força de trabalho feminina,

A divisão sexual do trabalho é sempre indissociável das relações sociais entre homens e mulheres, que são relações desiguais, hierarquizadas, assimétricas [...] entre duas categorias de sexo socialmente construídas (HIRATA, 2002, p. 280).

Assim, a divisão assentada nas práticas sexuadas se plasmam na inserção desigual das mulheres no trabalho assalariado, o que justificaria o porquê os homens se incorporam mais facilmente em trabalhos considerados superiores, ou seja,

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre sexos. Essa forma é modelada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado. (HIRATA & KERGOAT, 2007, p.599).

As autoras sugerem, portanto, que a divisão sexual do trabalho baseia-se no “princípio hierárquico e no princípio da separação que cria abismos entre o que deve ser trabalho de homem e o que deve corresponder ao trabalho da mulher” (HIRATA & KERGOAT, 2007, p.599). Logo, vemos que os contornos de inserção de mulheres e homens no mundo do trabalho expressam, de acordo com Saffioti, (2013) as representações sobre o *ser feminino* e *ser masculino* socialmente construídos e que estão na base da divisão sexual do trabalho, que “estabelece os lugares” (2013, p.65) a que estão destinados homens e mulheres. Séculos de inferiorização das mulheres sustentados em mitos, possibilitaram,

[...] à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia [...] simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos [...]. (SAFFIOTI, 2013, p.67).

No mesmo sentido, esse uso do patriarcado, para Souza-Lobo, está na base da divisão sexual do trabalho que “produz e reproduz a assimetria entre práticas femininas e masculinas, constrói e reconstrói

mecanismos de sujeição e disciplinamento das mulheres, produz e reproduz a subordinação do gênero dominação” (2011, p.174).

Na lógica descrita, a inserção extensiva e quantitativa de mulheres nas fileiras da produção, se abre brechas para a disputa igual no mercado de trabalho, porém, de acordo com Nogueira, o ingresso das mulheres na esfera da produção capitalista foi realizada mantendo os fatores históricos de subalternização das mulheres como forma de dar uma base justificativa que funcionasse de forma positiva para a manutenção da sociabilidade vigente. Na esteira do descrito, Nogueira (2012, p.28) faz a seguinte afirmação sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho: “tem uma positividade e uma negatividade. A positividade é uma contribuição para a emancipação da mulher, mas dizer que ela se emancipa só pela entrada no mercado de trabalho é um grande equívoco” isso se deve, principalmente, ainda de acordo com a mesma autora, de que esse processo de inserção das mulheres “traduz-se majoritariamente nas áreas onde predominam os empregos precários e vulneráveis” (NOGUEIRA, 2004, p.39). Nas empresas onde se dividem os setores consoante o sexo, ainda se invoca, de acordo com Neves “o discurso da competência feminina, para legitimar a representação de gênero, que atribui às mulheres a primazia na realização de tarefas repetitivas e monótonas”. (2013, p.416).

Nesse preciso sentido e, de acordo com o material de formação da organização política *Intersindical – sindicato dos metalúrgicos de campinas e região, Junho de 2011*, as fábricas onde prevalece mais força de trabalho feminina são, também, aquelas em que se verifica uma maior quantidade de não cumprimentos das jornadas legais e, também, onde o trabalho é mais intensivo. Observou-se que

nesses espaços de produção predomina a exploração da força de trabalho feminina e, por serem empresas de bens não duráveis “são também empresas que têm um nível de competição mais acirrado”, (2001, p.12) são setores onde o trabalho é mais intensivo, ou seja, “nos locais onde se verifica uma menor quantidade de investimento em capital constante e, portanto tendem a ser espaços de menor produtividade caracterizados por rotinas e trabalhos manuais, mais monótonos e repetitivos” (INTERSINDICAL, 2001, p.12). Essa relação entre forças produtivas mais e menos desenvolvidas são, muitas vezes encontradas na mesma fábrica.

Assim, de acordo com a trabalhadora entrevistada pela organização citada (2011),

Ainda que em nossa base não exista defasagem dentro de uma mesma fábrica, as mulheres acabam recebendo salários mais baixos simplesmente por estarem empregadas nas fábricas pertencentes aos grupos 9 e 9.2<sup>65</sup>, cujos pisos são inferiores aos do setor automotivo, por exemplo. [...] As linhas funcionam intercaladamente e, como somos considerados multifuncionais, operamos até 5 projetos ao mesmo tempo. Na fábrica, 90% são mulheres e a pressão é tanta que acaba gerando constrangimento em relação às necessidades de cada trabalhador. Temos medo de ir ao banheiro, tomar água. Com isso, vêm as doenças psicológicas e psiquiátricas, e as infecções. Muitas vezes, por medo, suportamos dores para não ir à enfermaria tomar remédio. Quando adoecemos e nos afastamos somos desprezadas e deixadas de

---

<sup>65</sup> Setores onde o capital é menos intensivo e a produtividade menor (geralmente nestes setores predominam trabalhos monótonos e repetitivos). No caso a fábrica citada refere-se à Samsung.



lado, tratadas como um lixo humano. [...] Somos super pressionadas para alcançar a meta sem falhar, pois a cada falha parasse a produção e observa-se o yeild (rendimento). Se o rendimento for baixo, chamam a nossa atenção rigorosamente, não se importando se a falha é operacional ou real.

Nesses setores, as tarefas designadas de menor qualificação são atribuídas às mulheres, prevalece a idéia de certa qualificação natural, e, por isso, de menor qualificação, ou de qualificações assentadas naquilo que se considera como típica e natural aptidão feminina, como capacidades vinculadas a atividades que exigem capacidade de polivalência e multifuncionalidade.

As mulheres estão, portanto, sujeitas a espaços de produção onde o valor da força de trabalho é menor. Trabalhos com essas características estão relacionados a uma incidência maior de doenças como a LER (Lesões por Esforços Repetitivos) “Caracterizada pelo acometimento de nervos, sinoviais, fâscias, tendões, ligamentos, músculos, em consequência de distúrbios funcionais ou orgânicos resultantes da fadiga localizada” (BARRETO, 1997, p.88). Ressalta-se que cerca de 78,9% e 87% das trabalhadoras são vítimas dessas doenças no Brasil (OLIVEIRA, 1998).

Grosso modo, esta forma de inserção do trabalho feminino é moldada, para as autoras do campo feminista marxista, pelo fenômeno patriarcado e pelo sexo de quem trabalha, como fatores determinantes nesta decisão que vincula determinada força de trabalho a características específicas. Onde as designadas características femininas ao serem consideradas naturais dão a aparência que a formação ou qualificação das trabalhadoras já vem de nascença que, portanto, sua mercadoria

força de trabalho não é dotada de valor, nos termos já definidos, como a força de trabalho masculina, cujo tempo de trabalho embutido em sua formação seria muito superior. Foi desta forma que o capital se terá aproveitado do fator sexo para “interferir de modo positivo para a atualização da sociedade competitiva, na constituição das classes sociais.” (SAFFIOTI, 2013, p.66).

A mística feminina é, assim, utilizada pelo capital em determinados momentos, o exemplo que nos é fornecido pelo estudo elaborado por Loudes Beneria em empresas sobre as designadas “qualidades” femininas (*apud* TOLEDO, 2005, p.64.),

Fatores relacionados à produtividade, como os que ressaltam a maior destreza da mulher, sobretudo na produção de objetos diminutos [...] ou que requerem cuidado e paciência. A disciplina também é ressaltada; Fatores que destacam a flexibilidade no trabalho da mão-de-obra feminina, sobretudo das mulheres jovens, no sentido de aceitar contratos de trabalho por curto prazo ou não renováveis e trabalho por tempo parcial e instável. Isto permite não só evitar problemas de demissão e de saúde – especialmente nos casos de problemas relacionados.

Ora, vale lembrar, como os homens já faziam parte de forma extensiva da máquina produtiva, vinham consolidando lutas históricas em defesa de seus direitos, ao passo que as mulheres estavam mais vulneráveis na consolidação de conquistas. Sendo que a exploração das mulheres pelo capital se deu posteriormente à dos homens, fator que terá contribuído para que elas demorassem em consolidar mecanismos de luta, além do confronto com as já referidas resistências por parte dos

próprios trabalhadores do sexo masculino. Na órbita do assinalado, segundo Hirata,

As mulheres podem ser mais facilmente “cobaia” de experimentações sociais porque são menos protegidas, tanto pela legislação do trabalho quanto pelas organizações sindicais, e são mais vulneráveis. Embora o cenário mais provável seja o de uma dupla segmentação, com a constituição de dois segmentos do emprego masculino e dois segmentos do emprego feminino, um estabilizado, outro precarizado, a força dissuasiva e de pressão sobre salários, condições de trabalho e de negociação dos trabalhadores de ambos os sexos parece evidente. (2001-2002, p.144).

Para Toledo, os setores dominantes, valendo-se do sufoco provocado pelo patriarcado, através da captura da reprodução tanto material quanto subjetiva das mulheres, impediu que as novas trabalhadoras desfrutassem de uma tradição de lutas trabalhistas<sup>66</sup>, pois “o caráter submisso que há milênios as sociedades vinham moldando nas mulheres facilitava enormemente a elevação do montante de seu trabalho excedente” (SAFFIOTI, 2013, p.72). “como tem sido caso na Ásia, Europa e América Latina” (p.143).

Ainda, de acordo com Saffioti, as relações sociais de sexo e classe são consubstanciais e coextensivas, a autora ressalta a relação de

---

<sup>66</sup> O que não significa afirmar que as mulheres estiveram fora da esfera do trabalho nas sociedades pré capitalistas, ainda que elas sempre tenham contribuído para a subsistência do grupo familiar, pois “Enquanto a família e existiu como uma unidade de produção, as mulheres e as crianças desempenharam um papel econômico fundamental” (SAFFIOTI, 2013, P.62). Mas foi somente, com o advento do capitalismo se deu a cisão entre a esfera da produção e da reprodução. A partir desse solo histórico, passaram a ser reconhecidas como trabalhadoras e assalariadas

consustancialidade das categorias de dominação - exploração/exploração-dominação, onde o movimento que leva de um a outro não pode ser compreendido se se estabelecer uma relação hierárquica entre dominação-exploração. Para a autora os caracteres de sexo, “[...] operam segundo as necessidades e conveniências do sistema produtivo de bens e serviços, assumindo diferentes feições de acordo com a fase de desenvolvimento do tipo estrutural da sociedade”. (2013, p.60). Resumindo, para a autora o capital lançou mão da condição das mulheres para intensificar o trabalho sobre elas. Permitiu a inserção crescente da força de trabalho feminina fazendo uso da divisão sexual do trabalho. Segundo Hirata (2001-2002, p.144),

As conseqüências dessa evolução da atividade feminina são múltiplas, mas pode-se dizer que uma das mais importantes consiste no fato de que este modelo de trabalho precário, vulnerável e flexível pode constituir um modelo de trabalho que prefigura um regime por vir de assalariamento masculino e feminino. Dito de outra maneira, as trabalhadoras podem ser vistas como cobaias para o desmantelamento das normas de emprego predominantes até então. Um cenário possível neste contexto seria a extensão ou a generalização deste modelo a toda a população ativa, inclusive a masculina.

De acordo com Nogueira (2004), essa situação se justificaria “porque o capital necessita também do tempo de trabalho das mulheres na esfera reprodutiva, já que isso lhe é imprescindível para o processo de valorização.” (p.76). As autoras citadas são unânimes em concordar que “a precarização tem sexo” (MAZZEI, 2004, p.87). E que, portanto classe e patriarcado/ classe e sexo são categorias que devem ser

analisadas em seus inter-relacionados aspectos não conferindo determinação a uma ou outra.

Para as autoras citadas, essas são as características que estão na base dos novos contornos que passam a pintar a classe trabalhadora e vão ter impactos significativos na divisão sexual do trabalho, pois são particularidades que atuaram positivamente no sentido de quebrar as formas tradicionais de empregos femininos e masculinos, mas negativamente na conformação do sujeito humanizado. Então, entendemos que a compreensão do movimento do capital contemporâneo obriga a uma análise dos fenômenos que lhe são subjacentes, em que a crise que explode nos anos 70 aplainou o espaço do trabalho produtivo para o ingresso de força de trabalho feminina de forma massificada nos espaços produtivos.

Tratam-se de questões complexas e não temos pretensão de esgotar o debate ou afirmar que determinada leitura é mais verdadeira que a outra, até porque “o grau de acerto ou equívoco das análises e de suas respectivas propostas de ação política é conferido pela história, que, é, em última instância, o critério de verdade” (TUMOLO, mimeo). Não defendemos, também, a neutralidade e, portanto, cabe demarcar algumas indagações que nos foram surgindo ao longo da pesquisa. São várias as interrogações que nos foram surgindo ao longo da dissertação e sobre as quais vamos nos debruçar de forma despretensiosa no restante da seção.

Nossa investigação sobre a condição da força de trabalho feminina não pode ignorar as tendências apontadas pela própria lógica de produção do capital, é preciso considerar alguns dados que apontam possíveis tendências e, que de alguma forma nos instigam a perquirir

sobre alguns pressupostos explicativos assumidos pelo campo feminista marxista na explicação da condição da mulher trabalhadora.

Vamo-nos, agora, debruçar sobre as seguintes questões referentes às condições de inserção das mulheres trabalhadoras no processo de reestruturação: jornada de trabalho, formalidade/informalidade e questão salarial.

### 3.1 FORMALIDADE/INFORMALIDADE

A par da extensa inserção das mulheres no mercado de trabalho pós anos 70, verificamos o início de uma nova tendência crescente de aumento de escolarização das mulheres a cada ano, em níveis sempre maiores.

Em 1980 as mulheres com grau superior,

[...] representavam 55,4% da população com esse grau de escolaridade, no início da década, passaram a representar, 59,1% da população. Em 2005, entre os trabalhadores, 32% delas, mas 25% deles tinham mais de 11 anos de estudo. Em 2009, a exemplo do índice de mulheres com escolaridade de nível de doutorado que teve aumento de 27, 8% para 44,6% das trabalhadoras (CARNEIRO, 2014, p.98).

Ao mesmo tempo, verificou-se uma diminuição das trabalhadoras com níveis baixos de formação escolar reduzindo-se significativamente o grau de analfabetismo entre as mulheres nas últimas décadas. Com o início da reestruturação produtiva e o aumento concomitante da qualificação da força de trabalho, as tendências

recentes para a inserção da força de trabalho feminina ganharam novos contornos. Para Bruschini,

Ao mesmo tempo, a escolaridade elevada tem impacto considerável sobre o trabalho feminino, pois as taxas de atividade das mais instruídas são muito mais elevadas do que as taxas gerais de atividade, em todos os anos analisados. Em 2005, enquanto mais da metade (53%) das brasileiras eram ativas, entre aquelas com 15 anos ou mais de escolaridade, a taxa de atividade atingia 83% (2007, <http://www.scielo.br/scielo.php>, acessado 2/04/2015).

Importa lembrar que o processo de feminização, animados pós anos 70, sincronizado com a maior formação das mulheres, possibilitou extrapolar os espaços laborais que eram tradicionais na empregabilidade feminina. Elas passaram a ocupar, em números significativos cursos superiores, inclusive, ingressando em graduações para além dos considerados tradicionalmente femininos, e por consequência, a ocupar postos de trabalho para além dos “guetos” femininos o que, certamente, abre brechas no que se conformou como qualidades exclusivamente femininas. Destarte, “a parcela feminina nas universidades vem ampliando sua presença em outras áreas ou redutos masculinos, como a área de engenharia, produção e construção, na qual aumentou de 26% para 30% a presença das estudantes na década considerada” (BRUSCHINI, 2007, acessado 22/04/2015)<sup>67</sup>.

Nesse processo, ainda que, com alguns anos de atraso em relação aos homens, as mulheres vêm ocupando cargos que exigem altas

---

<sup>67</sup> Verificar tabelas I, II e III em anexo.

qualificações e para os quais não se verificam diferenças salariais pelas mesmas jornadas.

A primeira observação que deve ser feita em relação a essas carreiras é a consolidação da presença feminina entre esses profissionais, ao longo da década de 90. Na categoria dos engenheiros, por exemplo, a participação das mulheres, que era de 12% em 1993, atinge 14% em 2004. Entre os arquitetos, a fatia feminina é bem mais substantiva. Na mesma data, mais da metade da categoria (54%) é composta de mulheres, dado que consolida a tendência de feminização da profissão, uma vez que as mulheres já ocupavam cerca de 52% dos empregos dessa área em 1993. Também entre os médicos a progressão se confirmou: 41,3% da categoria é composta de mulheres em 2004, ante 36% em 1993. (...) Em todas essas carreiras verificou-se o mesmo movimento de progresso, assim considerado o incremento percentual da participação de mulheres. Em todas elas, o sexo feminino passa a representar, em 2004, mais de 40% da categoria profissional. O caso da magistratura também é exemplar, pois as juízas, que ocupavam 22,5% dos postos em 1993, chegaram a mais de 34% na última data examinada (BRUSCHINI, 2007, acessado 22/04/2015).<sup>68</sup>

Ainda que se mantenha uma divisão de tarefas, mais visível no quesito trabalho doméstico, em que as mulheres são mais de 90% das trabalhadoras, mas nas demais áreas tende a uma aproximação nas condições de trabalho. Atualmente, as mulheres de grande parte dos países do mundo, incluindo-se o Brasil, não só são mais escolarizadas que os homens como tem crescido mais o percentual de mulheres trabalhadoras com carteira assinada. Aumentou, ainda, a partir de 1980,

---

<sup>68</sup> Verificar tabelas I, II e III em anexo.



em decorrência de um crescimento da formação, profissional e escolar feminina, a ocupação destas no mercado formal em profissões que exigem nível superior.

Segundo Bruschini o,

[...] enxugamento de postos de trabalho formalizados, que se verificou com especial intensidade nos anos 90, parece ter afetado em maior medida os homens do que as mulheres: no período 1985/2004, a parcela feminina no mercado formal aumentou de 32,4% para 40%, enquanto a parcela masculina, no mesmo período, declinou (<http://dx.doi.org>, acessado 4/04/2015).

Assim, em relação ao grau de informalidade, observamos uma perda de postos de trabalho formal mais acentuada entre os homens (NOGUEIRA, 2004). De acordo com a fonte: Ministério do Trabalho/Relação anual de Informações Sociais (RAIS) em Bruschini & Lombardi. As autoras concluem que, em 1990, houve um forte e mais acentuada queda de homens trabalhadores com carteira assinada que passam de 61% em 1990 para 53,5% em 1998. As mulheres 55,1% tinham carteira assinada em 1990 e 53,5% em 1998.

De acordo com o senso apresentado pelo IBGE (2011), as mulheres ocupadas no mercado de trabalho no Brasil em 2011, 22,6% estavam no setor público, enquanto entre os homens, esse percentual era de 10,5%. Analisando a distribuição da população ocupada, exclusivamente no setor público, ele era composto por 55,3% de mulheres e 44,7% de homens. Setor que, aliás, não se verificam diferenças salariais entre mulheres e homens. Então, ainda sobre o emprego formal em dados mais recente:

Em 2010, a disponibilização de empregos femininos no Brasil era de 18,3 milhões de postos de trabalho, já em 2011 essa oferta alcançou 19,4 milhões, um crescimento de 5,93%. O estoque de empregos masculino cresceu no período, 4,49% passando de 25,7 milhões de postos em 2010 para 26,9 em 2011.

Em 2011, por exemplo, de acordo com dados do IBGE, *Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego 2003-2011*. \*Média das estimativas mensais. De 2003 para 2011, segundo os grupos de atividades profissionais para homens e mulheres com carteira assinada temos os seguintes números,

No caso da indústria, a diferença em **2003 era de 17,0 pontos percentuais (49,7% mulheres e 66,7% homens); em 2011 foi de 19,7 pontos percentuais (57,1% mulheres e 75,0% homens)**. Em 2011, das mulheres ocupadas nos outros serviços, **45,3% tinham carteira assinada, dentre os homens, esse percentual foi de 54,8%**. Na construção, grupamento com **94,3% do seu contingente formado por homens, 66,0% das mulheres tinham carteira assinada; para os homens, esta estimativa foi de 38,5%**. No Comércio, em **2003, menos da metade das mulheres tinham carteira assinada (42,2%), o mesmo, contudo, ocorrendo com os homens (38,2%)**. Já em **2011, essas participações passaram para 54,9% e 49,8%**, respectivamente, de mulheres e de homens. **Nos serviços prestados a empresas, 74,0% delas tinham carteira assinada em 2011, maior percentual alcançado pelas mulheres, dentre todos os grupamentos de atividade. Na administração pública, enquanto 41,2% das mulheres tinham carteira assinada, para os homens essa proporção foi de 28,3%**. Ressalta-se que nos

**serviços domésticos, grupamento onde as mulheres representavam 95,1% do contingente, apenas 36,6% delas tinham carteira assinada<sup>69</sup>. (Grifos nossos).**

De acordo com os dados expressos IBGE, 2015, o total de percentagem de informalidade, no ano de 2012 oscilou em torno de 45% para as mulheres e 44,2% para os homens<sup>70</sup>.

Isto posto, se se começam a quebrar alguns paradigmas sobre o que supostamente corresponde a empregos femininos e masculinos, podemos nos questionar sobre o próprio caráter da divisão sexual do trabalho, pois tudo indica que ela própria tem vindo a se alterar e não nos parece que os períodos de crise têm vindo a reafirmar uma inflexibilidade ou impossibilidade de ruptura com a identidade sexo e atividade que lhe corresponde.

### 3.1.1 SALÁRIO/JORNADA DE TRABALHO

No quesito salário, ainda permanece uma diferença salarial significativa entre homens e mulheres no mundo inteiro, com exceção de alguns países. No entanto, se analisarmos a evolução dos salários femininos e masculinos nas últimas décadas, verificamos que em termos percentuais há uma aproximação significativa entre os salários de ambos os sexos.

---

<sup>69</sup>Estima-se que esta situação de informalidade possa mudar com o novo PEC aprovado em 2013 para o trabalho doméstico.

<sup>70</sup> [Http://WWW.valor.com.br/Brasil/2919914/pais-ainda-tem-442-milhoes-de-trabalhadores-informais-estima-o-ibge](http://WWW.valor.com.br/Brasil/2919914/pais-ainda-tem-442-milhoes-de-trabalhadores-informais-estima-o-ibge). Acessado 05/11/2015.

Sobre a relação entre: salário e jornada igual pelo mesmo trabalho não encontramos, em nossa pesquisa, nenhum dado que demonstre que as mulheres recebam menos que os homens quando trabalham em setores com níveis de produtividade iguais, em jornadas de trabalho iguais, com qualificação igual. Nesse sentido, dificilmente podemos sustentar de forma conclusiva que o capital é intrinsecamente contra a igualdade salarial para tarefas igualmente produtivas.

Lembramos, ainda, a divisão sexual por setores tem sofrido uma diminuição significativa com o avanço da qualificação da força de trabalho feminina. Essa maior qualificação, por sua vez, é responsável pelo aumento do valor embutido na formação força de trabalho e em decorrência, pela disputa de postos de trabalho mais qualificados.

Assim, entendemos que não é possível desvincular um estudo sobre a questão salarial apartado-o das tendências descritas que são consequência direta das metamorfoses no trabalho concreto e no quesito rendimentos entre os sexos. Não é, por acaso, que se verifica uma aproximação salarial entre homens e mulheres ao longo dos anos, inclusive países como a Dinamarca, de acordo com o estudo apresentado nas *Diferenças Globais entre Gêneros - 2014* divulgado pelo Fórum Econômico Mundial, o salário feminino, em média, chega a ser superior ao masculino. Uma interessante curiosidade, já que o capitalismo não sofreu qualquer abalo <sup>71</sup> nesse país.

A nosso ver, essa modificação na esfera da formação da força de trabalho e no trabalho concreto com mais mulheres exercendo

---

<sup>71</sup>De acordo com o levantamento na Dinamarca, a renda média anual das mulheres é de US\$ 43.316 (R\$ 112.400), enquanto a dos homens é de US\$ 42.226 (R\$ 109.570). Outros países escandinavos se o salário não é igual se aproxima a cada ano.

trabalhos que exigem alta qualificação, a curto e a médio prazo tem vindo a acarretar, também, significativas metamorfoses no espaço dos valores culturais, pelo menos em relação o que significam tarefas femininas e masculinas.

Vejamos um pouco mais de perto a situação no Brasil. Por cá a tendência, também é verificável. De acordo com os dados no *Le Monde Diplomatique* Brasil (ano 8), sobre a diferença salarial entre mulheres e homens: Em 1980 as mulheres recebiam menos 46,91%; em 1990- 36,84%; em 2000-31,60%; 2010 – 27,5%.

Segundo IBGE,

O rendimento médio do trabalho das mulheres em 2011 foi R\$ 1.343,81, 73,3% do que recebiam os homens (R\$ 1.857,63). Esses valores indicam uma evolução no rendimento em relação ao ano de 2003, quando a remuneração média das mulheres foi de R\$ 1.076,04. Entretanto, pelo terceiro ano consecutivo o rendimento feminino mantém a mesma proporção (73,3%) em relação ao rendimento dos homens, em 2003 as mulheres recebiam 70,8% do que recebia, em média, um homem. Entre 2003 e 2011, o rendimento do trabalho das mulheres aumentou 24,9%, enquanto que o dos homens apresentou aumento de 22,3%. Em 2013, eles passaram a ganhar R\$ 2.146 e elas R\$ 1.614. A diferença diminuiu para 25%. (<http://www.ibge.gov.br>).

Assim como o capital não se opôs à maior qualificação da força de trabalho feminina, pode-se esperar como possibilidade em médio prazo que a lógica de exploração não se venha a opor ao ingresso igual das mulheres trabalhadoras aos restantes vendedores da força de trabalho no mercado de trabalho.

Sabemos que dados macro não expressam a complexidade de todos os fatores, e, também, não explicam que essa aproximação se deu em razão do recuo de direitos de ambos os trabalhadores. Não obstante, consideramos que essa proletarização crescente das mulheres pós anos 70 representou uma virada no lócus de vida das mulheres que em médio prazo podem acarretar mudanças significativas tanto no *socius de ser mulher* como na ruptura com alguns de seus processos mistificatórios fomentados pela lógica patriarcal. Parece-nos, que longe do capital se contrapor, por questões morais, ao ingresso massificado das mulheres no espaço produtivo, não só incentivou essa feminização, como se apropriou das bandeiras feministas esvaziando-as de seu caráter mais combativo e manipulou-as positivamente a favor da acumulação privada.

Partindo das várias contribuições legadas pelas autoras citadas sobre o processo de inserção da força de trabalho feminina na contemporaneidade e tendo em conta o descrito sobre o funcionamento da lógica do capital, vamo-nos, agora debruçar, com algumas ponderações, sobre as interconexões entre capital e patriarcado. Buscamos assim, problematizar as explicações sobre a questão da exploração/dominação, estruturalidade/conjunturalidade. No escopo de pincelar possíveis tendências e análises da realidade à qual corresponde determinados desdobramentos táticos-operativos em direção à estratégia comum no campo marxista que é a do fim da sociedade de classes pela emancipação humana.

#### **4. PROBLEMATIZAÇÃO DOS FUNDAMENTOS CONTIDOS NO FEMINISMO MATERIALISTA SOBRE A RELAÇÃO CAPITAL-PATRIARCADO.**

Neste ponto buscamos retomar as análises sobre as determinações que servem de lastro à lógica de exploração, procuramos com isso contribuir para um estudo sobre as complexas configurações do capital. Retomamos os pressupostos teóricos adotados pelas teóricas do campo feminista marxista com relação ao aspecto da inserção da força de trabalho feminina no momento de reestruturação produtiva, no sentido de problematizar com relação aos mesmos. As autoras apresentam alguns consensos centrais identitários em suas conclusões teóricas. Todas concordam nos seguintes pontos:

a) Só é possível compreender o capitalismo e a classe que emerge após anos 70 se se tiver em conta o fenômeno feminização da força de trabalho, como categoria explicativa para as modificações no trabalho pós anos 70. Defendem que é fulcral “esforçar-se para pensar conjuntamente em termos de complexidade e de co-extensividade as relações sociais fundamentais: de classe e de sexo”. (KERGOAT, 2009, p.5). Que não há uma subsunção de uma categoria em relação à outra, mas que patriarcado e exploração são coexistentes e umbilicalmente articulados e que, portanto, um fenômeno não pode existir sem o outro. No conjunto aqui descrito patriarcado age de forma estrutural, universal e, por isso, determinante ao capital. Nesse sentido, o fim do patriarcado, significaria, também, o fim do capital.

Nessa perspectiva, a explicação de trabalho, contida na obra *N'O Capital*, ainda que extremamente importante para compreender a realidade da produção, limita-se a uma parte e não conseguiria

incorporar o leque multifacetado que o trabalho assumiu pós reestruturação produtiva, e por isso, colocar a centralidade na classe seria obscurecer a compreensão da universalidade. No compasso aqui descrito: classe e sexo; capitalismo e patriarcalismo; dominação e exploração precisam ser apreendidos como fenômenos que têm que ser relevados a caráter de prioridade. Somente, tendo em conta esse processo simbiótico podemos, de acordo com Saffioti, entender os instrumentos que se movimentam na sociedade de classes, “visando à regulação das atividades das duas categorias de sexo de modo a atenuar conflitos gerados pela ordem social competitiva” (2013, p.506).

Ainda que concordemos que o capital da época de Marx se tenha modificado com relação ao capital atual, porém gostaríamos de realizar um esforço de crítica sobre alguns dos pressupostos explicativos descritos pelas autoras. Entendendo que qualquer fenômeno no capitalismo não age de forma autônoma, “em virtude, justamente, de estarem atados os antagonismos que lhes dão origem” (SAFFIOTI, 1997, p.63-65), torna-se, por isso, necessário inserir esta discussão num campo mais amplo da totalidade das relações que determinam os fenômenos singulares e particulares subjacentes às relações humanas inerentes à sociedade do capital. Há um fenômeno que pelas suas primeiras aproximações já contém elementos de sua essência, mas que se expressa de maneira falseada, apresenta-a ao mesmo tempo em que a esconde, ou seja, “a essência se manifesta no fenômenos, mas só de modo inadequado, parcial” (KOSIK, 2002, p.15).

Entendemos, por isso, necessário agregar a análise sobre o trabalho feminino, o trabalho que aflora da sociedade do capital. Pois, gostaríamos de retomar a discussão sobre a feminização do trabalho



pelo estudo do trabalho produtivo que não foi levado em conta pela orientação teórica das autoras citadas na pesquisa sobre as modificações no campo do trabalho no período citado, conduzindo-as a defenderem que houve uma transformação radical no trabalho, e, portanto, o marxismo careceria de capacidade explicativa sobre a essência do labor pós anos 70. Para dimensionar a problemática sobre o que está na base da condição das mulheres trabalhadoras, se o patriarcado ou a exploração, ou, ainda se ambos são estruturais e co-substancias, nesse escopo, compreender as leis que *regem o movimento contraditório do capital* é condição central na desmistificação do funcionamento da sociedade vigente, por isso o movimento no sentido de apreendermos os pilares basilares do capital.

Nesse solo, as características de universalidade podem ser representadas através de categorias que permitem abstração das singularidades<sup>72</sup>. Nesse quadro os pilares matriciais são fenômenos universais compostos por singularidades e particularidades, estas últimas dependem das circunstâncias do momento do movimento da história. Pelo exercício de abstração exigido na elaboração das categorias universais elas não se explicam por si mesmas, mas, pela relação que estabelecem com a base real concreta sobre a qual se elevam, no nosso caso, a sociedade do capital.

Não obstante, como nos propomos a aproximações sobre o fenômeno de exploração da força de trabalho feminina, não podemos, pois descartar a mediação necessária da singularidade.

---

<sup>72</sup>Aqui vale lembrar a imagem desenhada por Marx & Engels na obra *a Sagrada Família*, com a imagem da fruta como abstração expressa pelo pensamento, o universal. Desse universal fazem parte as frutas variadas que tem em comum o fato de ser “fruta”.

De tal forma que,

Afirmar a realidade como totalidade - um todo processual, contraditório e complexo – não significa compreendê-la como uma unidade indiferenciada na qual os momentos particulares seriam suprimidos ou os fenômenos concretos desapareceriam. Por outro lado, não significa compreendê-la como a somatória das partes ou como um conjunto de fatos (MORAES, 2000, p.23).

Ressaltamos que, a singularidade que surge pela dominação e tem o sexo como determinante não contém em si a universalidade que é a exploração, esta última tem a classe como grande campo agregador das singularidades na particularidade histórica do capital. Então, o universo da classe tem em si capacidade explicativa da particularidade que é a dominação que recai sobre o sexo feminino. Já uma análise que tenha como ponto de partida a dominação do sexo feminino e a este ponto se limite, será muito insuficiente para compreender a instância econômica-histórica, que “sendo a base da vida social dos homens, não existe senão permeada por todos os aspectos dessa vida social” (GORENDER, 1985, XXVII). Para Moraes a identificação da realidade através do método histórico dialético,

[...] longe de significar “todos os fatos”, a realidade em sua totalidade significa um todo estruturado, processual, em permanente dissolução/engendramento, onde cada parte da realidade está aberta para todas as relações e dentro de uma ação recíproca, contraditória, com todas as partes do real. (MORAES, 2000, p.23)<sup>73</sup>.

---

<sup>73</sup> Acrescenta Moraes que “Para dimensionar a realidade é necessário compreendê-la na amplitude das contradições que a compõem entre pólos que não se anulam, mas que compõem um universo que se metamorfoseia e forma algo novo conduzido por determinações referentes à base real da produção

Vale lembrar que na relação contraditória em interconexões capital-trabalho, “é necessário compreendê-los como processos de trabalho subordinados ao processo de valorização do capital, ou seja, ao processo de produção capitalista” (TUMOLO, 2002, p.74). Falamos, portanto, do trabalho produtivo de capital como unidade contraditória entre trabalho produtor de valores de uso e trabalho abstrato. Como verificamos, ao processo de produção capitalista corresponde o trabalho em geral<sup>74</sup>, o único que ao abstrair as propriedades concretas lhe confere o caráter de trabalho abstrato que cria valor. No valor, “o caráter geral do trabalho individual” aparece “como seu caráter social” (RUBIN, p.162). Nesse sentido, o trabalho abstrato é uma expressão fenomênica da quantidade de trabalho,

Para encontrar a igualdade *Toto coelo* dos diversos trabalhos, temos forçosamente de nos abstrair de sua desigualdade real, reduzi-los ao

---

capital, determinadas pela subsunção do trabalho ao capital, pela afirmação mediante a negação desse mesmo trabalhador. Então, as categorias que expressam a realidade não são, necessariamente as que correspondem à análise imediata do pensamento, antes as categorias “são formas de ser, são determinações da existência e reproduzem um movimento que se dá, primeiramente, no próprio objeto, em suas relações e vinculações, sem cujo conhecimento os homens não poderiam se orientar em seu mundo circundante”(2000, p.24), é, portanto, a realidade plasmada em idéias que se expressam em categorias que carregam a capacidade de lançar luz sobre as determinações, as causas de determinada sociabilidade como corolário histórico do desdobramento de determinadas relações de produção, “engendradas pelo próprio real, que se apresenta, assim como determinante” (MORAES, 2000, p.25).

<sup>74</sup>Trabalho em geral é para Marx sinônimo do trabalho abstrato. Segundo Rubin o trabalho em geral “é produto das condições históricas de uma sociedade mercantil e só possui significância plena nesta economia” (1987, p.162).

caráter comum a todos eles, como desgaste de força de trabalho humana, como trabalho humano abstrato (MARX, 1985, p.56).

Grosso modo, por características concretas ou úteis consideramos tudo o que se define como fenômenos passíveis de mutações dentro do sistema capitalista. Na lógica descrita, retomemos a análise sobre a inserção da força de trabalho feminina pós anos 70. Catani faz a seguinte avaliação sobre as várias pesquisas referentes ao momento de reestruturação produtiva,

*O mundo do trabalho precisa ser sacudido por uma teoria crítica radical. Repetem-se ad infinitum estudos que, embora bem intencionados, ficam na superfície dos fatos, na revelação do óbvio ou na ambigüidade dos balanços dos aspectos positivos e negativos sem posicionamentos mais explícitos. O exemplo mais flagrante desse desperdício de esforços são as análises sobre a relação tecnologia-emprego e sobre a qualificação-desqualificação da força de trabalho. Baseados em estudo de caso, inúmeros autores progressistas se iludem sobre as reais tendências do capitalismo, pois tomam dados isolados que não revelam a lógica inexorável. O capitalismo não gera empregos suficientes e, menos ainda, promove a qualificação generalizada. Esses não são seus objetivos e só se realizam em circunstâncias ocasionais, para entender necessidades pontuais da reprodução (1995, p.38).*

Desta forma, compreendemos que, concluir que houve modificações na raiz do trabalho adotando-se como chave de análise as modificações nos processos de trabalho, pode não ser suficiente para desvelar os fatores responsáveis pela configuração do capital em

determinado período histórico. Como descreveu Catani, as análises sobre os processos de trabalho são estudos que acabam por se reter ao ponto de partida de análise do trabalho no capital - o trabalho concreto. Ora, as modificações no trabalho concreto são concomitantes às transformações das forças produtivas que por sua vez, metaformoseiam-se constantemente, ou seja, o trabalho concreto nunca será o mesmo como, por exemplo: trabalho feminino e masculino (TUMOLO, 2015), isto é, fenômenos que se manifestam na aparência do capital, mas que a ele não são, necessariamente, estruturais.

Porém, já em relação ao trabalho abstrato não observamos mudanças qualitativas. Logo, o trabalho abstrato e o valor como fenômeno particular à sociedade do capital “são a mesma coisa no capitalismo do século XIX ou no capitalismo tal como se mostra na atualidade”. (TUMOLO, 2015, p.153). Continuando com o mesmo autor,

[...] se se pode afirmar que houve mudanças no trabalho, de tal maneira que, na atualidade, ele se mostra totalmente diferente do que era em períodos anteriores do capitalismo, essa assertiva é verdadeira para o trabalho concreto e para seus respectivos processos de trabalho, já que houve mudanças substantivas em suas qualidades, mas não é verdadeira quando se refere ao trabalho abstrato e ao valor, e principalmente quando diz respeito ao trabalho produtivo de capital, uma vez que esses últimos não sofreram nenhuma alteração em suas naturezas (TUMOLO, 2015, p.154).

A partir da análise do autor, descrevemos aquilo que podemos designar de leis imutáveis do capital, sem as quais não pode existir

sociedade capitalista. Então, o trabalho abstrato “é não só trabalho socialmente igualado, como também trabalho socialmente igualado numa forma específica” (RUBIN, 1987, p.156). Como o próprio Marx assevera, o capital em geral é a “quintessência do capital”, o fator imutável do capital, que é composto pelas leis de sustentação do capital em qualquer período histórico em que permaneça como capital.

Assim, quando mencionamos que a classe proletária na época do Marx, na medida em que aumentou, se espalhou, para outros grupos societários, modificou-se enquanto trabalho útil/concreto, porém, é ainda a mesma no que concerne ao trabalho abstrato produtivo de capital. Concordamos com Tumolo quando afirma que,

Os diversos tipos de trabalho são sempre particulares a determinados países ou regiões, empresas e até secções ou ilhas dentro de empresas e, nesse plano, balizado analiticamente pela categoria de *trabalho concreto*, não é possível encontrar uma identidade entre eles. Tal identidade só pode ser desvendada no plano da totalidade, quando se considera que os processos de trabalho estão subordinados ao processo de valorização do capital, ou seja, ao processo de produção capitalista, tendo como base as categorias analíticas de *trabalho abstrato* e do *trabalho produtivo de mais-valia e capital* [...] os capitalistas lançam mão dos mais diversos processos de trabalho, qual seja, encontrar as formas históricas mais adequadas para intensificar a exploração sobre a classe trabalhadora. Esta é a *unidade* na diversidade dos processos de trabalho. Trata-se, por conseguinte, da *ordem do trabalho* subordinada à *ordem do capital* (2015, p.252).

Reafirmamos, são transformações que se expressam na modificação dos processos de trabalho em suas características úteis, ou

seja, o trabalho abstrato permanece enquanto lei universal do capital, mas se modificam as características úteis do trabalho,

Esse movimento contraditório origina-se do duplo caráter do trabalho. Força produtiva é sempre, naturalmente, força produtiva de trabalho útil concreto, e determina, de fato, apenas o grau de eficácia de uma atividade produtiva adequada a um fim, num espaço de tempo dado. O trabalho útil [...] Como a força produtiva pertence à forma concreto útil do trabalho, já não pode esta, naturalmente, afetar o trabalho, tão logo faça-se abstração da sua forma concreta útil. O mesmo trabalho proporciona, portanto, nos mesmos espaços de tempo, sempre a mesma grandeza de valor, qualquer que seja a mudança da força produtiva. Mas ele fornece, no mesmo espaço de tempo, quantidades diferentes de valores de uso; mais, quando a força produtiva sobe, e menos, quando ela cai. (MARX, 1985, p.53).

Essa citação de Marx é de suma importância, principalmente no que se refere a compreender a relação entre modificação-conservação no capital em suas imbricadas articulações sobre as singularidades que se metamorfoseiam e o que é determinante pelo caráter estrutural do capital. Pois, a alteração na qualidade do trabalho útil não tem por desdobramento uma modificação no caráter abstrato do trabalho, antes, na própria diminuição da quantidade de trabalho abstrato, já que passa a ser necessária uma quantidade menor de valor, para se produzir uma mercadoria (TUMOLO, 2015). Nestes termos, o que iguala as mercadorias, o fator comum entre elas é algo que não faz parte do campo das utilidades (do valor de uso), é antes o fator que compõe a abstração do valor de uso das mercadorias, ou seja, o trabalho igualado,

Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato. (MARX, 1987, p.47).

Ao longo do transcurso da obra *O capital*, o filósofo alemão através de uma análise coerente com o materialismo histórico dialético, assinala que a plena expansão e manutenção deste sistema depende de forma imanente da exploração da força de trabalho, na conseguinte produção da mais valia, valor e valor que se valoriza. Essa necessidade vital do capital realiza-se através da relação de exploração dos proletários pelos capitalistas, levando ao desvendamento do que está na base do fetichismo da mercadoria e do capital. Onde o produto se torna o pesadelo para quem produz, as coisas passam a dominar seu produtor, ao mesmo tempo, o produtor se niiliza perde suas características de humanidade, reifica-se. Como já foi descrito anteriormente, o trabalho que se subsume ao capital, o trabalho responsável pela niilização do ser humano é o que produz valor, ao passo que a máquina - a coisa suga diariamente o trabalho do vendedor de sua força de trabalho cujo valor se impõe perante as características úteis dessa força de trabalho, com o único propósito de alimentar o lucro do proprietário privado.

O fato das análises realizadas no campo feminista marxista se cingirem às conexões entre processos de trabalho em diferentes tipos de atividade de formas de trabalho acaba, no nosso entender, por enfatizar a singularidade específica de cada atividade, marginalizando a forma de trabalho cuja centralidade está exatamente no trabalho produtivo como fenômeno universal e, portanto, na particularidade da sociedade do



capital é-lhe, também, estrutural e determinante. Assim, apesar da enorme importância em se analisar as singularidades que compõem a classe trabalhadora,

[...] a classe proletária não pode ser apreendida a partir das características concernentes ao trabalho concreto e ao processo de trabalho, mas sim com base na relação social de produção. Assim, do ponto de vista da “classe em si”, proletariado é a classe social antagônica à classe capitalista, que, desprovida da propriedade de qualquer meio de produção, vende sua força de trabalho para aquela classe e que, ao produzir uma mercadoria, produz valor, mais-valia e capital (TUMOLO, 2015, p. 257).

Da mesma forma, entendemos que em última instância o fator unificador, o que identifica os trabalhadores é sua condição de classe, ela é o fator determinante agregador de todos os trabalhadores em busca de sua emancipação pelo próprio fim de sua condição de classe;

b) No que diz respeito à divisão sexual do trabalho decorrente da mentalidade acostuada a cristalizar o que são tarefas femininas e masculinas com base em justificativas patriarcais forjadas de sociedades anteriores, esse vetor patriarcal, para as autoras do campo feminista classista, continua no capitalismo a ser determinante para sua sobrevivência.

A manutenção da acumulação privada do capital depende de forma inelutável, para as autoras, da permanência da divisão sexual do trabalho e do valor social adicionado (KERGOAT, 2013). O que explicaria os salários femininos menores e maior quantidade de

mulheres nos chamados trabalhos precários. Com relação aos avanços possibilitados pela inserção da força de trabalho feminina de forma crescente no mercado de trabalho, existe algum consenso sobre a conquista de fatores positivos para a mulher. Contudo, sob a égide da lógica capitalista esses avanços não se dão sem contradições, isto porque agem no bojo sob a lógica de subsunção do trabalho ao capital, da exploração. Saffioti defende que o capitalismo ao lançar as mulheres na atividade produtiva potencializou as condições para a organização política e, por isso criou as brechas necessárias para a emancipação das mulheres, mas não as libertou da “escravidão doméstica”, acabando por produzir uma forma de inserção das trabalhadoras que se revelou mais um pesado fardo. Para a autora feminista, a mulher compõe o grupo de vendedores da força de trabalho que é alvo de um maior grau de vulnerabilidade no momento de exploração. Com base nisso afirma que há uma marginalização da mulher no sistema produtivo, que, para a autora, seria imanente ao capital (SAFFIOTI, 2013).

Vale lembrar, muitas vezes, as mulheres que reúnem aptidões para assumir cargos mais qualificados acabam abdicando em prol de jornadas mais reduzidas no escopo de combinar o cuidado da família com as tarefas profissionais. A forma desigual como ainda se dividem as tarefas do cuidar dos filhos e do espaço doméstico reflete-se nas escolhas e possibilidades profissionais femininas, diante da necessidade de resolver o que o Estado não resolve, a mulher se vê obrigada à responsabilidade do lar. Por corolário, o capitalista se não persegue a trabalhadora que pretende engravidar<sup>75</sup> ou a que pede licença para cuidar

---

<sup>75</sup> Em entrevistas de emprego, muitas vezes, as mulheres são sujeitas a questões sobre suas intenções quanto à gravidez. O fato de desejarem a maternidade ou

de filhos doentes, geralmente reduz seu salário. Situação que nos parece insolúvel nos marcos do capital. Isto porque, numa sociedade que não tem em conta a realização humana, não importa para os proprietários privados que seja fulcral ao desenvolvimento da criança o tempo de maternidade e amamentação para seu desenvolvimento, ainda que a lei seja clara sobre esse direito, porém o que determina a conquista real é o movimento do capital e não a lei. Portanto, o capitalista, seguindo religiosamente a lei do valor coloca a mulher em período de gestação e de necessário cuidado de recém nascido, em situação de desvantagem, pois trata-se de um momento em que não está sendo produtiva para o capital.

Sobre estas questões, gostaríamos de apontar algumas tendências decorrentes da própria lógica de funcionamento capitalista que, aliás, está diretamente vinculada à primeira - o trabalho produtivo e as tensões e contradições inerentes à realidade concreta do capital.

A origem da maquinaria teria sido a grande responsável pela introdução de uma nova conformação na força de trabalho. A inserção das mulheres no mercado de trabalho, de forma reconhecida pela sociedade, permitiu, não só que a mulher passasse a fazer parte da classe trabalhadora, mas, também, provocou um rebaixamento do valor da força de trabalho até porque o valor da força de trabalho “corresponde [...] ao quantum de trabalho socialmente necessário para produzir a vida da família do trabalhador”. (TUMOLO, 2003, p.164). Logo,

---

até porque já são mães acaba, em alguns casos, por comprometer sua contratação.

[...] colocando todos os membros da família do trabalhador, sem distinção de sexo e de idade, sob o domínio direto do capital. [...]. O valor da força de trabalho era determinado não pelo tempo de trabalho necessário para manter individualmente o trabalhador adulto, mas pelo necessário a sua manutenção e à de sua família. Lançando a máquina todos os membros da família do trabalhador no mercado de trabalho, reparte ela o valor da força de trabalho do homem adulto pela família inteira. Assim, desvaloriza a força de trabalho do adulto. A compra, por exemplo, de 4 forças de trabalho componentes de uma família talvez custe mais do que a aquisição, anteriormente, da força de trabalho do chefe de família, mas em compensação se obtém 4 jornadas de trabalho em lugar de 1, e o preço da força de trabalho cai na proporção em que o trabalho excedente dos quatro ultrapassa o trabalho excedente de cada um. Quatro tem de fornecer ao capital não só trabalho mas também trabalho excedente, a fim de que uma família possa viver. Desse modo, a máquina ao aumentar o campo específico de exploração do capital, o material humano, amplia, ao mesmo tempo, o grau de exploração. (MARX, 1987, p.451).

Os imperativos que marcam o percurso que vai da compra e venda da mercadoria força de trabalho têm como principal elo mediador desta conexão, o valor da força de trabalho que,

[...] como o de toda a mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção, portanto também reprodução, desse artigo específico. Enquanto valor, a própria força de trabalho representa apenas determinado quantum de trabalho social médio nela objetivado. A força de trabalho só existe como disposição do indivíduo vivo. Sua produção pressupõe, portanto, a existência dele. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua

própria reprodução ou manutenção. Para sua manutenção, o indivíduo vivo precisa de certa soma de meios de subsistência. O tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho corresponde, portanto, ao tempo de trabalho necessário a esses meios de subsistência ou o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção do seu possuidor. (...) Por meio da ativação, o trabalho, é gasto, porém, determinado quantum de músculo, nervo, cérebro etc. humanos que precisa ser repostos (MARX, 1987, p.141).

Neste âmbito, a inserção da força de trabalho feminina significou um salto de qualidade para o capital na medida em que lhe permitiu espriar a acumulação de valor. O capitalismo soube usar de forma positiva, tanto os caracteres tradicionais de sexo que colocavam historicamente e culturalmente a mulher num patamar de situação inferior ao do homem de sua classe, quanto o fato das mulheres não disporem de um acúmulo de luta autônoma e organizada contra a exploração imposta. Como podemos observar, foram necessários mais alguns anos após o ingresso das mulheres nas fileiras da produção para que começassem a pipocar movimentos autônomos de mulheres que desenharam uma nova e madura linha de pensamento sobre a libertação das trabalhadoras.

Então, tendo a mulher e filhos como vendedores da força de trabalho, o valor desta em sua totalidade tende a cair, “reduzindo-se o valor unitário” (TUMOLO, 2003, p.164). Ainda de acordo com Tumolo (2003, p.164),

Quando vários membros da família se tornam vendedores da força de trabalho, o seu valor

absoluto tende a aumentar, pois agora essa família precisará consumir uma quantidade maior de meios de subsistência – por exemplo, transporte para ir ao local de trabalho, que antes era desnecessário para mulher e filhos-, mas essa massa maior de valor agora é dividida pelos membros trabalhadores da família, cujo efeito é a diminuição do valor relativo, ou melhor do valor individual da força de trabalho.

Nestes termos, o valor sofre transformações tanto pela pressão exercida sobre a força de trabalho, quanto pelo desenvolvimento das forças produtivas, que permitem aumentar a produtividade, intensificando a exploração sobre o trabalhador, sem que para isso seja necessário aumentar a jornada de trabalho. O que implica numa constante revolução nas,

[...] condições de produção de seu trabalho, o modo de produção e conseqüentemente o próprio processo de trabalho. Entendemos aqui por elevação da produtividade do trabalho em geral uma modificação no processo de trabalho por meio da qual se encurta o tempo de trabalho socialmente necessário para produção de uma mercadoria, conseguindo-se produzir com a mesma quantidade de trabalho quantidade maior de valor de uso (MARX, 1967, p.362).

Essa explicação inscrita na obra de Marx lança luz sobre o porquê do preço da força de trabalho masculina tenha sofrido uma significativa queda tendencial, com a inserção de mulheres na esfera produtiva, aproximando-as em valor e preço.

Nesta linha de pensamento, a causa para um menor assalariamento das mulheres, não está no fato de serem mulheres, mas

antes, porque agora a família inteira passa a ser vendedora da força de trabalho animando a queda do valor de cada força de trabalho específica. Fenômeno que se agregada ao desenvolvimento das forças produtivas, estabelece uma relação direta com o valor da força de trabalho, ou seja, menor tende a ser o valor dessa força de trabalho até porque o valor das mercadorias responsáveis pela manutenção da vida do trabalhador tende a diminuir com o desenvolvimento maior das forças produtivas. Então, o argumento utilizado de que a causa desta divisão sexual desigual está no patriarcado, ainda que explique em parte o problema, compreendemos que é insuficiente e pode inclusive encobrir o fator determinante que lastreia esta relação dificultando análises sobre as tendências- o devir.

Na lógica aqui apontada, em que o que define o valor da força de trabalho é o tempo de trabalho abstrato necessário para a produção e reprodução da força de trabalho do trabalhador e sua família, onde conta, também, o tempo de trabalho de formação de determinada força de trabalho, consideramos que a lei do valor tem uma definição ineliminável no preço da força de trabalho. Assim, menos valor embutido, ou seja, menos tempo de trabalho abstrato para sua reprodução, impacta diretamente na definição do valor dessa mesma força de trabalho. Expressa-se, geralmente, num menor salário que tende a corresponder a tarefas menos especializadas. Por sua vez, esse fenômeno, não é determinado em razão do sexo, ou por questões morais, mas pelo fato de ser uma mercadoria composta por uma quantidade menor de valor. O fato é que, locais onde vigora um desenvolvimento de forças produtivas menor são espaços onde se localiza o trabalho mais intensivo aos quais corresponde uma força de trabalho, geralmente, menos especializada, ou seja, são locais onde se verifica uma menor

quantidade de investimento em capital constante e, por conseguinte, a produtividade é também menor.

A partir das objeções descritas, compreendemos que é difícil atribuir ao patriarcado e dominação de sexo o mesmo patamar de determinação e universalidade, até porque o capitalismo não parece estruturalmente contra a incorporação do fim dessas dominações, ainda que conjunturalmente se utilize desse fator como incremento positivo da produtividade. Nesse mecanismo, a força de trabalho feminina é vista como uma força de trabalho submissa, o que, de acordo com Toledo está, também vinculada à “correlação de forças num determinado momento” (TOLEDO, 2005, p.45).

Assim, o pilar que explica o menor assalariamento não está no fator sexo, o que define o maior ou menor grau de exploração, a base que condiciona são as relações de produção (TOLEDO, 2005);

c) Diante do avanço das forças produtivas, Saffioti entende que, mesmo sendo a força de trabalho feminina mais palatável para as necessidades do processo de reestruturação, os proprietários privados dos meios de produção não optam preferencialmente pelo trabalho feminino, devido “a reação societária à substituição da mão de obra masculina pela feminina” (SAFFIOTI, 2013, p.332). Sobre esta questão, vimos pelos dados apresentados referentes ao ingresso das mulheres no âmbito da participação do trabalho que se distancia dos pressupostos avaliados por Saffioti.

Assiste-se, portanto, a um movimento do sociometabolismo vigente que imprimiu impactos tanto para o trabalho feminino quanto masculino, pode-se, inclusive arriscar afirmar, que o impacto negativo terá sido mais visível para os trabalhadores do sexo masculino, isto



porque, sendo o setor que tinha seus direitos mais consolidados, foi também o que sentiu de forma mais impactante a retirada desses direitos, aproximando-os, inclusive, das condições da inserção da força de trabalho feminina. Verificamos segundo Hirata (2010), uma estagnação ou até diminuição da quantidade de postos de trabalho masculinos, por outro lado, um aumento do trabalho feminino, situação que se mantém e que irradiou para vários setores da atividade produtiva<sup>76</sup>.

Como já mencionamos, o capital incorpora metamorfoses no intuito de se manter enquanto capital desprendendo-se, inclusive, de questões morais, ao contrário dos modelos tradicionais, pois “o capitalismo é muito flexível na capacidade de usar, bem como de descartar, opressões sociais particulares” (WOOD, 2013, p.229). Observamos que o capitalismo no processo de reestruturação produtiva demonstrou um movimento oposto ao apontado por Saffioti, o fator determinante não foi a configuração moral das quais se alimenta o patriarcado, mas sim, a necessidade de acumulação privada do capital, que pelo desenvolvimento da maquinaria passou a prescindir da força física e como tal descartou os ditos preconceitos tradicionais e rapidamente incorporou uma parte significativa da força de trabalho feminina. No contexto assinalado, interessa-lhe de forma apriorística a capacidade produtiva da mercadoria que compra, isto é, a força de trabalho, o que tende a inibir identidades específicas como a questão de gênero ou racial (WOOD, 2013).

---

<sup>76</sup>De acordo com Nogueira (2004), somente na África subsaariana não se verificou esta relação.

Logo, na medida em que a sociedade capitalista avança e se modifica, o mesmo sucede com a família, isto é, ela se transforma enquanto reflexo e produto da forma de produção social vigente “refletirá o estado de cultura desse sistema” (ENGELS, 1982, p.91). Então, “no movimento vivo da sociedade há uma multiplicidade muito grande de formas de família, seja como resultante do devir histórico, seja da dinâmica própria das relações sociais numa determinada sociedade” (IASI, <http://blogdaboitempo.com.br/category/colunas/mauro-iasi/2015>).

Hodiernamente, e após muitas lutas por parte dos movimentos feministas, o marido não dispõe mais incondicionalmente do corpo da esposa como no séc. XIX, época em que as mulheres após o casamento estavam legalmente sob a posse de seus maridos. Desde meados do séc. XX até nossos dias, ainda que de forma insuficiente têm sido reconhecido novos direitos sobre a condição da mulher na família como o direito ao divórcio ou a criminalização da violência psíquica-física-sexual fora e dentro do matrimônio. Será que essas novas relações estabelecidas não terão tido efeito de enfraquecimento dos princípios do patriarcado?

Chegando a este ponto, e após o percurso realizado, compreendemos que dominação não tem a mesma capacidade explicativa do universo da totalidade que compõe a categoria de exploração. Inclusive a própria dominação patriarcal ainda que não tenha sido eliminada da conduta humana, provavelmente e compreendendo que, “As relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas, os homens transformam o seu modo de produção e, ao transformá-lo, alterando a

maneira de ganhar a sua vida, eles transformam todas as suas relações sociais. [...]” De acordo com o descrito as formações basilares do patriarcado, provavelmente, assumem no capitalismo hodierno uma configuração substancialmente diferente de sua origem. Pois, “Os mesmos homens que estabeleceram as relações sociais de acordo com sua produtividade material produzem, também, os princípios, as ideias, as categorias de acordo com as suas relações sociais (MARX, 2009, p.125 – p.126).

Enfim, reformas que não entram no plano da discussão das desigualdades sociais, não têm encontrado resistência por parte do capital a priori. Pode se inferir com isto que se caminha para uma emancipação social? Parece-nos que não, como já ensinou a história não é o acúmulo de etapas reformistas que nos permite saltos qualitativos, mas sim a superação dos fundamentos sociais que estão na raiz de cada problema.

No entanto, a ação anticapitalista e antipatriarcal reivindicadas pelas organizações feministas marxistas como eixo condutor da luta das mulheres por sua emancipação, efetuando uma articulação entre capitalismo-patriarcalismo e seus interlúdios<sup>77</sup>, mantêm-se extremamente necessários. São movimentos que não só contribuem para a formação de uma identidade de classe como produzem uma consciência na consolidação da mulher como sujeito político que age coletivamente contra os instrumentos responsáveis por sua dominação e exploração. Movimento imprescindível do “grupo em direção à classe” (IASI, 2006, 307). Nessa linha de raciocínio, como estratégia política de

---

<sup>77</sup> Tais como: a divisão sexual do trabalho, os impactos subjetivos e objetivos na organização da classe trabalhadora e a emancipação da mulher trabalhadora.

organização da classe em torno de uma questão como a luta contra a desigualdade, por reformas, e que se proponha a fazer uma análise crítica do patriarcado permanece extremamente urgente e necessária. Por outro lado, entendemos que a análise da realidade no escopo da transformação revolucionária exige um estudo dos fatores determinantes, estruturais e universais ao Capital, sem o fim dos quais não será possível uma sociedade qualitativamente diferente. Entendemos que categorias concretas como: trabalho abstrato, exploração e classes sociais permanecerão em suas configurações essenciais enquanto o capital existir. Seu fim significaria o desabar do capital, portanto, a superação da exploração e das classes sociais é impossível nos marcos do capital, o que significa que seu alcance compreende reformas estruturais inalcançáveis no terreno dos direitos formais.

Estamos de acordo sobre o argumento de que o tema sobre a dominação não pode, portanto, ser analisado fora da esfera da exploração, porém, arriscamos afirmar que esta última é, em nosso entender, a base determinante, o esqueleto que sustenta a forma como se produz as particularidades referentes à sociedade do capital e, portanto estrutural ao capital, já o patriarcado tem demonstrado ser muito mais conjuntural e seu reforço ou inibição dependem de vários fatores, entre os quais o já destacado momento do movimento da luta de classes e necessidades históricas-económicas do capital.

Marx descreveu, no prefácio *Para a crítica da economia política*, dando especial destaque as bases universais do capital,

[...] sempre que falamos de produção, é à produção num estágio determinado do desenvolvimento social que nos referimos – à produção de indivíduos vivendo em sociedade. Pode parecer que, para falar da produção em geral, será conveniente ou seguir o processo histórico do seu desenvolvimento nas suas diversas fases, ou declarar antes de mais nada que iremos ocupar-nos de uma época histórica determinada, por exemplo, da produção burguesa moderna que é, de fato, o nosso verdadeiro tema. Mas todas as épocas da produção têm certas características comuns, certas determinações comuns. A *produção em geral* é uma abstração, mas uma abstração racional, na medida em que, sublinhando e precisando os traços comuns, nos evita a repetição. No entanto, este caráter *geral* ou estes traços comuns, qual a comparação permite estabelecer, formam por seu lado um conjunto muito complexo cujos elementos divergem para revestir diferentes determinações. Algumas destas características pertencem a todas as épocas, outras apenas comuns a poucas. Algumas destas determinações revelar-se-ão comuns tanto à época mais recente como à mais antiga. Sem elas, não é possível conceber qualquer espécie de produção. Mas se é verdade que as línguas mais evoluídas têm de comum com as menos evoluídas certas leis e determinações, é precisamente aquilo que as diferencia desses traços gerais e comuns que constitui a sua evolução; do mesmo modo é importante distinguir as determinações que valem para a produção em geral, a fim de que a unidade – que se infere já do fato de o sujeito, a humanidade, e o objeto, a natureza, serem idênticos – não nos faça esquecer a diferença essencial. (1977, p.201-202).

A partir desta citação, fica patente que o movimento contínuo entre singular-particular-universal precisa ser analisado em determinados contextos de movimento histórico. Nesse ínterim, classe e

sexo, dominação e exploração não compõem em si uma interação consubstancial, antes se relacionam tendo por fio condutor e em último caso determinante, o trabalho e as relações de produção que correspondem à lógica econômica vigente, à qual se vincula uma classe que como abstração é composta pelos vendedores de suas forças de trabalho que, por sua vez independe das características úteis de cada força de trabalho. As contradições internas a estes fenômenos estão grávidas de possibilidades futuras, contudo um desenho sobre as possíveis tendências implica numa análise daqueles que são os pilares estruturais e imanentes ao capital independentemente das modificações dos processos produtivos. Que compõe o lastro da ciência social histórica. Assim, “o conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social.” (MARX, 1977, p.24).

Nessa sequência, os antagonismos emergem das relações de produção, que são o ponto axial da estrutura econômica da sociedade, “a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política”. Por isso, a importância de se desvendar “fonte dos males sociais” (MARX, 2010, p. 62), ou seja, os pilares estruturais do capital compostos por singularidades, mas que com elas não se confundem.

Após a trajetória aqui desenhada, arriscamos afirmar que a dominação que recai sobre as mulheres compõe uma particularidade em que se assentam os complexos que movimentam a totalidade social. Assim, tomar a particularidade sexo ou dominação como forma de explicar o universal-exploração pode conduzir ao impasse da permanência na expressão imediata do fenômeno. Consideramos, pois

que, “é preciso, portanto, ultrapassar os limites dessas manifestações mais imediatas para conhecer quais são as raízes processuais, não imediatamente perceptíveis, que formam a totalidade onde tais manifestações são produzidas” (OLIVEIRA, 2001, p.9). Relações, elas mesmas, determinadas pelo já citado processo de trabalho. Nessa dinâmica, só é possível compreender as imbricadas articulações entre a singularidade do ser mulher com a particularidade de ser mulher na sociedade do capital, se ela for inserida na análise determinante da classe como universo que unifica todos os vendedores de força de trabalho no empreendimento da luta pela sua emancipação, ou seja, pelo seu reconhecimento como classe e posteriormente pela sua negação como classe que significa a afirmação de sua humanidade.

Estamos perante uma totalidade complexa e concreta, isto é específica a uma época histórica determinada onde os fenômenos para serem compreendidos precisam ser inseridos na relação com outros fenômenos “compreender a unidade dialética entre a estrutura e a superestrutura e reconhecer o homem como sujeito da práxis e o capitalismo como contradição” (CURY, 1992, p.45).

Essa concepção de determinante, Marx e Engels, alertam que,

[...] a condição de sua existência, o trabalho, e com ela todas as condições de existência que governam a sociedade moderna, tornaram-se algo casual\*, algo que eles, como indivíduos isolados, não controlam e sobre o qual nenhuma organização social pode dar-lhes o controle. A contradição entre a personalidade de cada proletário isolado e a condição de vida a ele imposta, o trabalho, tornam-se evidentes para ele mesmo, pois ele é sacrificado desde a juventude e porque, no interior de sua própria classe, não tem

chance de alcançar as condições que o coloquem na outra classe (1979, p.120)

Não se pode, para Marx, exercer uma apreensão científica da realidade sem lançar mão das categorias heurísticas de totalidade, mediação e contradição. Entretanto, um fenômeno determinado, também não se explica por si, mas precisa ser inserido e compreendido no seio das relações que estão na sua base que o engendram e determinam, que são responsáveis pelas facetas que o fenômeno assume, metamorfoseia-o para que se reproduza. A relação de dominação, fruto do patriarcado, emerge de uma relação-material-histórica-cultural determinada. Esta é vinculada a um determinado desenvolvimento das forças produtivas e a forma trabalho a ela correspondente que determina a sociabilidade política, social e cultural que assegura, pelas modificações, a reprodução do próprio capital.

Partimos da ideia que a centralidade está na classe, mas que esta busca pela totalidade não pode ignorar as diferenças da constituição dos sujeitos que compõem este universo, neste caso específico a mulher trabalhadora e a dominação que recai sobre ela que tem no patriarcado um de seus fenômenos explicativos. Sabemos que o capitalismo até pode aceitar algumas flexibilizações, inclusive algumas reivindicações pautadas pelos movimentos feministas e por vezes até acatar algumas reformas parciais desde que se mantenham intocadas “as determinações estruturais fundamentais da sociedade como um todo, em conformidade com as exigências inalteráveis da lógica global de um determinado sistema de reprodução” (MÉSZÁROS, 2005, p.25).



Falamos dos traços fundamentais para a lógica vigente, aqueles sobre os quais não é possível alcançar quaisquer reformas e que, exatamente pelo seu caráter inelutável, pela impossibilidade das reformas estruturais se torna tão necessária a revolução socialista (TUMOLO, 2015). Caso fosse possível estabelecer reformas, no sentido de enfraquecer a necessidade da exploração, do trabalho produtivo de valor, do fim das classes sociais não seria, pois, necessária a revolução que possibilitará o fim de todos os males- a propriedade privada dos meios de produção - neste caso poderíamos declarar o capital como o fim da história da humanidade. Porém, em sua lógica orgânica de reprodução, o capital não tem escolha se não destruir uma fatia imensa da humanidade em virtude de satisfazer sua sede de lucro, o que torna a emancipação humana incompatível. Em simultâneo, precisa se modificar e adequar às reivindicações da classe trabalhadora fazendo concessões onde não lhe seja vital. Duvidamos, no entanto, que o capital empreenda um movimento no sentido de anular por completo essas dominações específicas.

Vale salientar que, apesar das tendências apontadas entre os fatores direcionados para a “libertação da mulher de seu estranhamento na relação com o homem” (LUKÁCS, 2013, p.611), não podemos cair na ilusão que o simples fato das conquistas legais se expresse, simultaneamente na vida cotidiana e na mudança de valores culturais. Não obstante, obedecendo à lógica de que temos que historicizar nossos temas e, compreendendo a liberação individual não como qualquer expressão fenomênica a-histórica, mas antes, inscrita na sociedade de classes que é a sociedade capitalista, na qual a formação do ser humano se dá, necessariamente, por uma forma trabalho, que nega a própria

concretização desse sujeito e, por seu lado sua afirmação cultural e social passa pela negação da subsunção do trabalho ao capital.

Pois, são várias, ainda, as dominações que recaem sobre as mulheres e as propostas de retrocessos estão sempre à espreita<sup>78</sup>. Não podemos afirmar, ainda, que assistimos a um cancelamento geral da dominação patriarcal. Se, por um lado verificamos uma tendência a igualar as condições objetivas das trabalhadoras em relação aos trabalhadores, por outro lado, a relação nas esferas extra econômicas, como na família, na base da cultura e, principalmente, no campo da sexualidade a situação de disparidades entre mulheres e homens são bem mais visíveis. Referimo-nos aqui aos níveis gritantes de violência contra a mulher que assolam inclusive países onde as diferenças salariais entre mulheres e homens praticamente não existem, das designadas tarefas do cuidar da família que recaem em sua maioria sobre as mulheres, nos vários tipos de violência psíquica, física chegando ao estupro de que mulheres são vítimas cotidianamente e cuja

---

<sup>78</sup> Podemos citar como exemplo o projeto de lei 478/07 dos deputados Luiz Bassuma (PT/BA) e Miguel Martini (PHS/MG), com a colaboração da deputada Solange Almeida (PMDB/RJ), que cria o estatuto do Nascituro. Este projeto propõe conferir “ao embrião personalidade jurídica desde o momento da concepção, criminalizando o aborto em qualquer condição, mesmo que a gravidez traga risco de morte à mulher ou seja resultado de estupro [...] Prevê, ainda, pena de 1 a 3 anos para a mulher que interromper a gravidez e detenção de 6 meses a 1 ano e multa a qualquer manifestação pública a favor da legalização do aborto. O PL já foi aprovado na Comissão de seguridade e família e está tramitando por Comissões da câmara” (MONCAU, p. 9 2012) O projeto ainda “ prevê um salário mínimo mensal durante 18 meses para a mulher grávida por estupro que não interromper a gravidez, e MP577” (Caros amigos, 2012, p.21).

punição, em razão da sujeição sexual que durante milênios vem marcando a constituição do sujeito feminino, faz-se difícil.

Assim, transformar radicalmente costumes medularmente enraizados no cotidiano não será tarefa fácil é “preciso que a sociedade se empenhe na eliminação de uma mentalidade habituada a promover a inferiorização de fato da mulher. Esta complexa tarefa não é trabalho de uma geração, mas de várias” (SAFFIOTI, 2013, p.). Nesse sentido, se a luta pela igualdade na venda de força de trabalho é crucial, o confronto contra determinados valores tradicionais não é, também, menos importante, assim,

A igualdade deve, portanto, ser conquistada sobretudo no terreno específico de sua confiscação, no terreno da própria sexualidade. A sujeição sexual da mulher certamente constitui uma das bases mais fundamentais de sua sujeição em geral, tanto mais que as atitudes humanas que lhe correspondem não só desempenham um papel importante no mundo de representações e paixões dos homens, mas no decorrer de milênios penetraram profundamente na própria psicologia da mulher e se incrustaram ali (LUKÁCS, 2013, p.611).

Desse ponto de vista, se as novas exigências do capital abriram janelas para as mulheres, o espectro da desumanidade capitalista que atravessa todas as relações sociais deixou sua marca nas relações de mulheres e homens, sendo responsável por uma moral sexual e de relações afetivas que responde muito mais às necessidades da propriedade que às responsáveis pela felicidade do indivíduo. Sendo

assim, a perpetuação desta dinâmica exerce uma importante contribuição na conformação de nosso caráter, pois ela é expressão,

[...] sensível de que o homem se torna simultaneamente *objetivo* para si e simultaneamente se torna antes um objeto estranho e não humano (*unmenschlich*), que sua externalização de vida é sua exteriorização de vida, sua efetivação a negação da efetivação (*Entwirklichung*), uma efetividade *estranha*, assim a suprassunção positiva da propriedade privada, ou seja, a apropriação *sensível* da essência e da vida humanas, do ser humano objetivo, da *obra* humana para e pelo homem, não pode ser apreendida apenas no sentido da *fruição imediata*, unilateral, não somente no sentido da *posse*, no sentido do *ter*. [...] A propriedade privada nos fez tão cretinos e unilaterais que um objeto somente é o *nosso* [objeto] se o temos, portanto, quando existe para nós como capital ou é por nós imediatamente possuído, comido, bebido, trazido em nosso corpo, habitado por nós etc., enfim, *usado*. (MARX, 2012, p.108).

Logo, “Séculos de barbárie o geraram e lhe conferiram forma, e agora ele está aí diante de nós como um sistema coerente, cujo princípio é o mundo desumanizado”. (MARX, 2010, p.66).

Neste âmbito, a impossibilidade do acesso aos meios de produção a grande parte da população mundial imprimiu no ser social que age no bojo da sociedade baseada na propriedade privada uma forma reificada de ser que se relaciona através da maneira estranhada com outros seres humanos e consigo mesmo, em que “o ato de estranhar outro ser humano necessariamente acarreta também o próprio estranhamento” (LUKÁCS, 2013, p.597). Dificilmente, no seio das relações capitalistas, poderemos concretizar relações plenas, completas e

não degradada, mas não só para as mulheres, e sim para todos os seres humanos, pois,

[...] incluindo a relação entre homem e mulher, costuma se efetuar por meio de formas estranhadas, ou seja, que uma série de formas de estranhamento são componentes necessárias do desenvolvimento até aqui e só poderão ser superadas no comunismo real (LUKÁCS, 2013, p.598).

Nessa mesma linha de reflexão, Kollontai, ao se debruçar sobre as relações de classe e a situação das mulheres, traz à tona uma reflexão interessante sobre a ideia de posse e configuração sócio histórica do sujeito imbricada à propriedade privada. Assim como a sobreposição da posse impede a liberdade física e psíquica dos que se relacionam, não por raras vezes essa forma deletéria de sociabilidade se manifesta em convivências doentias ou violentas de relacionamentos, que de acordo com Kollontai (2007, p.34),

A forma atual do matrimônio legal não faz mais, portanto, do que empobrecer o espírito e não contribui de modo algum para a acumulação da humanidade de reservas desse grande amor que foi a profunda nostalgia de toda a vida do gênio russo Tolstoi.

Nesse sentido que Kollontai (2007, p.61) vai afirmar que,

O segundo fator que deforma a mentalidade do homem contemporâneo e que agrava a crise sexual é a ideia de desigualdade entre os sexos, desigualdade de direitos e desigualdade no valor de suas sensações psicofisiológicas. A moral dupla, característica do código burguês e do código aristocrático, envenenou durante séculos a psicologia de homens e mulheres e tornou muito mais difícil livrar-se de sua influência venenosa do que das ideias referentes à propriedade de um

esposo sobre o outro, herdadas da ideologia burguesa.

Ela considerava que a base objetiva sobre a qual se erguem as relações nesta sociedade, é uma base antagônica à concretização de condutas nas relações não destrutivas ou doentias, em referência aos casais. Pois,

[...] o absolutismo da posse encerra, irremediavelmente, a presença contínua desses dois seres, associação que é tão doentia para um como para o outro. A ideia de posse não deixa livre o eu, não há momento de solidão para a própria vontade. [...]. A presença contínua, as exigências inevitáveis que se fazem ao objeto possuído são a causa de como um ardente amor se transforma em indiferença, essa terrível indiferença que leva dentro de si raciocínios insuportáveis e mesquinhos. (KOLLONTAI, 2000, p.33-34).

Como vimos, a expropriação do produto do trabalho e do tempo de trabalho e, também a fragmentação do humano que na lógica de subordinação ao capital não pode existir como sujeito completo, “concreto” (LUCKÁCS, 2013). Este sujeito, por sua vez “só pode manifestar-se no plano real em cada relação individual entre um homem concreto e uma mulher concreta” (LUKÁCS, 2013, p.613), ou seja, pelo fim da sociedade de classes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Sem dúvida, a arma da crítica não pode substituir a crítica das armas, a força material não pode ser abatida senão pela força material, mas a teoria, desde que ela se apodere das massas, também se torna uma força material. A teoria é capaz de se apoderar das massas desde que ela demonstre ad hominem, desde que ela se torne radical. Ser radical é tomar as coisas pela raiz. Ora, a raiz para o homem, é o próprio homem [...] ao anunciar a dissolução da ordem anterior do mundo, o proletariado não faz mais que enunciar o segredo de sua própria existência, pois ele é a dissolução de fato dessa ordem.*

(Marx, 1848)

O resultado deste trabalho expressa o percurso adotado ao longo da caminhada empreendida na dissertação. Tínhamos como proposta inicial da dissertação alguns pressupostos que incorporavam a ideia da coexistência e estruturalidade do patriarcado na sociedade capitalista, de maneira a explicar a relação entre dominação e exploração. Nessa lógica, pensar o fim do patriarcado seria impensável, pois como pilar universal existiria enquanto o capital existisse. Nesse plexo de compreensão, de que o capitalismo em sua expansão não só mantém o patriarcado, como o acirra, seria impossível ao capital incorporar as pautas voltadas para reformas que de alguma forma afetassem o patriarcado. Partindo dessa análise, entendíamos que lutar contra o patriarcado seria erguer uma bandeira revolucionária, no sentido de que significaria o desabar da ordem vigente. Consoante,

fomos caminhando e incorporando novos elementos, principalmente referentes às leis principais que regem o movimento do capital impressas na obra *O Capital* de Marx, começamos, também, a questionar alguns dos pressupostos que tínhamos como ponto de partida para as análises sobre o tema, dominação-exploração/capital-patriarcado. Essa postura nos empurrou para a necessidade de buscar novas respostas sobre o próprio papel do patriarcado na manutenção da exploração, em particular durante o período que terá sido um marco no ingresso na esfera produtiva por parte da força de trabalho feminina - o processo de reestruturação produtiva pós anos 70.

A busca por compreender essas modificações, na esfera do trabalho concreto, durante a revolução tecnológica implementada após a crise de 1970, exigiu de nossa parte um resgate de análises já realizadas, que tivesse em conta a dinâmica das contradições e singularidades desse momento. Encontramos esses alicerces teóricos tanto no legado teórico inscrito na obra *O Capital* de Marx quanto no feminismo socialista ou feminismo marxista. Entendemos, pois, que enquanto esta forma hodierna de produção social não for superada, o método fornecido pelo materialismo histórico continua a ser extremamente atual. Assim, o materialismo histórico mantém-se uma ferramenta importantíssima capaz de clarificar as leis que regem “o movimento contraditório do capital” (Marx, 1980, p.22), e essencial na apreensão e compreensão desta realidade histórica.

De forma muito resumida, podemos dizer que ao longo da dissertação, fez-se um esforço em:



a) Desvelar o caráter do trabalho que se subsume à sociedade do capital. Procuramos compreender como o capital faz uso de valores tradicionais em prol de seus interesses privados;

b) Destacamos as formas de expressão desta sociabilidade, que emerge da propriedade privada, com especial destaque para o patriarcado. Esta categoria de análise foi, ao longo de toda a dissertação, base essencial na captura do movimento das singularidades que se substanciam a particularidade da sociedade capitalista. Neste campo, justificamos através da análise da historicidade dos movimentos feministas, o porquê da adoção da categoria patriarcado em detrimento da categoria gênero;

c) Procuramos demonstrar a forma como o fator patriarcado e a inerente dominação que recai sobre as mulheres trabalhadoras se articula à lógica de expansão do capital em seu movimento de acumulação crescente, apontando possíveis tendências.

Vale ressaltar que as questões levantadas, os dados apresentados e as considerações descritas ao longo de toda a dissertação permitiram apontar algumas possibilidades explicativas sobre a realidade vigente com relação à configuração sexo/patriarcado e qual seu papel como fenômeno assessor ao capital em seu movimento de expansão.

Nesse sentido, e vinculando com o que foi descrito ao longo da dissertação - sem essa vinculação os pontos aqui sintetizados não farão qualquer sentido -, podemos descrever nossas conclusões da seguinte forma:

a) Os estudos empreendidos pelo campo feminista marxista se circunscreveram às conexões entre processos de trabalho em diferentes

tipos de atividade de formas de labor. O que, segundo nossa compreensão, acabou por enfatizar a especificidade de cada atividade singular exercida no processo de trabalho, marginalizando a forma de labor cuja centralidade está exatamente no trabalho produtivo como fenômeno universal e, portanto, na particularidade da sociedade do capital, por isso, estrutural e determinante.

A nova configuração que o trabalho concreto assumiu nesse solo histórico, nos levou a procurar desvendar de que forma o capital recorreu e recorre à força de trabalho feminina servindo-se de valores tradicionais de maneira a garantir a efetivação de sua acumulação privada, principalmente em momentos de crise cíclica. Portanto, a precarização do trabalho não é mais particularidade das trabalhadoras. O trabalho por contratos, com acesso anêmico aos direitos, ficou tão generalizado ao ponto que deixou de ser exceção para se tornar a regra, ou a forma “normal” de inserção no mercado de trabalho que atinge trabalhadores com os vários níveis de formação, desde os sem curso superior aos com nível de formação mais elevado. Então, em cada movimento para a saída das crises, o capital apresenta novas formas de organização do trabalho, que geralmente se expressam em relações trabalhistas cada vez mais degradantes para o sujeito que realiza o valor.

Ora, o patriarcado como fenômeno forjado da sociedade feudal, sofreu, no nosso entender, fortes metamorfoses. Podemos dizer que a própria propulsão ao lucro, por parte do capital, desferiu golpes naquela que é a célula *matter* da sociedade patriarcal, isto é, a família patriarcal. Ainda que a permanência do pacto familiar na sociedade burguesa se mantenha, no sentido em que pode assessorar “a manutenção do domínio do capital sobre a sociedade”(MÉSZÁROS,

2011, p.271), possibilitando “a perpetuação – e a *internalização* – do *sistema de valores*” (MÉSZÁROS, 2011, p. 271). Nesses termos, a família patriarcal é um mecanismo importante na expansão da lógica vigente, pois através deste dispositivo social, que permite reforçar a falsa ideologia de responsabilização moral dos sujeitos individuais (NETTO, 2013), remetendo-lhes a responsabilidade de problemas que têm raízes mais profundas, que o Capital e suas esferas de manutenção, como o Estado, se eximem dos efeitos provocados pela lógica de produção imposta. Entretanto, a família tem vindo a sofrer metamorfoses profundas desde a ruptura com a sociedade feudal, que provocou, “[...] por seu lado a desintegração da família camponesa patriarcal, e, de outro, um processo de urbanização historicamente sem precedentes.”<sup>79</sup> (ARRUZZA, 2015, p.45). Com isso, a família proletária se reformulou deixando de ser expressão da “[...] unidade de produção com um papel produtivo específico, geralmente organizado nas relações patriarcais específicas que prevaleciam na sociedade agrária prévia”. (ARRUZZA, 2015, p.45);

b) A partir dessas aquisições calçadas no método do materialismo histórico, compreendemos que, se num primeiro momento

---

<sup>79</sup> Vejamos os seguintes dados descrito por Fontes (2010), “Em 1950, a população urbana do mundo representava menos de 30% do total, chegando em 2007, a 50% da população mundial”, de acordo com o Centro Regional de Informação das Nações Unidas, atualmente 50% da população mundial vive em áreas urbanas e estima-se que em 2050 cresça para 66% da população mundial, “A população urbana a nível mundial tem crescido rapidamente passando de 746 milhões em 1950 para 3,9 mil milhões em 2014, A Ásia, apesar baixo nível de urbanização, aloja 53 por cento da população urbanizada a nível mundial, seguida da Europa com 14 por cento e a América Latina e nas Caraíbas com 13 por cento”. (acessado- <http://www.unric.org/pt/actualidade>).

de nossa análise parece haver uma relação estrutural entre patriarcado e capital, já num segundo momento da pesquisa, verificamos uma relação muito mais conjuntural entre patriarcado e capital, tendo a exploração como grande campo agregador dos indivíduos que compõem a classe. Ainda que não se trate de ignorar que o capitalismo lance mão de dominações e preconceitos culturalmente estabelecidos, em prol de seus interesses privados e, por isso, não podemos reduzir a análise da relação capital-trabalho à instância da classe sem ter em conta suas singularidades, porém a possibilidade de extração de mais valia acaba por ser um dos elementos centrais na definição da inserção da quantidade e qualidade da força de trabalho e não o sexo ou o valor social adicionado. Neste sentido, não nos parece que o capitalismo seja *à priori* contra o fim das dominações específicas, ou por outras palavras, não é tão evidente que diferenças específicas, como a diferença de sexo na exploração da força de trabalho seja estrutural à sociedade capitalista. Por isso, ainda que o patriarcado seja um fenômeno que conviva com a lógica do capital, exigie-se uma análise cautelosa no intuito de desmistificar seu real papel na engrenagem do desenvolvimento do capital até como forma de entender o lugar das reivindicações contra as dominações no terreno da luta de classes, na captura do movimento das contradições sociais e na elaboração de um projeto que não se limite a reformas paliativas, mas que se proponha à elaboração de um horizonte estratégico de caráter proletário.

A partir do percurso descrito, concluímos que é difícil atribuir ao patriarcado e dominação de sexo o mesmo patamar de determinação e universalidade que à categoria classe social ou exploração, até porque, o capitalismo não parece estruturalmente contra a incorporação do fim

dessas dominações, ainda que conjunturalmente se utilize desse fator como incremento positivo da produtividade. Note-se, que com a articulação classista das lutas feministas ao longo dos anos, a submissão que era tão característica nos primórdios do capital tem vindo a sofrer modificações, assim como a ocupação de postos de trabalho que não eram tradicionalmente femininos. Portanto, o grau de submissão das mulheres também está relacionado com “a correlação de forças entre as classes num determinado momento, que vai determinar se a força de trabalho está disposta a aceitar ou rejeitar o grau de exploração que é imposto”. (TOLEDO, 2005, p.45) Nesse mecanismo, a força de trabalho feminina é vista como uma força de trabalho submissa, o que, por sua vez, depende em muito da capacidade de organização da classe e do momento do movimento do capital;

c) Entendemos que a proletarização crescente das mulheres, pós anos 70, representou uma virada no lócus de vida das mesmas, situação que em médio prazo pode acarretar mudanças significativas tanto no *socius de ser mulher* como na ruptura com alguns de seus processos mistificatórios fomentados pela lógica patriarcal. Verificamos ,ainda, com a entrada em cena do capital, altera-se também, o papel da mulher no espaço da sociedade. Ao contrário de sociedades anteriores, o capital “luta por relações diretas e não mediadas por indivíduos, homens ou mulheres, que do ponto de vista do capital assumem a identidade abstrata do trabalho” (WOOD, 2013, p.209) composto por trabalhadores “livres” e iguais, na condição de indivíduos genéricos abstraídos de suas individualidades, mas valorizados em suas capacidades de engordar o sociometabolismo vigente.

Desta forma, o argumento da moral patriarcal, com peso determinante para que se resistisse ao ingresso massificado de mulheres no espaço do trabalho produtivo parece que tende cada vez mais a desaparecer como possibilidade real. Na esteira do colocado, parece-nos que, longe do capital se contrapor, em razão de valores tradicionais, ao ingresso massificado das mulheres no espaço produtivo, como defende Saffioti, não só incentivou essa feminização como se apropriou das bandeiras feministas, esvaziando-as de seu caráter mais combativo e manipulou-as positivamente a favor da acumulação privada. Aqui há uma questão que vem envolvendo a luta feminista na conquista de reformas nos limites do capital.

Movimentos que se uniram em torno de diversas bandeiras, das quais algumas foram conquistadas, tanto no espaço dos direitos trabalhistas, como mais recentemente, nos movimentos contra a ditadura “pela anistia política, por creches” (SOARES, 1994, p.12), oxigenaram-se as práticas políticas e agregaram-se novas cores às reivindicações. Reivindicou-se direitos sobre a decisão de ter ou não ter filhos, o resgate de sua sexualidade e a luta pelo direito à interrupção da gravidez, exigiu-se a punição dos assassinatos contra as mulheres e o reconhecimento destes como crimes contra o sexo feminino, como é o caso da Lei Maria da Penha n.11.340 – 2006, que cria mecanismos legais contra a violência contra a mulher, mais recentemente a lei contra o feminicídio. Reivindicou-se a formação obrigatória para a igualdade de gênero nas escolas. Logrou-se consolidar a constituição de fóruns e organizações internacionais que tem por foco os direitos das mulheres. As cotas referentes aos direitos políticos das mulheres que no Brasil foi assinada em 2009, e a representação de cargos de comando. Em países

como Suécia<sup>80</sup> existe uma lei de paridade para as lideranças das empresas.

Em decorrência, a mulher goza atualmente, na maioria dos países ocidentais, de todos os direitos legais conferidos aos homens. Ainda assim, a consecução dos direitos políticos e do avanço no campo das políticas públicas focadas na igualdade de gênero não teve por desfecho uma inércia geral do feminismo. Não obstante, “as táticas de luta sofreram, evidentemente, mudanças consideráveis como resultado natural da participação das mulheres nos parlamentos” (SAFFIOTI, 2013, p.189). Esse cenário possibilitou ao mesmo tempo conquistas

---

<sup>80</sup> Num artigo recente intitulado – *Como a igualdade de gênero fez da Suécia um país mais rico*, publicado pelo jornal público português- [www.publico.pt](http://www.publico.pt). A Suécia é um país exemplar na conquista por direitos para as mulheres, que em cada ano têm vindo a acumular ganhos reais. O mais interessante que apenas, a partir dos anos 90 é que as suecas começaram a ver seus direitos a crescer ao ponto de, atualmente sua condição de trabalhadoras quase se equipara à dos homens. Os últimos passos referem-se ao direito de licença maternidade e paternidade dividida de forma igualitária, caso o casal assim o deseje, ainda a inserção de uma disciplina obrigatória sobre igualdade de gênero desde a primária e a proibição de publicidades que focam em estereótipos de gênero como as vinculadas à propaganda de brinquedos infantis, alcançaram cotas para cargos de direção em empresa (40% precisam ser obrigatoriamente femininos). A jornalista entrevistou uma das integrantes do atual governo sueco sobre a importância dessas pautas, ao que a ministra respondeu da seguinte forma: “Desde logo, o objectivo do crescimento económico. A possibilidade de usar toda a competência e capacidade da mão-de-obra existente — e havendo mais mulheres a sair das universidades com graus académicos, mais do que homens, temos de fazer uso desse investimento que se está a fazer nelas. Isto é bom para os indivíduos, mas também para toda a sociedade.”(acessado 04/01/2016). Uma resposta pragmática capaz de ilustrar, de certa forma, o espírito do capital. Nesse sentido, e na medida em que não se coloca entraves ao avanço do capital, parece não existir qualquer resistência intrínseca baseada em valores morais contra a integração igual das mulheres ao mercado de trabalho.

necessárias<sup>81</sup>, porém abriu brechas para o que viria a ser a institucionalização do movimento feminista, que fascinou principalmente os movimentos de caráter liberal, que concordaram em limitar suas reivindicações quer a conquista do voto universal, quer a metas individualistas vinculadas a postos de destaque na sociedade capitalista. São reivindicações que estão longe de insinuar uma afronta real ao sistema vigente, até porque se limitam aos contornos das conquistas possíveis no interior da democracia representativa, sem questionar o significado de uma democracia dentro de um sistema intrinsecamente antagônico a qualquer possibilidade de realização da igualdade real e, ainda menos, na concretização da emancipação humana. Realmente, o capitalismo tende a incorporar algumas bandeiras vinculadas às reivindicações de direitos iguais nas esferas da produção e da política, de forma não só a mistificar ainda mais as relações de classe, como a pulverizar a classe em mosaicos infinitos. São mosaicos compostos por grupos individuais, cujas expressões categoriais se limitam a expressar o imediato e aparente desta compreensão da realidade, qual tende a corresponder uma prática militante “empirista,

---

<sup>81</sup> Ora, não negamos a importância da contribuição destes movimentos “pós” nas conquistas democráticas, pois tem sido instrumentos políticos essenciais para alavancar algumas reformas necessárias. Inegavelmente movimentos, feministas. Serviu como base a muitas lutas, pós Maio 68, contra a repressão sexual e a família monogâmica patriarcal. Questionou-se a heteronormatividade, promoveu-se a desnaturalização da moral, principalmente de questões como a separação entre sexo e reprodução o que contribuiu para a introdução de contraceptivos. Na cultura deu-se uma explosão de questionamentos da imagem estereotipada da mulher. Grandes movimentos que em uníssono clamavam pelo direito ao aborto.



reiterativa, paliativa e burocrática” (NETTO, 1990, p.117), fazendo do direito à cidadania sua meta maior.

Entretanto, ainda que com algumas críticas, não negamos a importância de se pesquisar sobre as particularidades do todo complexo que compõe a realidade social, pois, o caminho que impede a emancipação feminina não é atravessado “meramente” pelas relações diretamente de produção, até porque implica todo o conjunto da vida social. Parte dos limites são colocados pelas relações e resquícios que advém das formações patriarcais, ainda que, de forma subsumida ao capital, empurram a mulher para as responsabilidades domésticas, o que dificulta, inclusive, um maior comprometimento por parte das trabalhadoras com os movimentos de organização da classe, pois,

Enquanto o relacionamento vital entre homens e mulheres não estiver livre e espontaneamente regulado pelos próprios indivíduos em seu “microcosmo” autônomo (mas de maneira alguma *independente* da sociedade) do universo histórico interpessoal dado, com base numa *igualdade significativa* entre as pessoas envolvidas – ou seja, sem a imposição dos ditames sócio-econômicos da ordem metabólica social sobre eles- não se pode sequer pensar na emancipação da sociedade da influência paralisante que evita a auto-realização dos indivíduos como seres sociais particulares (MÉSZÁROS, 2011, p. 268).

São fenômenos de suma complexidade e, portanto, estamos longe de esgotar o debate sobre estas relações que atravessam o terreno da luta de classes hodiernamente. Certamente, muito ficou por ser estudado e aprofundado sobre o tema dominação/exploração da força de trabalho feminina.

Trata-se de uma discussão que traz uma imensa gama de cores e, sem dúvida, tem vindo a enriquecer o debate e a produção teórica que se debruça sobre o movimento de emancipação das mulheres e dos trabalhadores em geral. Por seu lado, o movimento que poderá levar à revolução conta com a contribuição de vários fatores, entre eles a análise sobre a realidade, já que “o conhecimento da realidade é diretamente proporcional à possibilidade de sucesso do empreendimento revolucionário, ou seja, quanto mais e melhor conhecemos a realidade, maiores serão suas chances e vice-versa” (TUMOLO, 2011, <http://www.scielo.br/scielo>, acessado 12/04/2015).

Neste cenário, como articular a mediação universal da luta de classes com a mediação específica da luta pela emancipação feminina?

No texto *Salário, preço e lucro* de 1860, em resposta ao operário Weston, membro da I Internacional, Marx defendeu a importância do avanço tático por reformas na conquista de melhores salários, na medida, em que atacava a acumulação capitalista. Entretanto, no mesmo texto, expressa os limites e impasses contidos na luta que se limita a reformas parciais, pois se lutava contra os efeitos “mas não com as causas desses efeitos; que está a retardar o movimento descendente, mas não a mudar sua direção; que está a aplicar paliativos, mas não a curar a doença” (1985, p.78). O objetivo estratégico pela emancipação humana exige ao mesmo tempo lutar contra as dominações, mas, também pela superação de sua própria condição de classe, pela superação da forma trabalho que se subsume ao capital e, portanto, a energia das organizações que servem de eixo agregador dos trabalhadores em sua emancipação não pode esquecer o horizonte estratégico “como alavanca para a emancipação final da classe operária,

isto é, para a abolição última do sistema de salários” (MARX, 1985, p.78).

Verificamos assim, que a conquista pelas reformas parciais não se confundem com a emancipação, restringem-se a conquistas conjunturais, em que a melhoria das condições de vida dos trabalhadores até pode se concretizar, mas sempre em condições mínimas e em momentos muito pontuais da conjuntura sócio-histórica-econômica. Portanto, “sua realização depende do contexto histórico da correlação de forças e da flexibilidade tática das classes em luta” (TUMOLO, 2013). Assim, em razão das circunstâncias impostas, as contradições estruturais e as tensões imanentes ao capital são insolúveis nesta mesma lógica de produção, parece-nos de certa veleidade projetar a luta emancipatória tendo como pilar central as dominações ou a simples resolução das mesmas, mas, ao mesmo tempo, é necessário ressaltar a importância de se denunciar, desvelar e combater estas dominações ainda antes da modificação estrutural da sociedade.

No sentido aqui delineado, as reformas estruturais são, pela própria lógica imanente ao capital, impossíveis de se realizarem em qualquer país do mundo, até porque nessas reformas estruturais reside o ataque aos pilares universais do capital. Além disso, quando analisamos a expansão capitalista, verificamos que o seu avanço e o constante desenvolvimento das forças produtivas longe de ter contribuído para a emancipação humana, pelo contrário, agravou ainda mais as condições de vida dos trabalhadores, não apenas a condição de sobrevivência física, mas levou inclusive ao aprofundamento das reificações do indivíduo frente ao mundo,

A expansão do capital-imperialismo reduz as conquistas para o conjunto da classe trabalhadora no mundo, submetendo-a ainda mais agressivamente ao mercado, e tende a avassalar a própria vida humana. Socializa crescentemente o processo de produção de mercadorias, mas expropria as conquistas que foram historicamente arrancadas em diversos países. Agudizam-se as contradições entre a existência humana no planeta e a acumulação (FONTES, 2010, p.369).

No contexto assinalado, de uma sociedade onde o nosso ser, agir e pensar está condicionado pelas relações desumanizadoras do trabalho é de se supor “uma subversão fetichista do real estado das coisas dentro da consciência” (MÉSZÁROS, 2005, p.59). A esta forma reificada de existir vai corresponder todo um conjunto de valores determinado pelas imposições da ordem de produção.

Esta realidade se opõe frontalmente à emancipação humana como processo de “efetivação de realização dos Homens” (LUKÁCS, 2013, p.611). Então, ainda de acordo com o mesmo autor, nesta forma de igualdade circunscrita aos muros do capital a emancipação da mulher não se resolve com a igualdade política ou jurídica em relação aos homens de sua classe, ela “envolve dimensões profundas da condição de se tornar humano.” (CISNE, 2014, p.116). Grosso modo, a emancipação da mulher deve, caso haja a pretensão de que seja verdadeira e plena (SAFFIOTI, 2013), ser percebida no âmbito de uma dimensão da luta de classes, não apenas limitada ao estudo da categoria gênero, patriarcado ou sexo.

Nesse sentido, e como insistiu Marx em *A questão Judaica*, não se pode confundir emancipação política com a verdadeira emancipação humana. A primeira representou um avanço em relação as

formas anteriores que apartavam o indivíduo não proprietário de qualquer decisão da esfera pública, porém limita-se na sociedade da propriedade privada dos meios de produção ao direito abstrato de igualdade no acesso à cidadania que camufla uma desigualdade real entre os Homens,

Nesse sentido,

[...] o direito humano à libertação não se baseia na vinculação do homem com os demais homens, mas, ao contrário, na separação entre um homem e outro. Trata-se do direito a essa separação, o direito do indivíduo limitado, limitado a si mesmo. A aplicação prática do direito humano à liberdade equivale ao direito humano à propriedade privada. (MARX, 2010, p.49).

O desenvolvimento do movimento classista marxista, que objetiva culminar numa transformação histórica pela emancipação do ser humano só será possível para além dos muros do capitalismo, ou seja, numa sociedade onde o ser social se possa realizar em seu sentido não mais unilateral, mas sim omnilateral. Sabemos, no entanto, que uma transformação dessa magnitude só será possível se ousarmos na superação da sociedade capitalista rumo a uma sociabilidade inteiramente nova, cujos antagonismos de classes sejam dissolvidos pela igualdade real e, conseqüente, emancipação das/os novas/os mulheres e homens.

Ora, na totalidade da constituição do capital, e pelas razões expostas ao longo das seções, entendemos que é difícil supor que dentro do capitalismo seja possível a emancipação das mulheres da classe trabalhadora, ou o fim das dominações em geral. Lembramos que, o ser

social no interior do desenvolvimento histórico do capital e em decorrência da propriedade privada e da divisão social do trabalho constitui suas relações em,

[...] consequência imediata do fato de que o homem está alienado do produto de seu trabalho, da atividade de toda a sua vida, de sua espécie. [...] quando um homem se vê em face de si mesmo, ele se defronta com outro homem. O que aplica à relação do homem com seu trabalho, como produto de seu trabalho e consigo mesmo, também é válido para a relação do homem com outro homem, e com o trabalho de outro homem e o objeto de seu trabalho. Na realidade, a proposição de que a natureza da espécie do homem está alienada dele significa que um homem está alienado do outro, significa que todos eles estão alienados da essência humana (MARX, 2012, p.91).

Talvez, não seja possível o fim da conduta humana que passa pela apropriação do outro e sua niilização. Se o capital se opõe ao processo de emancipação das mulheres é sem dúvida verdade, mas, também não parece menos verdade que se oponha ao dos homens. A emancipação humana é antagônica ao capital, onde a liberdade dos expropriados se resume à liberdade de vender sua força de trabalho num processo de igualdade formal. Entretanto, entendemos que a raiz desta situação não se encontra tanto no fato de que o capitalismo coloque à priori obstáculos à supressão das dominações, mas talvez, porque dentro do capitalismo e sob a égide da propriedade privada dos meios de produção e da forma de trabalho dela decorrente, não seja possível emancipação de nenhum vendedor da força de trabalho. Por outras

palavras, a luta pela emancipação tem que exigir soluções não mais parciais, mas sim radicais e tem, obrigatoriamente, de ser capaz de destruir “completamente as condições da sua existência industrial e política, e, conseqüentemente, toda sua maneira de ser”. (MARX, 2007, p.123). De fato, para que a emancipação humana se torne possível a revolução é condição central. Várias situações conjunturais concorrem para que se criem as condições necessárias para a possibilidade revolucionária e o da atividade do capital.

Diante do descrito, sintetizamos algumas das ideias matriciais que conduziram nossas análises, de maneira a fornecer bases que possam de alguma forma contribuir na compreensão acerca das interconexões entre a luta pela emancipação da classe trabalhadora e o fim dos pilares fundamentais da produção e reprodução desta sociabilidade.

Lembramos que, “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas” (MARX, 1980, p.46), a humanidade não pode escolher as circunstâncias e a base material sobre a qual constrói as alternativas de seu desenvolvimento, mas pode agir sobre essa base e alterá-la radicalmente a ponto de restituir toda a emancipação aos trabalhadores que “constitui uma restituição do mundo humano e das relações humanas ao próprio Homem” (MARX e ENGELS, 2003, p.37). Quem sabe, talvez, novos e irreverentes tempos tragam a chave que permita dar início à verdadeira história da humanidade.





## REFERÊNCIAS.

A CLASSE NO OLHO DO FURACÃO. *Intersindical*. Cadernos de debates nº2, 2009.

A CLASSE EM LUTA PARA SAIR DO FURACÃO. *Intersindical*. Cadernos de debate nº4, 2012.

A ERA DA MULHER. Rev. *CAROS AMIGOS*., Edição especial, ano XV, nº55. Março, 2012.

ALAMBERT, Z. *Feminismo*. O ponto de vista marxista. São Paulo: Nobel, 1986.

ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. *O que é feminismo*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

ALVES, G. *Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório - O novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha*. Disponível em: [http://www.giovanialves.org/Artigo\\_GIOVANNI%20ALVES\\_2010.pdf](http://www.giovanialves.org/Artigo_GIOVANNI%20ALVES_2010.pdf). Acessado: 13/10/2015.

AMARANTE, M. Flora Tristan: jornalismo militante em tempo de revoltas. Rev. *katálysis* vol.13 no.1 Florianópolis Jan./June 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acessado: 04/11/2014.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo - Boitempo, 1999.

\_\_\_\_\_. *Adeus ao trabalho?* São Paulo, Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. *Adeus ao Trabalho?* São Paulo, Boitempo, 2000.

\_\_\_\_\_. *Afinal, o que é a classe trabalhadora hoje?* 2008. Estudos do Trabalho Ano II – Número 3 - 2008 Revista da RET Rede de Estudos do Trabalho [www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org).

ARAÚJO, A. Apresentação do dossiê gênero no trabalho. *Cadernos Pagu*, Campinas, Núcleo de estudos de gênero, Unicamp, n.17-18, (2001-2002).

ARRUZZA, C. *Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo*. Outubro, n. 23, p. 33-58-2015. Disponível em: <http://bit.ly/1IV8ss1>. Acessado em 07/08/2014.

BADIA, G. *Clara Zetkin*. Vida e obra. Expressão popular, São Paulo, 2003.

BALTAR, P. e PRONI, M. Sobre o regime de trabalho no Brasil: Rotatividade da mão-de-obra, emprego formal e estrutura salarial. IN: Oliveira, C e Mattoso, J. (Orgs.), *Crise e trabalho no Brasil*. Modernidade ou volta ao passado? São Paulo: Scritta/Página Aberta/Cesit, 1996.

BARRETO, M. Lesões por esforços repetitivos (LER): que danos causam no cotidiano das mulheres. In: OLIVEIRA, E. M, SCAVONE, L. (orgs.). *Trabalho, saúde e gênero na era da globalização*. Goiânia: Cultura e Qualidade, 1997.

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*, Vol.I e Vol.II. Quetzal editores, Lisboa, 2008.

BEBEL, A. *La Mujer*. En el pasado, en el presente, en el porvenir. Fontamara, Barcelona, Espanha, 1989.

BENTHAM, J. *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

BRAGA, R. Da ideologia do progresso técnico à crise da sociedade do trabalho. IN: *A ofensiva neoliberal, reestruturação produtiva e luta de classes*. Brasília: Sindicato dos eletricitários de Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. Luta de classes, reestruturação produtiva e hegemonia. IN: *Novas tecnologias: Crítica da atual reestruturação produtiva*. São Paulo, Xamã, 1995.

BRECHT, B. *Poemas 1913-1956*. (Org.) SOUZA, P. Editora 34, RJ, 2001.

BRUSCHINI, C. Gênero e trabalho no Brasil: Novas conquistas ou persistência da discriminação?. IN: ROCHA, M. I. B. *Trabalho e gênero: Mudanças, permanências e desafios*. São Paulo, Editora 34, 2000.

\_\_\_\_\_, *Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos*. Caderno de Pesquisa. vol.37 no.132 São Paulo Sept./Dec. 2007. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742007000300003>, acessado em 04/04/2015.

\_\_\_\_\_. LOMBARDI, M. R. *Trabalho feminino no Brasil no final do século: ocupações tradicionais e novas conquistas*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas (mimeo).

CARNEIRO, I. *Particularidades do trabalho feminino: um debate entre o patriarcado e a divisão sexual do trabalho*. Dissertação UFP, 2014.

CARVALHO, R. e SCHMITZ, H. O Fordismo está vivo no Brasil. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo: Cebrap, 1990, nº 27, p. 148-156.

CASTRO, M. *Marxismo, feminismo e feminismo marxista – mais que um gênero em tempos neoliberais*. *Revista Crítica Marxista*, n.11, 2000. Boitempo, SP.

CATANI, A. D. *Processo de trabalho e novas tecnologias*. Porto Alegre: Editora UFRGs, 1995.

\_\_\_\_\_. (org.). *Trabalho e tecnologia. Dicionário crítico*. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Editora da UFRGs, 1997.

CISNE, M. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo. Editora Cortez, 2015.

\_\_\_\_\_. *Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social*. São Paulo. Outras Expressões, 2012.

CORIAT. *Pensar pelo avesso*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

CRUZ, P.L. *Alexandra Kollontai: Feminismo e socialismo*. Alfa Ômega, São Paulo, 2011.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo*. 5. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1992.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. *A Situação do trabalho no Brasil*. São Paulo, 2001.

DIAS, E. Reestruturação produtiva e luta de classes: um prefácio. In: *A ofensiva neoliberal, reestruturação produtiva e luta de classes*. Brasília: Sindicato dos eletricitários de Brasília, 1996.

ENGELS, F. *Anti-During*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_. *A origem da família da propriedade privada e do estado*. Civilização brasileira, Rio de Janeiro, 1982.

\_\_\_\_\_. *A origem da família da propriedade privada e do estado*. Expressão Popular, São Paulo, 2012.

\_\_\_\_\_. *A situação da classe trabalhadora em Inglaterra*. Edições Progresso Lisboa-Moscovo, 1982.

FALCÃO, M; NETTO, J, P. *Cotidiano: Conhecimento e crítica*. Cortez Editora, São Paulo, 1987.

FERNANDES, F. *Movimento Socialista e partidos políticos*. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

\_\_\_\_\_. *História*, (orgs.). São Paulo: Ática, 1983.

FLEURY, P. F. Ambiente econômico e resposta empresarial. *O ajuste da indústria brasileira nos anos 90*, Policy Paper, nº19. Fundação Friedrich Ebert, ILDES, 1996.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. *Banco de dados sobre o trabalho da mulher*. São Paulo. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br>>. Acesso em: 6 fev. 2007.

FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Teoria e história. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 2010.

FORTES, R. O estranhamento da mulher na ontologia de Lukács: o problema da emancipação feminina na sociabilidade do capital. IN: *Ontologia e crítica do tempo presente*. Editora em debate, UFSC, 2015.

\_\_\_\_\_. Capital e trabalho: a nova dominação. IN: *A ofensiva neoliberal, reestruturação produtiva e luta de classes*. Brasília: Sindicato dos eletricitários de Brasília, 1996.

GARCIA, C. Os novos feminismos e os desafios para o século 21. *CULT*. Ano 18, Março 2015.

GITAHY, L. Na direção de um novo paradigma de organização industrial XIV Encontro Anual da ANPOCS'GT. *Processo de trabalho e reivindicações sociais*, 1994.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1968.

\_\_\_\_\_. Americanismo e Fordismo. IN: GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. 5.ed. RJ. Civilização Brasileira, 1984.

\_\_\_\_\_. *Escritos Políticos*. Rio de Janeiro. Civilização brasileira. 2004.

\_\_\_\_\_. *Escritos Políticos*. Rio de Janeiro. Civilização brasileira. 2005.

\_\_\_\_\_. *Caderno 11*. Introdução ao estudo da filosofia, 2002.

GOLDMAN, W. *Mulher, Estado e Revolução*. Boitempo, SP, 2014.

GORENDER, J. In: MARX, K, *O Capital*, Nova Cultural. SP, 1985.

\_\_\_\_\_. *Gênese e Desenvolvimento do Capitalismo no Campo Brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*. Loyola, São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. *O Enigma do capital*. Boitempo, São Paulo, 2013.

HELLER, A. *O Cotidiano e a História*. Paz e Terra. São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_, A. *Para mudar a vida, felicidade, liberdade e democracia*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1972.

HIRATA, H. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. Boitempo, São Paulo. 2012.

\_\_\_\_\_. *Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero*. In: Revista Latino-americana de Estudios del Trabajo, SP, ALAST, ano 4, nº7, 1998.

\_\_\_\_\_. *Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo*. IN: HIRATA, H (orgs). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

\_\_\_\_\_. *Globalização e divisão sexual do trabalho*. Cadernos Pagu, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero, Unicamp, n.17-18, (2001-2002).

\_\_\_\_\_. *Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão*. Caderno CRH, Salvador, v.24, n.spe 01, 2011.

\_\_\_\_\_; KERGOAT, D. *A classe operária tem dois sexos*. Estudos feministas. 93. N. 1/94, 2007.

\_\_\_\_\_. *Novas Configurações da divisão sexual do trabalho*. Cadernos de pesquisa, v.37, n 132. Set/dez/ 2007.

HIRATA, H & LE DOARÉ, H. Os paradoxos da globalização. *Cadernos Sempreviva*, São Paulo, Sempreviva Organização Feminista (SOF), 1999.

IASI, M. Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora. In: SALAVADOR, E. et al (orgs). *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012.

\_\_\_\_\_. *Poemas e reflexões pedestres*. SP: Instituto Caio Prado Jr, 2014.

\_\_\_\_\_, *As metamorfoses da consciência de classe: O PT entre a negação e o*

consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

\_\_\_\_\_. *Três crises...falta uma*. In: blogdaboitempo. Publicado, 2015/08/12.

\_\_\_\_\_. *De onde vem o conservadorismo?*. In: blogdaboitempo. Publicado, 15/04/2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Notas técnicas: síntese de indicadores sociais 2003*. Rio de Janeiro, 2007.

\_\_\_\_\_. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Estudos & pesquisas informação demográfica e socioeconômica, 2012.

\_\_\_\_\_. *Algumas características da inserção das mulheres no mercado de*

*trabalho*. <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoer>

[endimento/pme\\_mulher/Suplemento\\_Mulher\\_2008.pdf](#). Acessado em: 26/ 04/ 2015.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios (PNAD): Síntese de indicadores 2013*. IBGE, 2014.

\_\_\_\_\_. Sobre porcentagem de mulheres no mercado de trabalho, <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerend/2011>.

KERGOAT, D. *Da divisão do trabalho entre os sexos*. SP:USP, 1987.

\_\_\_\_\_. Da divisão do trabalho entre os sexos. In: *Divisão capitalista do trabalho*, org. Helena Hirata. Revista Tempo Social, São Paulo, 2. 2009.

\_\_\_\_\_. *Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais*. Novos estudos, Cebrap, nº86, março, 2010.

KLEIN, L. *A produção do GT Trabalho e Educação e suas interlocuções com a Educação Básica: uma demanda (des) atendida?* In: RAMOS, F. B.; PAVIANI, N; AZEVEDO, T. (orgs). *A pós-graduação e suas interlocuções com a Educação Básica: múltiplos olhares*. Caxias do Sul: EDUCS; São Leopoldo, Casa Leiria. 2012.

KOLLONTAI, A. *Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada*. São Paulo, Sundermann, 2007.

\_\_\_\_\_. *A nova mulher e a moral sexual*. Expressão popular, São Paulo, 2007.

KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Paz e terra, Rio de Janeiro, 1969.

KOSIK, K. *Dialética do concreto*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

LE MONDE DIPLOMATIQUE. Versão brasileira, ano 8/ Número 94.

LESSA, S. *Mundo dos homens: Trabalho e Ser Social*. Instituto Lukács, São Paulo, 2012.



\_\_\_\_\_, *Abaixo a família monogâmica!* Instituto Lukács, São Paulo, 2012.

Lênin, V. I. **O Imperialismo**, fase superior do capitalismo. In *Obras Escolhidas*, vol. V., Moscou: Editorial Progresso, 1976.

\_\_\_\_\_, V. I. *Cadernos sobre a dialética de Hegel*. Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.

\_\_\_\_\_. A mulher hoje. In: \_\_\_\_\_; MARX, K; ENGELS, F. *Sobre a mulher*. São Paulo: Global, 1979.

LUKÁCS, G. *Existencialismo ou marxismo*. São Paulo: Senzala, 1967.

\_\_\_\_\_. *Para uma ontologia do ser social*. Vol. I. Boitempo, São Paulo, 2013.

\_\_\_\_\_. *Para uma ontologia do ser social*. Vol. II, Boitempo, São Paulo, 2013.

LUXEMBURGO, R. A proletária, in: LOUREIRO, M. (org.). *Rosa Luxemburgo*. textos escolhidos, vol.1. São Paulo, editora unesp, 2011.

\_\_\_\_\_, Direito de voto das mulheres e luta de classes. In: LOUREIRO, M. (orgs.). *Rosa Luxemburgo*, textos escolhidos, vol.1, org: Loureiro. São Paulo, editora unesp, 2011.

\_\_\_\_\_. *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. SP: Nova Cultural, 1985.

MACIEL, D. FARIA, P. Crise do capital, dominação burguesa e alternativas dos trabalhadores. IN: *A ofensiva neoliberal, reestruturação produtiva e luta de classes*. Brasília: Sindicato dos eletricitários de Brasília, 1996.

MANACORDA, M. *Marx e a Pedagogia Moderna*. São Paulo, Cortez Editora, 1987

\_\_\_\_\_. *Marx e a Pedagogia Moderna*. São Paulo, Cortez Editora, 1996.

MANDEL, E. *A crise do capital*. SP, UNICAMP, 1990.

\_\_\_\_\_. *O capitalismo tardio*. México: edições Era, 1972.

MARTINS, J. *Os limites do irracional: globalização e crise econômica mundial*. São Paulo: Fio do Tempo, 1999.

MARX, K & ENGELS, F. *A ideologia Alemã*. São Paulo, Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. *A Ideologia Alemã I*. Lisboa, Editorial Presença. 1980.

\_\_\_\_\_. *A ideologia Alemã*. Presença; Martins Fontes, Lisboa, 1985 v.1 e v.2.

\_\_\_\_\_. *A sagrada Família*. Boitempo, São Paulo. 2003.

\_\_\_\_\_. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo – Expressão Popular, 2008.

MARX, K. Prefácio In: *Contribuição à Crítica da Economia Política*. SP. Abril Cultural 1977.

\_\_\_\_\_. *Miséria da filosofia*. Livraria Ciências Humanas, São Paulo: 1982.

\_\_\_\_\_. *Crítica da filosofia do direito de Heguel*. SP, Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. *Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel*. Introdução. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

\_\_\_\_\_. *O Capital: livro I e II*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

\_\_\_\_\_. Capítulo VI (inédito) d'O Capital. Editora Escorpião 12, Porto – PT, 1984.

- \_\_\_\_\_. *O Capital*. V.1.t.1. São Paulo: Abril Cultural, 1983
- \_\_\_\_\_. *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1989.
- \_\_\_\_\_. *O Capital*: livro I. São Paulo: Nova Cultural, (V. I T.I e V.I. T.II), 1987.
- \_\_\_\_\_. *Crítica ao programa de Gotha*, in: Obras escolhidas. São Paulo: Alfa-Omega,s.d, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Crítica do Programa de Gotha*. Edições Avante, Lisboa, 1977.
- \_\_\_\_\_. *A Miséria da Filosofia*. SP: Ecala, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Grundrisse*. Boitempo, São Paulo, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Sobre a questão judaica*. São Paulo, Boitempo, 2010.
- \_\_\_\_\_. O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte. *Obras Escolhidas*. (Org). José Barata-Moura. Lisboa: Editorial Avante! v.2, 1983b.
- \_\_\_\_\_. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Boitempo, São Paulo, 2012.
- MÉSZÁROS, I. *A educação para além do capital*. São Paulo, Boitempo, 2005.
- \_\_\_\_\_, *O poder da ideologia*. São Paulo, Boitempo, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Para além do capital*. São Paulo, Boitempo, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Atualidade histórica da ofensiva socialista*. São Paulo, Boitempo, 2010.
- MIGUEL, L. F e BIROLI F. *Feminismo e Política*. Boitempo, São Paulo, 2015.
- MITCHELL, J. *A Condição da Mulher*. Editorial Anagrama, Barcelona, 1977.

MORAES, M. *A experiência de Francisco Campos: anos vinte e trinta*. Florianópolis: UFSC, 2000.

MORAES, V. *O Operário em Construção*. In: Nova antologia poética. Companhia de bolso, SP, 2013.

NÃO SOIS MÁQUINA! *Sindicato dos metalúrgico- intersindical*. Junho 2011.

NEVES, M. Cadeia automotiva: flexibilidade, precarização e relações de gênero. *Trabalho e Educação*, Revista do NETE/UFMG, Belo Horizonte, n. 8, p. 90-110, jan./jul. 2001.

\_\_\_\_\_. M. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero, in: ROCHA, M. I. (org). *Trabalho e gênero – Mudanças, Permanências e Desafios*. Campinas: ABEP, NEPO/Unicamp e Cedeplar, UFMG, São Paulo: Ed. 34, 2000.

\_\_\_\_\_, PEDROSA, C. *Gênero, flexibilidade e precarização: O trabalho a domicílio na indústria de confecções*. Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n. 1, p. 11-34, jan./abr 2007.

NEVES, M. *Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero*. Cadernos de Pesquisa v.43 n.149 p.404-421 maio/ago. 2013.

NETTO, J.P. Transformações societárias e serviço social: Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Serviço social e Sociedade*, n50. ANO XVII, abril, 1996.

\_\_\_\_\_. *Democracia e Transição Socialista*, escritos de teoria e política. Oficina de livros, Belo Horizonte. 1990.

\_\_\_\_\_. *Capitalismo monopolista e serviço social*. Cortez: são Paulo, 2011.

\_\_\_\_\_. *Ditadura e serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1990.

NOGUEIRA, C. *A feminização no mundo do trabalho*. Autores associados, São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. *O Trabalho duplicado*. A divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. Expressão Popular, SP, 2006.

\_\_\_\_\_. *A Feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e precarização*. Revista Espaço Acadêmico - Nº 44 - Janeiro de 2005. On-line: <http://www.espacoacademico.com.br/044/44cnogueira.htm>. Acesso em 10/06/2015.

\_\_\_\_\_. In: ARAÚJO, Uma conquista apenas parcial. *Caros Amigo: A era da mulher conquistas e desafios*. Ano XV, nº55, Março 2012.

\_\_\_\_\_. A precarização e a divisão sociosexual do trabalho. In: SILVA, J.; SANT'ANA, R.; LOURENÇO, E. *Sociabilidade Burguesa e Serviço Social*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2013.

OLIVEIRA, B. *A dialética do singular-particular-universal*. V encontro de Psicologia Social Unesp-Bauru, 2001.

OLIVEIRA, E. M. *Corpos saudáveis e corpos doentes na nova organização social do trabalho*. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP, CEDEPLAR/UFGM, 1998. (mimeo).

PATEMAN, C. *O Contrato Sexual*. Paz e Terra. RJ, 1993.

PINTO, C. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2003.

PORTAL BRASIL. *Cresce participação da mulher no mercado de trabalho*. Disponível em:<<Http://www.brasil.gov.br/governo/2013/03/cresce-participacao-da-mulher-no-mercado-de-trabalho>>Acesso em: 10 de Junho.2015.

RATTNER, Henrique. “Debate”. In: FERRETTI, Celso J. et al. (Orgs.), *Novas tecnologias, trabalho e educação: Um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 1994.

RUBIN, I. *A teoria marxista do valor*. São Paulo. Polis. 1987.

SAFFIOTI, H. *Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra as mulheres*. Série Estudos e Ensaios/Ciências Sociais/ FLACSO-Brasil-junho/2009.

\_\_\_\_\_. *Contribuições Feministas para o Estudo da Violência de Gênero*. Cadernos PAGU. n. 16. 2001.

\_\_\_\_\_. *A mulher na sociedade de classes: Mito e Realidade*. São Paulo – Expressão Popular, 2013.

\_\_\_\_\_. *O poder do macho*. São Paulo: Editora Moderna. 4. Ed. 1990.

\_\_\_\_\_. Rearticulando Gênero e Classe Social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

\_\_\_\_\_. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. *Lutas sociais*, São Paulo, Xamã, 1997.

\_\_\_\_\_. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAMBO, P. *Uma luta de todas as mulheres*. In: Caros Amigos, edição especial. Ano XV, n.55. Março 2012.

SARTRE, P. *Crítica de La razón dialética*, Buenos Aires, Losada, 1963, 2 vols.

SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, Recife: SOS Corpo, 1991.

SOARES, V. Movimento feminista: Paradigma e desafios. Revista: *Estudos feministas*, UFSC, 1994, Florianópolis.

SOUZA-LOBO, E. *A classe operária tem dois sexos*. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2011.

TOLEDO, C. *Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide*. Cadernos Marxistas, São Paulo, Xamã, 2005.

TUMOLO, P. O trabalho na forma social do capital e o trabalho como princípio educativo: Uma articulação possível? *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 26, n. 90, p. 239-265, Jan./Abr. 2005. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

\_\_\_\_\_, Trabalho, vida social e capital na virada do milênio: Apontamentos de interpretação. *Educ. Soc.*, Campinas, vol.24, p.159-178, abril 2003. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

\_\_\_\_\_, *Trabalho, educação e perspectiva histórica da classe trabalhadora*: continuando o debate. *Rev. Bras. Educ.* vol.16 no. 47 Rio de Janeiro May/Aug. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>.

\_\_\_\_\_, *Da contestação à conformação*. Editora Unicamp, São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_, *Da subsunção formal do trabalho à subsunção real da vida social ao capital: apontamentos de interpretação do capitalismo contemporâneo*.

[http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2000/Aprendizagem\\_e\\_conhecimento/Comunicacao/12\\_38\\_03\\_3176.pdf](http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2000/Aprendizagem_e_conhecimento/Comunicacao/12_38_03_3176.pdf), acessado em 22/03/2015, 2000.

\_\_\_\_\_. Educação e marxismo: a educação da perspectiva da classe trabalhadora In: **Sociedade, subjetividade e educação**: perspectiva marxista e frankfurtiana. 1. ed. Campinas : Alínea, 2011, v.1, p. 25-42.

\_\_\_\_\_. *Movimentos sociais, educação dos trabalhadores e transformação social: anotações de uma discussão polêmica e inconclusa*, 2013 (mimeo).

UNITED NATIONS. Division of Advancement of Women. *Convention on the elimination of all forms of discrimination against women: country reports – Japan, France*. Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/reports.htm>>. Acesso em: 17 de Junho 2015.

WOOD, E. *Democracia contra capitalismo: A renovação do materialismo histórico*. Boitempo, SP, 2013



## ANEXO

IMAGEM I (*apud* BRUSCHINI, 2007),

TABELA 8  
ENSINO SUPERIOR: CONCLUINTE DO SEXO FEMININO  
SEGUNDO AS ÁREAS DE CONHECIMENTO NO BRASIL

Área de Conhecimento	Concluintes					
	1994			2005		
	Total	Mulheres	parcela feminina (%)	Total	Mulheres	parcela feminina (%)
Brasil	245.887	150.339	61,1	717.858	446.724	62,2
Educação	26.158	24.119	92,2	199.392	161.695	81,1
Humanidades e artes	26.323	20.630	78,4	24.810	16.108	64,9
Ciências Sociais, negócios e direito	100.979	55.298	54,8	277.572	150.958	54,4
Ciências, matemática e computação	30.175	17.657	58,5	56.436	22.061	39,1
Engenharia, produção e construção	19.491	5.081	26,1	36.918	10.892	29,5
Agricultura e veterinária	5.274	1.671	31,7	11.874	4.834	40,7
Saúde e bem-estar social	35.687	24.621	69,0	90.610	66.600	73,5
Serviços	1.435	1.110	77,4	20.246	13.576	67,1

Fonte: MEC/Inep - Censos do ensino superior: tabulações especiais.

## IMAGEM II

TABELA 6  
TAXAS DE ATIVIDADE, SEGUNDO O SEXO E A ESCOLARIDADE  
BRASIL

Anos de estudo	1995		2005	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Sem instrução e menos de 1 ano	73,5	40,2	68,6	37,2
1 a 3 anos	65,6	39,0	61,0	37,9
4 a 7 anos	73,9	44,0	66,0	42,1
8 a 10 anos	82,5	52,8	78,9	55,4
11 a 14 anos	88,6	69,0	89,2	73,3
15 anos ou mais	90,6	82,3	89,1	82,8
Total ( % )	75,3	48,1	73,6	52,9

Fonte: FIBGE/PNADs-Microdados.

## IMAGEM III

TABELA 8  
ENSINO SUPERIOR: CONCLUINTES DO SEXO FEMININO  
SEGUNDO AS ÁREAS DE CONHECIMENTO NO BRASIL

Área de Conhecimento	Concluintes					
	1994			2005		
	Total	Mulheres	parcela feminina (%)	Total	Mulheres	parcela feminina (%)
Brasil	245.887	150.339	61,1	717.858	446.724	62,2
Educação	26.158	24.119	92,2	199.392	161.695	81,1
Humanidades e artes	26.323	20.630	78,4	24.810	16.108	64,9
Ciências Sociais, negócios e direito	100.979	55.298	54,8	277.572	150.958	54,4
Ciências, matemática e computação	30.175	17.657	58,5	56.436	22.061	39,1
Engenharia, produção e construção	19.491	5.081	26,1	36.918	10.892	29,5
Agricultura e veterinária	5.274	1.671	31,7	11.874	4.834	40,7
Saúde e bem-estar social	35.687	24.621	69,0	90.610	66.600	73,5
Serviços	1.435	1.110	77,4	20.246	13.576	67,1

Fonte: MEC/Inep - Censos do ensino superior: tabulações especiais.